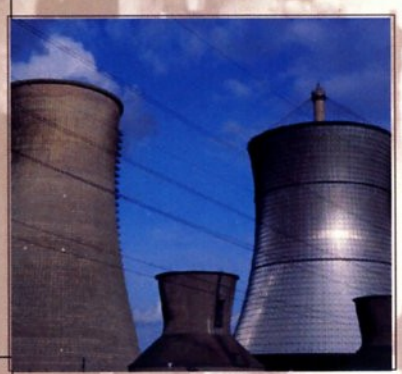
Território e Ambiente

tema

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ISSN 0872-5276

# Estatísticas do Ambiente 2000



Ano de edição 2002

**Catalogação recomendada**

**ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE.** Lisboa, 1993-
Estatísticas do ambiente / ed. Instituto Nacional de Estatística. - 1989/1990/1991- . -
Lisboa : I.N.E.,1993- . - 30 cm
Anual
ISSN 0872-5276
ISBN 972-673-588-2

**Director**
Presidente do Conselho de Administração
Prof. Dr. Paulo Gomes

**Editor**
Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 842 63 73

**Composto**
INE - Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo

**Capa**
INE - Dep. Difusão e Promoção
NED - Mário Bouçadas

**Impressão**
INE - Secção de Artes Gráficas

**Tiragem:** 420 exemplares

**Depósito legal nº. 68523/93**

**Preço: 10,00 € (IVA incluído)**

A Figura 80 da página 63 foi actualizada em 20-02-2009

**O INE na Internet**
**http://www.ine.pt**

**Impresso em papel reciclado**

**©INE, Lisboa . Portugal, 2002** * Reprodução autorizada, excepto para fins comerciais, com indicação da fonte bibliográfica

## RESUMO

Em 2000, a despesa das **Administrações Públicas** em gestão e protecção do ambiente atingiu cerca de 840 milhões de euros (+6% do que em 1999), o que representou 0,73% do Produto Interno Bruto. Entre os vários sub-sectores institucionais, destaca-se a Administração Local, que contribuiu com 58% da despesa total; a Administração Central representou 34%.

Entre os vários domínios de gestão e protecção do ambiente, destaca-se a despesa das Administrações Públicas com a "Gestão de Resíduos" (36% do total).

A despesa da Administração Central em gestão e protecção do ambiente registou um decréscimo de 11% relativamente ao ano anterior, tendo atingido cerca de 288 milhões de euros (325 milhões de euros em 1999).

Em 2000, 90% da população portuguesa tinha abastecimento público de água domiciliário, correspondente a 9,2 milhões de pessoas (+1% que no ano anterior).

No que se refere às águas residuais, cerca de 70% dos portugueses, equivalente a 7,2 milhões de pessoas, eram servidas por sistemas de drenagem de águas residuais, tendo correspondido a um acréscimo de 3% face a 1999. Do total das águas residuais produzidas e colectadas, 65%, foram tratadas antes de se efectuar a sua descarga no destino final (59% em 1999).

Cerca de 10,3 milhões de portugueses estavam servidos com sistemas de recolha de resíduos, o que correspondia a 98% da população residente em Portugal.

A despesa em gestão e protecção do ambiente efectuada pela Administração Local aumentou 11% comparativamente a 1999, totalizando 501 milhões de euros em 2000.

No ano 2000 o esforço das **empresas** na protecção ambiental atingiu 151 milhões de euros de investimentos em tecnologias e equipamentos fim-de-linha, 92,8 milhões de euros de investimentos em tecnologias integradas e 126 milhões de euros em despesas correntes.

No que respeita à distribuição dos investimentos por domínios de ambiente no ano 2000, verifica-se que o domínio "Qualidade do Ar e Clima" absorveu quase metade dos montantes aplicados (47%), seguindo-se o domínio "Protecção do Recurso Água" (31%) e o domínio "Gestão de Resíduos" (10%).

As **Associações de Bombeiros** despenderam, em 2000, 231 milhões de euros, +8% em relação ao ano anterior. As acções desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros totalizaram cerca de 3 milhões de serviços prestados, destacando-se os serviços de Saúde que representaram 83% do total. Relativamente ao pessoal no activo dos Corpos de Bombeiros colaboraram, em 2000, cerca de 42 mil pessoas.

A despesa das **Organizações Não Governamentais de Ambiente** atingiu cerca de 8,5 milhões de euros. As actividades desenvolvidas por estas Organizações somaram perto de 5000 acções, com destaque para as acções de sensibilização pública, que corresponderam a 39% do total.

**SUMMARY**

In 2000, the Public Administration expenditure on management and protection of environment, raise up to 840 millions euros, which corresponds to 6% more than in 1999, and weight 0,73% of GDP. Between the several institutional sub-sectors, emphasis goes to Local Administrations (Municipalities) representing 58% of the total expenditure; the weight of Central Administration was 34%.

Distributing the Public Administrations expenditure by environmental domains, turns out in first the domain "Waste Management" which weight 36% of total expenditure.

The Central Administration, with 288 millions euros expenditure on environment protection, represents a decrease of 11% compared with the previous year, 1999, that registered nearly 325 millions euros.

In 2000, 90% of the portuguese population had access to public water supply, which corresponds to 9,2 millions of persons (1% more than the previous year).

With respect to waste water, nearly 70% of the Portugueses, equivalent to 7,2 millions persons, were connected to public sewerage, which corresponds to 3% more, compared with 1999. From de total of the waste water generated and collected, 65% was treated before the discharge to the final destination (59% in 1999).

Almost 10,3 millions of portugueses were served by municipal waste collection services, which corresponds to 98% of the resident population of Portugal.

The expenditure on environment management and protection by Local Administration accounts 501 millions escudos, an increase of 11% compared to 1999.

In 2000 the industry financial efforts on environment protection raise up to 151 millions euros investment on end-of-pipe technologies, 92,8 millions euros investment on integrated technologies and around 126 millions euros on current expenditure.

Distributing the investment by environment domains, "Air and Climate" domain share around 47% of the total, followed by the "Waste Water Management" (31%) and "Waste Management" (10%).

The Firemen Corps and Associations expended in 2000 around 231 millions euros, 8% more than in 1999. The Firemen Associations run about 3 millions actions, with emphasise to Health and Medical Emergency Services which represented 83% of the total. Those actions were carried out by 42 thousands persons.

The expenditure of Non Governmental Organisations for Environment sum up about 8,5 millions euros. The NGO's surveyed set up around 5 thousands distinct actions, with emphasis for the public awareness activities (39% of the total).

## NOTA INTRODUTÓRIA

*Na presente publicação, a oitava de uma série iniciada com informação referente a 1989, o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a sua principal produção de dados estatísticos na área das "Estatísticas do Ambiente".*

*A publicação mantém, em termos gerais, o mesmo tipo de informação da edição anterior. Todavia, realça-se a alteração que se verifica no formato de apresentação dos resultados, com o objectivo de contribuir para um mais fácil manuseamento e um maior esclarecimento face aos temas abordados.*

*A informação estatística divulgada nesta publicação, corresponde a um resumo dos dados disponíveis. É possível facultar, não só o mesmo tipo de informação com maior desagregação geográfica, mas ainda, informação adicional que, desde que não se encontre sujeita a segredo estatístico, será fornecida em condições e suportes a acordar, dentro do regime de prestação de serviços e sob pedido específico dirigido ao INE.*

*O INE expressa os seus agradecimentos a todas as entidades que permitiram a elaboração da presente publicação, em especial às Câmaras Municipais, às Associações e outras Entidades de Bombeiros, às Organizações Não Governamentais de Ambiente e às Empresas, esperando que a mesma possa constituir um útil instrumento de trabalho para os utilizadores.*

*Agradecem-se antecipadamente todas as sugestões e críticas ao conteúdo desta publicação, com o objectivo de melhorar a qualidade da informação apresentada e aumentar o interesse de futuras edições.*

*Abril de 2002*

## SINAIS CONVENCIONAIS

| | |
|---|---|
| ... | Dado Confidencial |
| - | Resultado Nulo |
| x | Dado não Disponível |
| '' | Estimativa |
| * | Dado Rectificado |
| o | Dado Inferior a Metade do Módulo da Unidade Utilizada |

**Nota:** Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

## SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|---|---|
| **CAE – Rev. 2** | Classificação das Actividades Económicas – Revisão 2 |
| **CGE** | Conta Geral do Estado |
| **EUR** | Euros |
| **INE** | Instituto Nacional de Estatística |
| **ISFL** | Instituições Sem Fins Lucrativos |
| **LVT** | Lisboa e Vale do Tejo |
| **NUTS** | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos |
| **ONGA** | Organizações Não Governamentais de Ambiente |
| **PIB** | Produto Interno Bruto |
| **RA** | Região Autónoma |
| **RAA** | Região Autónoma dos Açores |
| **RAM** | Região Autónoma da Madeira |
| **SFA** | Serviços e Fundos Autónomos |
| **VVN** | Volume de Negócios |

## *ESCLARECIMENTOS*

*Direcção Regional de Lisboa e Vale do Tejo*

*Serviço de Estatísticas de Sectores de Actividade / Núcleo de Estatísticas do Ambiente*

TELEFONE: 21 842 61 00 ; Extensões: 1311, 1316, 1395

FAX: 21 842 63 65

EMAIL: marisa.chang@ine.pt; nuno.romao@ine.pt; mario.baptista@ine.pt;

## INFORMAÇÃO DISPONÍVEL E NÃO PUBLICADA

Em condições a acordar, dentro do regime de prestação de serviços, os dados relativos às variáveis inquiridas pelos questionários em anexo (desde que não se encontrem sujeitos a segredo estatístico) poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao INE.

# ÍNDICE

Página

Resumo ..... 3

Nota introdutória ..... 5

Sinais convencionais ..... 6

Siglas e abreviaturas ..... 6

Índice ..... 7

1. Administrações Públicas ..... 11

2. Empresas ..... 41

3. Instituições Sem Fins Lucrativos ..... 57

4. Metodologias, conceitos e nomenclaturas ..... 69

Anexo - Questionários ..... 91

# 1. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

## 1. ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS

Em 2000, a despesa consolidada[1] das Administrações Públicas ascendeu a 840 milhões de euros em actividades de gestão e protecção do ambiente (mais 6% do que em 1999), o que representou 0,73% do Produto Interno Bruto (valor idêntico ao do ano anterior) (Fig. 1).

**Figura 1 - Despesa consolidada[1] das Administrações Públicas por domínios de ambiente, segundo os sectores institucionais**

Unidade: $10^3$ EUR

| Domínios de Ambiente | Anos | Total | Administrações Públicas | | | ISFL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Central | Regional | Local | |
| **Total** | 1999 | **791 627** | **324 678** | **27 454** | **433 800** | **5 696** |
| | 2000 | **840 164** | **287 978** | **60 927** | **484 206** | **7 052** |
| Qualidade do ar & clima | 1999 | **17 054** | 16 979 | - | 75 | - |
| | 2000 | **21 030** | 20 930 | 14 | 86 | - |
| Protecção do recurso água | 1999 | **268 583** | 99 056 | 6 883 | 162 643 | - |
| | 2000 | **260 360** | 69 147 | 6 245 | 184 969 | - |
| Gestão de resíduos | 1999 | **229 282** | 8 061 | 5 726 | 215 496 | - |
| | 2000 | **298 747** | 9 249 | 40 323 | 249 174 | - |
| Solos & águas subterrâneas | 1999 | **219** | - | 165 | 55 | - |
| | 2000 | **430** | - | 306 | 124 | - |
| Ruído & vibrações | 1999 | **264** | - | - | 264 | - |
| | 2000 | **88** | - | - | 88 | - |
| Biodiversidade & paisagem | 1999 | **190 516** | 131 264 | 10 485 | 46 239 | 2 529 |
| | 2000 | **185 880** | 134 556 | 8 329 | 40 090 | 2 905 |
| Protecção contra radiações | 1999 | **-** | - | - | - | - |
| | 2000 | **-** | - | - | - | - |
| Investigação & desenvolvimento | 1999 | **4 200** | 3 527 | 414 | 259 | - |
| | 2000 | **7 471** | 7 389 | - | 83 | - |
| Outras actividades de protecção do ambiente | 1999 | **81 509** | 65 791 | 3 781 | 8 769 | 3 167 |
| | 2000 | **66 158** | 46 708 | 5 710 | 9 592 | 4 148 |

O subsector institucional que mais contribuiu para o total da despesa em gestão e protecção do ambiente foi a Administração Local, com cerca de 58%, enquanto que a Administração Central se fixou nos 34%. Comparativamente a 1999, a Administração Local reforçou a sua posição relativa com +3%, ao passo que a Administração Central diminuiu 7%.

A Administração Regional e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) contribuíram com 7% e 1%, respectivamente.

*As Administrações Públicas gastaram, em Ambiente, 840 milhões de euros, em 2000.*

Entre os vários domínios de gestão e protecção do ambiente, destacam-se a despesa efectuada pelas Administrações Públicas com os domínios "Gestão de Resíduos" (36%) e "Protecção do Recurso Água" (31%). Outros domínios com um nível significativo de despesa foram a "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (22%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (8%), cabendo aos restantes quatro domínios apenas 3% da despesa total.

(1) Entende-se por despesa consolidada das Administrações Públicas, as despesas efectuadas pelos subsectores da Administração Central, Regional e Local às quais foram retiradas as transferências entre estas unidades.

Registou-se Transferências, quer Correntes quer de Capital, entre os vários subsectores das Administrações Públicas no valor de 97,2 milhões de euros.

### 1.1. Administração Central

As despesas da Administração Central em gestão e protecção do ambiente evidenciaram, em 2000, um decréscimo de 11% relativamente ao ano anterior, tendo atingido 288 milhões de euros (324,7 milhões de euros em 1999) (Fig. 2).

Esta descida verificou-se, nomeadamente, no subsector Estado (Conta Geral do Estado) com uma redução de 17%, ao passo que os gastos dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central registaram uma diminuição de apenas 4%.

O Estado continua a deter a maior parcela das despesas da Administração Central na área do ambiente, com 52%, correspondendo a 150,8 milhões de euros. Por sua vez, os Serviços e Fundos Autónomos contribuíram com 48%, tendo assegurado cerca de 137,2 milhões de euros.

**Figura 2 - Despesa consolidada da Administração Central em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos e sectores institucionais**

Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados económicos | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **324 683** | **287 978** |
| **Despesas Correntes** | **148 253** | **183 969** |
| Estado (CGE) | 74 770 | 79 753 |
| Serviços e Fundos Autónomos | 73 483 | 104 215 |
| **Despesas de Capital** | **176 430** | **104 010** |
| Estado (CGE) | 106 424 | 71 017 |
| Serviços e Fundos Autónomos | 70 006 | 32 993 |

O montante das Transferências, quer Correntes quer de Capital, entre os vários sectores da Administração Central totalizaram cerca de 74,3 milhões de euros.

No que se refere à afectação das despesas pelos domínios de gestão e protecção do ambiente (Fig. 3), o domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" continua a ser o mais representativo, com 47% do total da despesa da Administração Central. De seguida, surgem os domínios "Protecção do Recurso Água" e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" que absorveram 24% e 16%, respectivamente.

*Em 2000, verificou-se 11% de decréscimo nas despesas da Administração Central.*

Comparativamente a 1999, as maiores variações percentuais ocorreram, pela positiva, nos domínios "Investigação e Desenvolvimento" (+110%), "Protecção da Qualidade do Ar e Clima" (+23%)", "Gestão de Resíduos" (+15%) e, pela negativa, nos domínios "Protecção do Recurso Água" (-30%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (-29%).

**Figura 3 - Despesa consolidada da Administração Central, por domínios de ambiente**

Unidade: $10^3$ EUR

| Domínios de Ambiente | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **324 683** | **287 978** |
| Qualidade do ar & clima | 16 979 | 20 930 |
| Protecção do recurso água | 99 056 | 69 147 |
| Gestão de resíduos | 8 061 | 9 249 |
| Solos & águas subterrâneas | - | - |
| Ruído & vibrações | - | - |
| Biodiversidade & paisagem | 131 264 | 134 556 |
| Protecção contra radiações | - | - |
| Investigação & desenvolvimento | 3 527 | 7 389 |
| Outras actividades de protecção do ambiente | 65 791 | 46 708 |

Analisando apenas o sector Estado (CGE), em 2000, as despesas totalizaram 225 milhões de euros, representando um decréscimo de 13% em relação ao ano anterior (Fig. 4).

**Figura 4 - Despesas do Estado (CGE) em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos**

Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados económicos | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **257 910** | **225 023** |
| **Despesas Correntes** | **95 155** | **130 725** |
| Despesas com o Pessoal | 32 075 | 34 293 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 39 095 | 39 273 |
| Transferências Correntes | 23 984 | 57 159 |
| Outras Despesas Correntes | 2 | 0 |
| **Despesas de Capital** | **162 754** | **94 298** |
| Investimentos | 83 519 | 46 876 |
| Transferências de Capital | 79 221 | 47 422 |
| Outras Despesas de Capital | 15 | - |

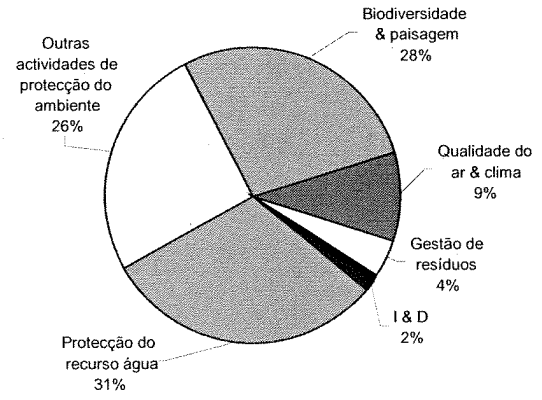
Esta diminuição verificou-se, essencialmente na rubrica "Despesas de Capital" (-42%), com destaque para os "Investimentos" que registaram um decréscimo de cerca de 44%. Assim, as "Despesas de Capital" passaram a representar 42% do total da despesa efectuado pelo Estado, menos 21% que em 1999.

Por outro lado, as "Despesas Correntes" contribuíram com 58% e as principais rubricas foram "Transferências Correntes" (25%), "Aquisição de Bens e Serviços" (17%) e "Despesas com o Pessoal" (15%). Comparativamente ao ano transacto, a maior variação registou-se nas "Transferências Correntes", com um aumento de 138%, destinadas principalmente para SFA (91%). A variação das "Despesas Correntes" situou-se nos 37%.

A maior parte da despesa em ambiente efectuada pelo Estado foi aplicada nos domínios "Protecção do Recurso Água" (31%), "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (28%), "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (26%), tendo somado, em conjunto, 85% do total (Fig. 5).

No domínio "Protecção do Recurso Água", 56% dos gastos do Estado foram destinados a "Investimentos", 31% para a "Aquisição de Bens e Serviços", 12% foram dirigidos para as "Despesas com o Pessoal" e o restante 1% para as "Transferências de Capital". Quanto ao domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem", a rubrica "Transferências Correntes" que foi destinada essencialmente para SFA, foi a mais significativa, absorvendo cerca de 67% do total da despesa neste domínio, enquanto as "Transferências de Capital" representaram apenas 28%.

**Figura 5 - Despesas do Estado (CGE) por domínios de ambiente (2000)**




Por sua vez, nas "Outras Actividades de Protecção do Ambiente", a despesa foi distribuída para as rubricas "Despesas com o Pessoal" (43%), "Aquisição de Bens e Serviços" (26%), "Transferências Correntes " (24%) e "Investimentos" (6%).

Como já foi referido anteriormente, as despesas dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central tiveram, em 2000, um decréscimo de 4%, tendo atingido 137,2 milhões de euros. Dos Serviços e Fundos Autónomos considerados, as despesas incidiram apenas em três domínios: "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem", com 97%, cabendo o restante ao domínio da "Investigação e Desenvolvimento" (2%) e a "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (1%).

**Figura 6 - Despesas do Estado (CGE), por domínios de ambiente**

Unidade: $10^3$ EUR

| Domínios de Ambiente | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **257 910** | **225 023** |
| Qualidade do ar & clima | 16 977 | 20 930 |
| Protecção do recurso água | 99 059 | 69 147 |
| Gestão de resíduos | 8 061 | 9 249 |
| Solos & águas subterrâneas | - | - |
| Ruído & vibrações | - | - |
| Biodiversidade & paisagem | 66 383 | 63 309 |
| Protecção contra radiações | - | - |
| Investigação & desenvolvimento | 1 636 | 4 560 |
| Outras actividades de protecção do ambiente | 65 793 | 57 827 |

Relativamente à distribuição por rubricas económicas (Fig. 7), as "Despesas Correntes" contribuíram com 76%, com realce para as "Transferências Correntes" (47%) e "Aquisição de Bens e Serviços" (19%), enquanto que as "Despesas de Capital" tiveram uma participação de 24%, destacando-se as "Transferências de Capital" com 18%, seguindo-se os "Investimentos" com apenas 6%.

**Figura 7 - Despesas dos SFA em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos**

Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados económicos | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **143 488** | **137 184** |
| **Despesas Correntes** | **73 483** | **104 192** |
| Despesas com o Pessoal | 12 099 | 13 157 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 32 739 | 26 634 |
| Transferências Correntes | 28 644 | 64 400 |
| Outras Despesas Correntes | 1 | - |
| **Despesas de Capital** | **70 006** | **32 993** |
| Investimentos | 10 037 | 8 915 |
| Transferências de Capital | 59 969 | 24 078 |
| Outras Despesas de Capital | - | - |

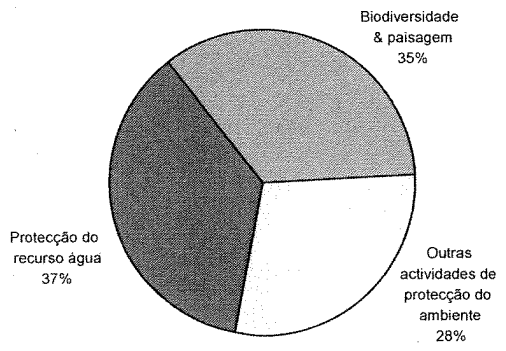
Face a 1999, as "Transferências Correntes" registaram um aumento de 125% e dirigiram-se essencialmente para a "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (96%) tendo, neste domínio, por beneficiário principal as ISFL (47%), logo seguido dos Particulares (45%). Contrariamente, as "Transferências de Capital" na sua totalidade para a "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" decresceram 60% e destinaram-se principalmente a Particulares (42%) e a ISFL (34%). A "Aquisição de Bens e Serviços" diminuiu 19%.

## 1.2. Administrações Regionais

### 1.2.1. Região Autónoma dos Açores

As despesas efectuadas na Região Autónoma dos Açores, em actividades de gestão e protecção do ambiente no ano 2000, atingiram cerca de 14,5 milhões de euros (11,6 milhões de euros no ano anterior), correspondendo a um acréscimo de 26% face a 1999 (Fig. 9).

**Figura 8 - Despesas da RA dos Açores, por domínios de ambiente (2000)**




*A região dos Açores registou, em 2000, 15 milhões de euros de despesas em Ambiente.*

Os domínios "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" e "Protec-ção da Biodiversidade e da Paisa-gem" registaram, respectivamente, acréscimos de 63% e de 30%, face a 1999, enquanto que o domínio "Protecção do Recurso Água" cresceu apenas 4%.

No entanto, em termos de importância relativa, as despesas efectuadas no domínio "Protecção do Recurso Água" continuam a ser as mais significativas com 37% do total, somando, aproximadamente, 5,3 milhões de euros. De seguida, surgem os domínios "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" com cerca de 5,1 milhões de euros (35%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" com 4,1 milhões de euros (28%).

Analisando a despesa da região dos Açores em termos de agregados económicos, verifica-se que as "Despesas de Capital" foram as mais relevantes com cerca de 52% (menos 9% que no ano anterior) enquanto que as "Despesas Correntes" se fixaram nos 48% do total da despesa (Fig. 9). Entre as "Despesas de Capital" realizadas na área do ambiente pela região dos Açores, destacam-se as efectuadas na rubrica "Outras Despesas de Capital" que absorveu cerca de 29% do total, enquanto que os "Investimentos" e as "Transferências de Capital" representaram 14% e 9%, respectivamente. Pelo lado das "Despesas Correntes", a maior parte das despesas foram dirigidas para "Outras Despesas Correntes" e "Despesas com o Pessoal", representando respectivamente 27% e18% do total da despesa.

**Figura 9 - Despesas da RA dos Açores em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos**

Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados económicos | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **11 552** | **14 535** |
| **Despesas Correntes** | **4 559** | **7 046** |
| Despesas com o Pessoal | 1 826 | 2 561 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 254 | 427 |
| Transferências Correntes | 60 | 179 |
| Outras Despesas Correntes | 2 419 | 3 879 |
| **Despesas de Capital** | **6 993** | **7 489** |
| Investimentos | 1 656 | 2 022 |
| Transferências de Capital | 1 756 | 1 245 |
| Outras Despesas de Capital | 3 581 | 4 221 |

Relacionando os domínios de gestão e protecção do ambiente e os agregados económicos, verifica-se que no domínio "Protecção do Recurso Água", a rubrica mais significativa foi "Outras

Despesas de Capital" que absorveu 59% do total das despesas do domínio, enquanto que "Outras Despesas de Capital" representou 25%. O domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem", a distribuição pelas rubricas económicas foi mais equilibrada: cerca de 43% da despesa foi direccionada para "Outras Despesas Correntes", 21% para "Investimentos" e 17% para "Transferências de Capital".

### 1.2.2. Região Autónoma da Madeira

*Em 2000, as despesas do governo regional da Madeira em Ambiente, aumentaram 228%.*

Na região da Madeira, as despesas em ambiente registaram um aumento de 205%, tendo atingido 48,5 milhões de euros em 2000 (Fig. 10).

Os principais responsáveis por este aumento foram os Órgãos do Governo Regional (OGR) com 228%, enquanto os SFA da região registaram uma subida de apenas 9%. A participação dos OGR na despesa da região foi de 96%, mais 8% do que em 1999.

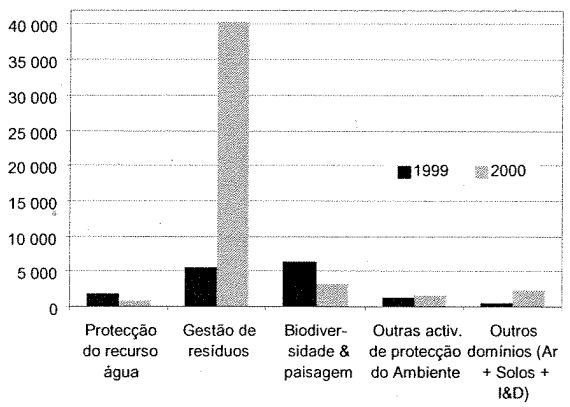
**Figura 10 - Despesa consolidada da RA da Madeira em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos**

Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados económicos | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **15 902** | **48 462** |
| **Despesas Correntes** | **6 165** | **7 804** |
| Despesas com o Pessoal | 1 756 | 2 085 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 3 766 | 5 055 |
| Transferências Correntes | 643 | 664 |
| Outras Despesas Correntes | - | 10 |
| **Despesas de Capital** | **9 737** | **40 658** |
| Investimentos | 9 328 | 40 658 |
| Transferências de Capital | 409 | - |
| Outras Despesas de Capital | - | - |

O total das Transferências entre os vários subsectores da Administração Regional da região somaram cerca de 564,9 mil euros, mais 270 mil euros do que em 1999. Relativamente à desagregação por grandes agregados económicos, as "Despesas de Capital" apresentaram um crescimento de 318%; este aumento foi, sobretudo, nos "Investimentos" com uma variação positiva de 336%. As "Despesas de Capital" participaram com 84% do total respeitantes apenas a "Investimentos", ao passo que as "Despesas Correntes" não excederam os 16%. Neste tipo de despesas, a "Aquisição de Bens e Serviços" registou um acréscimo de 34%, o maior relativamente a 1999, continuando a ser a rubrica mais representativa com 10%.

**Figura 11 - Despesa consolidada da RAM, por domínios de ambiente**




*Os investimentos em Ambiente, na Madeira, cresceram 336%, em 2000.*

Os gastos da região incidiram, sobretudo, nos domínios "Gestão de Resíduos" (83%), "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (7%) e "Outros Domínios" com 4% (inclui "Protecção do Recurso Água", "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas" e "Investigação e Desenvolvimento"), totalizando, no conjunto, 94% da despesa (Fig. 11). Comparativamente a 1999, a principal variação positiva

ocorreu no domínio "Gestão de Resíduos" (+6%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (+3%) enquanto que os restantes domínios não sofreram alteração apreciável.

O subsector institucional OGR despendeu, em 2000, cerca de 50 milhões de euros em actividades de gestão e protecção do ambiente, correspondendo a um aumento de 228% face ao ano anterior (Fig. 12).

**Figura 12 - Despesas do Governo Regional da Madeira em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos**

Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados económicos | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **14 311** | **46 983** |
| **Despesas Correntes** | **4 719** | **6 548** |
| Despesas com o Pessoal | 983 | 1 213 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 3 452 | 4 701 |
| Transferências Correntes | 100 | 634 |
| Outras Despesas Correntes | - | - |
| **Despesas de Capital** | **8 744** | **40 434** |
| Investimentos | 9 028 | 40 104 |
| Transferências de Capital | 564 | 331 |
| Outras Despesas de Capital | - | - |

Esta subida deveu-se às "Despesas de Capital" que evidenciaram um acréscimo de 362%, no qual se destacam os "Investimentos" com uma variação positiva de cerca de 344%. Daí que a representatividade das "Despesas de Capital" tenha passado de 67%, em 1999, para 86%, em 2000. As "Despesas Correntes" cresceram 39% e o aumento foi sentido, essencialmente, nas "Transferências Correntes" com um acréscimo relevante de 535%, traduzido em cerca de 37% dirigido para SFA e o restante para Particulares. Em termos de domínios do ambiente, a estrutura das despesas dos OGR é ligeiramente diferente da verificada na região (Fig. 13). Com efeito, a despesa mais importante dos Órgãos Regionais foi no domínio "Gestão de Resíduos" com 86%, seguidos pela "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (8%) e "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (4%), somando, em conjunto, 98% do total da despesa. Face a 1999, o principal aumento registou-se no domínio "Gestão de Resíduos" (+6%), não se tendo verificado variação apreciável nos restantes domínios. Os SFA da região da Madeira, em 2000, gastaram 2 milhões de euros em ambiente, essencialmente no domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem". Quanto à distribuição pelos agregados económicos, as "Despesas com o Pessoal" (42%), os "Investimentos" (27%), a "Aquisição de Bens e Serviços" (17%) e as "Transferências Correntes" (13%) foram as rubricas movimentadas, ao longo de 2000, por estes serviços.

**Figura 13 - Despesas do Governo Regional da Madeira por domínios de ambiente (2000)**

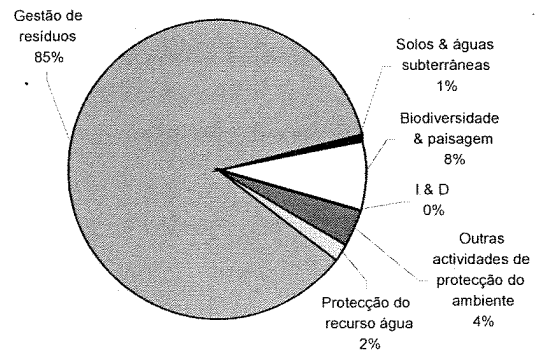



**Figura 14 - Despesas dos SFA da RAM em gestão e protecção do ambiente, por agregados económicos**

Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados económicos | Anos | |
|---|---|---|
| | 1999 | 2000 |
| **Total** | **1 890** | **2 054** |
| **Despesas Correntes** | **1 591** | **1 500** |
| Despesas com o Pessoal | 773 | 872 |
| Aquisição de Bens e Serviços | 319 | 354 |
| Transferências Correntes | 499 | 264 |
| Outras Despesas Correntes | - | 10 |
| **Despesas de Capital** | **294** | **554** |
| Investimentos | 294 | 554 |
| Transferências de Capital | - | - |
| Outras Despesas de Capital | - | - |

## 1.3. Administração local

### 1.3.1. Dados físicos

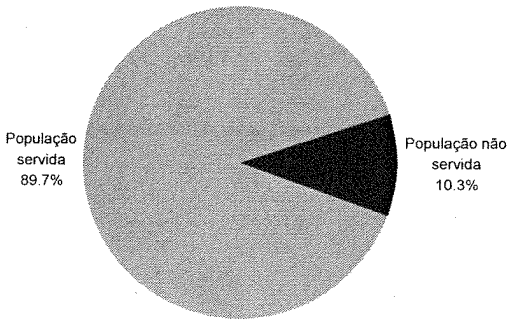
#### 1.3.1.1. Abastecimento de Água

*Cerca de 90% dos portugueses tinham, em 2000, abastecimento público de água no domicílio.*

Em 2000, cerca de 90% da população portuguesa tinha abastecimento público domiciliário de água, o que correspondia a 9,2 milhões de pessoas. Relativamente a 1999, a população servida com este tipo de infra-estruturas aumentou 1%.

O caudal de água captado para abastecimento público atingiu 952 milhões de $m^3$, dos quais 477 milhões (correspondentes a 50% do total) foram captados por outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água e os restantes 476 milhões pelos serviços municipais e municipalizados. A origem do caudal captado pelos serviços municipais e municipalizados foi, na sua maioria, proveniente de águas subterrâneas com 342 milhões de $m^3$ (representando 72% do total), ao passo que apenas 134 milhões de $m^3$ tiveram origem em águas superficiais.

**Figura 15 - População residente com abastecimento de água ao domicílo (2000)**




Comparativamente a 1999, a captação de água para abastecimento público registou um acréscimo de cinco pontos percentuais, tendo verificado uma ligeira diminuição no caudal captado pelos serviços municipais e municipalizados (-0,6%) e um aumento de 11% no fornecimento de água por parte de outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água, que passou de 429 milhões de $m^3$, em 1999, para 477 milhões de $m^3$, em 2000.

Cerca de 83% do volume de água captada para abastecimento, sofreu tratamento através de estações especificamente destinadas para o efeito, percentagem ligeiramente superior ao do ano transacto (82%). O volume de água tratada, em 2000, fixou-se nos 793 milhões de $m^3$, tendo correspondido a um acréscimo de 7% face a 1999.

Relativamente a 1999, o consumo de água de abastecimento aumentou 4%, tendo

**Figura 16 - Caudal captado para abastecimento, por entidades gestoras**

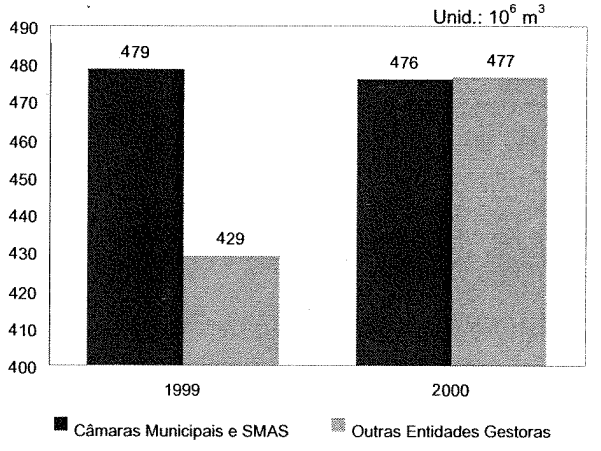
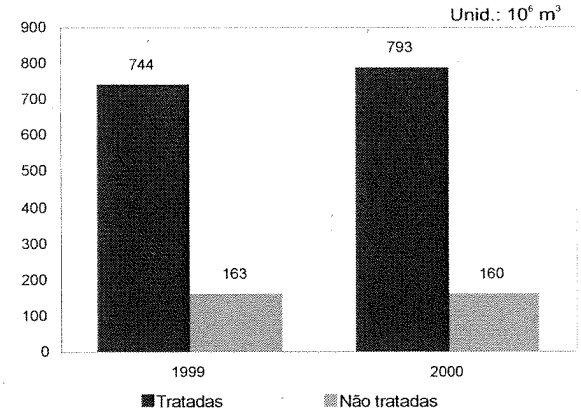


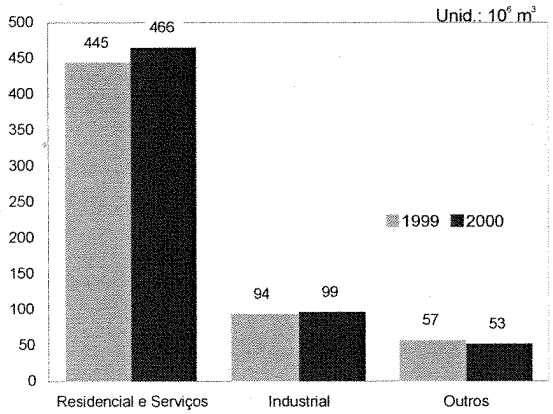
**Figura 17 - Águas de abastecimento tratadas e não tratadas**




atingido 621 milhões de $m^3$. O maior volume de água de abastecimento teve como destino o consumo "Residencial e Serviços" (75%), sendo o restante repartido pela "Indústria" (16%) e "Outros Consumos" (9%).

### *As diferenças regionais*

**Figura 18 - Utilização das águas de abastecimento**




Relativamente à população servida com abastecimento público de água domiciliário, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e dos Açores foram as regiões que apresentaram percentagens mais elevadas, ambas com valores superiores a 98% da população servida. De seguida, surgem a Madeira e o Centro com 97% e 94% da população ligada a sistemas públicos de abastecimento de água. Pelo lado inverso, a região Norte continua a registar o valor mais baixo do País com apenas 78% da população servida, cerca de 12 pontos percentuais abaixo da média nacional (90%).

**Figura 19 - População residente com abastecimento de água no domicílio, por regiões**

| Regiões | Anos | População Residente | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Servida | | Não Servida |
| | | Nº | Nº | % | Nº |
| **Portugal** | 1999 | **9 988 520** | **8 845 656** | **88,6** | **1 142 864** |
| | 2000 | **10 318 084** | **9 260 215** | **89,7** | **1 057 869** |
| Norte | 1999 | **3 585 350** | 2 738 322 | 76,4 | 847 028 |
| | 2000 | **3 680 379** | 2 874 582 | 78,1 | 805 797 |
| Centro | 1999 | **1 709 760** | 1 568 558 | 91,7 | 141 202 |
| | 2000 | **1 779 672** | 1 667 679 | 93,7 | 111 993 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **3 329 720** | 3 274 122 | 98,3 | 55 598 |
| | 2000 | **3 447 173** | 3 399 683 | 98,6 | 47 490 |
| Alentejo | 1999 | **508 020** | 464 587 | 91,5 | 43 433 |
| | 2000 | **534 365** | 492 949 | 92,2 | 41 416 |
| Algarve | 1999 | **349 200** | 307 152 | 88,0 | 42 048 |
| | 2000 | **391 819** | 352 233 | 89,9 | 39 586 |
| Açores | 1999 | **245 480** | 240 581 | 98,0 | 4 899 |
| | 2000 | **242 073** | 237 586 | 98,1 | 4 487 |
| Madeira | 1999 | **260 990** | 252 334 | 96,7 | 8 656 |
| | 2000 | **242 603** | 235 503 | 97,1 | 7 100 |

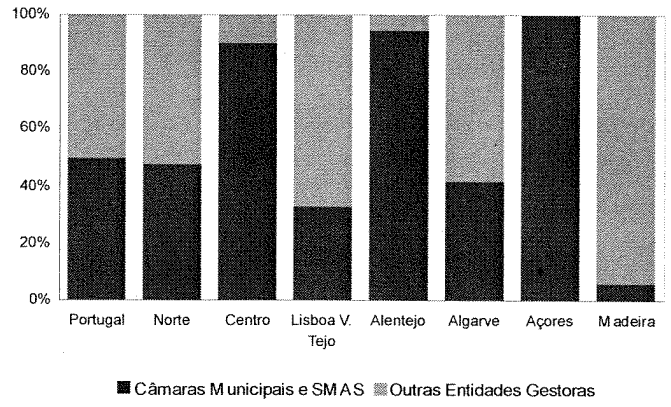
Relativamente à captação de água para abastecimento efectuada pelos serviços municipais e municipalizados, constata-se que houve um ligeiro decréscimo de 0,6% a nível nacional, no entanto, a nível regional apenas se verificaram descidas nas regiões do Algarve (-28%) e da Madeira (-20%). No resto do País a água captada para abastecimento pelos municípios e serviços municipalizados aumentou ligeiramente face a 1999, tendo-se registado a maior subida no Alentejo (+8%), enquanto que no resto das regiões o aumento de água captada por estas

*Em 2000, acréscimo de 11% no fornecimento de água pelas outras entidades gestoras de água.*

entidades não ultrapassou os 3%. Os maiores volumes de água captada pelos serviços municipais e municipalizados do País foram os das regiões de Lisboa e Vale do Tejo com 130 milhões de $m^3$, seguidos do Centro e do Norte com 122 e 104 milhões de $m^3$.

O fornecimento de água para abastecimento pelas outras entidades gestoras registou um acréscimo de 11% relativamente a 1999 e as principais variações ocorreram nas regiões do Algarve (+82%), do Centro (+67%) e do Alentejo (+48%).

**Figura 20 - Caudal de água captado para abastecimento público domiciliário, por entidades gestoras (2000)**




Na região de Lisboa e Vale do Tejo, mais de 66% da água captada para abastecimento, correspondente a 263 milhões de $m^3$, foi efectuada por outras entidades gestoras, situação já verificada em 1999. O mesmo sucede com a região da Madeira mas com um volume de água inferior: dos 48 milhões de $m^3$ de água captada, 94% foi fornecida por outras entidades gestoras (93% no ano anterior). Na região do Algarve, a água fornecida por outras entidades gestoras correspondeu a 58%, ou seja, mais 23% do que em 1999. Nas restantes regiões do País, a captação de água efectuada pelas câmaras municipais e pelos serviços municipalizados é ainda bastante significativa: Algarve (58%), Centro (90%), Alentejo (95%) e Açores (100%).

Em 2000, o tratamento de água de abastecimento (não se considera como tratamento a simples filtragem ou cloragem) não registou alterações significativas, com excepção da região do Algarve, onde se verificou um aumento de 55%.

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram as que apresentaram maiores volumes de água tratada, com 350 milhões de $m^3$ e 193 milhões de $m^3$, respectivamente, tendo, em conjunto, contribuído com cerca de 69% do total nacional.

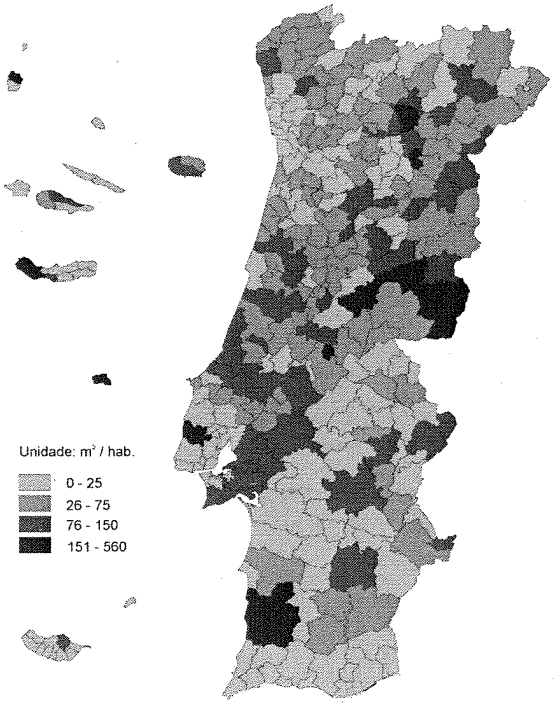
**Figura 21 - Tratamento de água de abastecimento, por regiões**

Unidade: $10^3$ $m^3$

| Regiões | Anos | Caudal tratado | | | | | | Caudal não tratado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total Geral | Câmaras Municipais e Serviços Municipalizados | | | Outras Entidades Gestoras | % | |
| | | | Total | Origem Superficial | Origem Subterrânea | | | |
| **Portugal** | 1999 | **744 233** | **315 300** | **124 789** | **190 511** | **428 933** | **82,0** | **163 371** |
| | 2000 | **792 664** | **316 495** | **125 767** | **190 728** | **476 169** | **83,2** | **159 827** |
| Norte | 1999 | **183 041** | 80 062 | 60 118 | 19 944 | 102 979 | **89,5** | 21 404 |
| | 2000 | **193 003** | 77 683 | 63 062 | 14 621 | 115 320 | **88,0** | 26 267 |
| Centro | 1999 | **115 125** | 106 759 | 40 290 | 66 469 | 8 366 | **88,2** | 15 441 |
| | 2000 | **123 094** | 109 108 | 40 441 | 68 667 | 13 986 | **90,2** | 13 419 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **336 786** | 83 973 | 4 216 | 79 757 | 252 813 | **88,3** | 44 564 |
| | 2000 | **350 174** | 87 592 | 4 439 | 83 153 | 262 582 | **89,2** | 42 612 |
| Alentejo | 1999 | **23 006** | 21 291 | 15 137 | 6 154 | 1 715 | **50,1** | 22 915 |
| | 2000 | **23 250** | 21 093 | 16 962 | 4 131 | 2 157 | **46,3** | 26 929 |
| Algarve | 1999 | **23 554** | 3 541 | 3 541 | - | 20 013 | **41,6** | 33 050 |
| | 2000 | **36 495** | - | - | - | 36 495 | **58,0** | 26 413 |
| Açores | 1999 | **18 287** | 18 287 | 755 | 17 532 | - | **43,3** | 23 965 |
| | 2000 | **20 286** | 20 286 | 130 | 20 156 | - | **47,8** | 22 185 |
| Madeira | 1999 | **44 434** | 1 387 | 732 | 655 | 43 047 | **95,6** | 2 032 |
| | 2000 | **46 362** | 733 | 733 | - | 45 629 | **95,9** | 2 002 |

Relativamente à taxa de tratamento de água de abastecimento, as regiões da Madeira (96%), do Centro (90%), de Lisboa e Vale do Tejo (89%) e do Norte (88%) foram as que apresentaram percentagens superiores à da média nacional que se situou nos 83%. Pelo lado inverso, as regiões do Algarve (58%), dos Açores (48%) e do Alentejo (46%) ficaram bastante abaixo da média do País.

**Cartograma 1 - Água de abastecimento tratada, por habitante e por concelho (2000)**




O consumo de água de abastecimento aumentou em quase todas as regiões do País, com destaque para o Algarve (+12%) e para o Centro e Lisboa e Vale do Tejo com +5% e + 4%, respectivamente. A única excepção foi a região dos Açores onde se registou uma redução de 10% no consumo de água, em parte explicado pelo decréscimo da população nesta região.

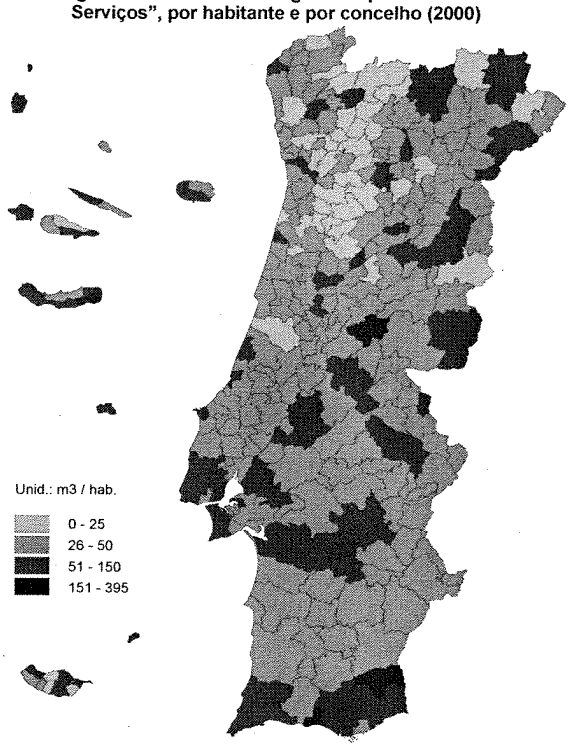
**Figura 22 - Tipo de consumidores de água de abastecimento, por regiões**

Unidade: $10^3$ $m^3$

| Regiões | Anos | Tipo de Consumidores | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Residencial e Serviços | Industrial | Outros |
| **Portugal** | 1999 | **594 448** | **441 978** | **94 398** | **58 072** |
| | 2000 | **617 250** | **465 503** | **98 531** | **53 216** |
| Norte | 1999 | **141 829** | 116 188 | 15 696 | 9 945 |
| | 2000 | **146 790** | 119 927 | 17 765 | 9 098 |
| Centro | 1999 | **83 801** | 65 710 | 11 158 | 6 933 |
| | 2000 | **87 613** | 67 591 | 14 615 | 5 407 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **252 804** | 180 260 | 46 370 | 26 174 |
| | 2000 | **263 577** | 192 833 | 46 907 | 23 837 |
| Alentejo | 1999 | **28 311** | 23 331 | 4 036 | 944 |
| | 2000 | **29 073** | 23 617 | 4 440 | 1 016 |
| Algarve | 1999 | **34 550** | 24 604 | 7 915 | 2 031 |
| | 2000 | **38 533** | 29 658 | 6 514 | 2 361 |
| Açores | 1999 | **23 361** | 15 965 | 4 533 | 2 863 |
| | 2000 | **20 942** | 15 358 | 3 561 | 2 023 |
| Madeira | 1999 | **29 792** | 15 920 | 4 690 | 9 182 |
| | 2000 | **30 722** | 16 519 | 4 729 | 9 474 |

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte continuam a liderar em termos de volumes de água consumida, atingindo 264 milhões de $m^3$, para a primeira região, e 147 milhões de $m^3$, para a segunda. Nestas duas regiões, a repartição por tipo de consumidores é ligeiramente diferente: para o Norte, 82% do volume de água destinou-se ao consumo "Residencial e Serviços", 12% ao consumo "Industrial" e 6% a "Outros Consumos", enquanto que para Lisboa e Vale do Tejo, o consumo "Residencial e Serviços" foi de 73%, o "Industrial" cerca de 18% e os restantes 9% destinaram-se a "Outros Consumos".

**Cartograma 2 - Consumo de água do tipo "Residencial e Serviços", por habitante e por concelho (2000)**

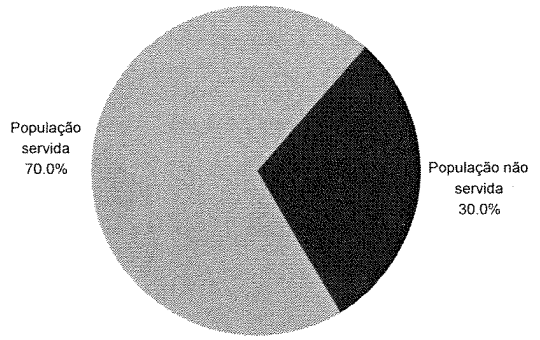



### 1.3.1.2. Águas residuais

*Em 2000, verificou-se um aumento de 12% no tratamento de águas residuais.*

Em 2000, cerca de 70% dos portugueses, equivalente a 7,2 milhões de pessoas, eram servidos por sistemas de drenagem de águas residuais, verificando-se um acréscimo de 3% face ao ano anterior. Apesar deste crescimento, aproximadamente 3 milhões de pessoas ainda não tinham as suas águas residuais colectadas.

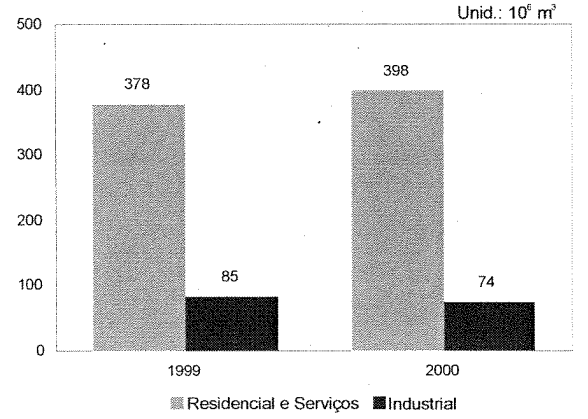
**Figura 23 - População residente com sistemas de drenagem de águas residuais (2000)**




Relativamente à população servida com estações de tratamento de águas residuais (ETAR), a situação continua bastante deficitária. Em 2000, apenas 50% da população tinha as suas águas residuais ligadas a ETAR, tendo a situação melhorado apenas quatro e meio pontos percentuais face ao que se verificava em 1999, passando a abranger 5,1 milhões de portugueses (4,5 milhões de pessoas em 1999).

A produção de águas residuais, recolhidas pelos sistemas públicos, no ano de 2000, atingiu 472 milhões de $m^3$, correspondendo a um acréscimo de 2% em relação ao ano anterior. As águas residuais de origem "Residencial e Serviços" atingiram 398 milhões de $m^3$ e as de origem "Industrial" 74 milhões de $m^3$.

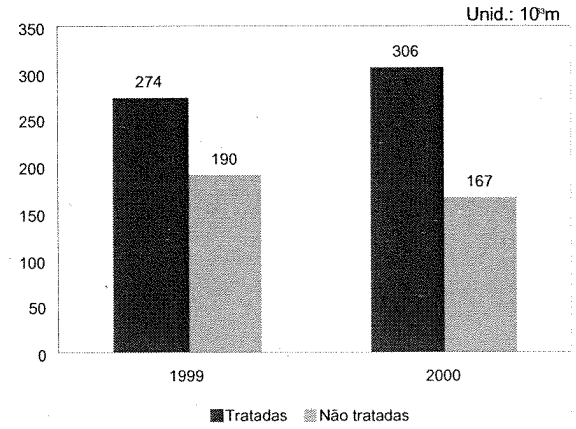
**Figura 24 - Produção de águas residuais, por tipo de utilização**




Do total das águas residuais produzidas e colectadas, 65% sofreram tratamento antes de se efectuar a sua descarga no destino final (59% em 1999). O volume de águas residuais tratadas somou cerca de 306 milhões de $m^3$, tendo correspondido a um acréscimo de 12% em relação a 1999.

Das águas residuais colectadas somente 6% sofreram tratamento preliminar, enquanto 80% recebeu tratamento secundário ou terciário. Relativamente a 1999, a estrutura de tratamento altera-se um pouco: o tratamento secundário continua a ser o mais utilizado, representando cerca de 58% do total tratado, no entanto o tratamento primário que representava 23% do total em 1999, em 2000 passou a contribuir apenas com 14% e o tratamento terciário passou de 9%, em 1999, para 22% em 2000.

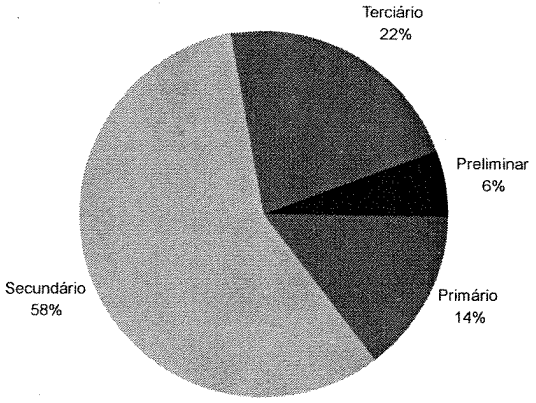
**Figura 25 - Quantidades de águas residuais tratadas e não tratadas**



### *As diferenças regionais*

No que se refere à população servida com sistemas de drenagem de águas residuais, as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo foram as que apresentaram percentagens mais elevadas, com 91% e 86% respectivamente.

**Figura 26 - Estrutura das águas residuais por tipo tratamento aplicado (2000)**




Em situação inversa, as regiões do Centro (64%), Açores (57%), Norte (52%) e Madeira (48%) continuam a ter percentagens abaixo da média nacional (70%).

Relativamente à população servida com ETAR, o panorama é ligeiramente diferente face ao da drenagem de águas residuais. Cerca de 72% da população do Algarve, 68% da população do Alentejo e cerca de 61% da população de Lisboa e Vale do Tejo beneficiavam de ligação a sistemas de tratamento de águas residuais, percentagens bem acima da média nacional que se situou nos 50% (Fig. 28).

**Figura 27 - População residente com sistemas de drenagem de águas residuais, por regiões**

| Regiões | Anos | População Residente | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Servida | | Não Servida |
| | | Nº | Nº | % | Nº |
| **Portugal** | 1999 | **9 988 520** | **6 698 774** | **67,1** | **3 289 746** |
| | 2000 | **10 318 084** | **7 219 370** | **70,0** | **3 098 714** |
| Norte | 1999 | **3 585 350** | 1 766 377 | 49,3 | 1 818 973 |
| | 2000 | **3 680 379** | 1 914 801 | 52,0 | 1 765 578 |
| Centro | 1999 | **1 709 760** | 1 035 398 | 60,6 | 674 362 |
| | 2000 | **1 779 672** | 1 139 837 | 64,0 | 639 835 |
| Lisboa Vale do Tejo | 1999 | **3 329 720** | 3 001 298 | 90,1 | 328 422 |
| | 2000 | **3 447 173** | 3 138 054 | 91,0 | 309 119 |
| Alentejo | 1999 | **508 020** | 435 624 | 85,7 | 72 396 |
| | 2000 | **534 365** | 461 313 | 86,3 | 73 052 |
| Algarve | 1999 | **349 200** | 268 093 | 76,8 | 81 107 |
| | 2000 | **391 819** | 311 125 | 79,4 | 80 694 |
| Açores | 1999 | **245 480** | 75 736 | 30,9 | 169 744 |
| | 2000 | **242 073** | 137 751 | 56,9 | 104 322 |
| Madeira | 1999 | **260 990** | 116 248 | 44,5 | 144 742 |
| | 2000 | **242 603** | 116 489 | 48,0 | 126 114 |

Comparativamente a 1999, os maiores acréscimos verificaram-se nas regiões do Alentejo (+16%), do Algarve (+15%) e do Centro (+13%). As regiões em que a percentagem de pessoas servidas com tratamento de águas residuais é inferior à média nacional são a Madeira (48%), o Norte (37%) e os Açores (18%).

A nível regional, a evolução do caudal de águas residuais produzido foi muito distinta. Foram registadas variações acima da média nacional (+2%) nas regiões do Algarve (+30%), do Centro (+10%), do Norte (+9%) e da Madeira (+7%). Por sua vez, ocorreram quebras nos Açores (-20%), no Alentejo (-5%) e em Lisboa e Vale do Tejo (-4%).

**Figura 28 - População residente com sistemas de tratamento de águas residuais, por regiões**

| Regiões | Anos | População Residente | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Servida | | Não Servida |
| | | Nº | Nº | % | Nº |
| **Portugal** | 1999 | **9 988 520** | **4 546 420** | **45,5** | **5 442 100** |
| | 2000 | **10 318 084** | **5 160 046** | **50,0** | **5 158 038** |
| Norte | 1999 | **3 585 350** | 1 080 421 | 30,1 | 2 504 929 |
| | 2000 | **3 680 379** | 1 344 966 | 36,5 | 2 335 413 |
| Centro | 1999 | **1 709 760** | 825 041 | 48,3 | 884 719 |
| | 2000 | **1 779 672** | 930 608 | 52,3 | 849 064 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **3 329 720** | 1 949 412 | 58,5 | 1 380 308 |
| | 2000 | **3 447 173** | 2 084 444 | 60,5 | 1 362 729 |
| Alentejo | 1999 | **508 020** | 312 831 | 61,6 | 195 189 |
| | 2000 | **534 365** | 361 323 | 67,6 | 173 042 |
| Algarve | 1999 | **349 200** | 243 326 | 69,7 | 105 874 |
| | 2000 | **391 819** | 280 188 | 71,5 | 111 631 |
| Açores | 1999 | **245 480** | 31 816 | 13,0 | 213 664 |
| | 2000 | **242 073** | 42 659 | 17,6 | 199 414 |
| Madeira | 1999 | **260 990** | 103 573 | 39,7 | 157 417 |
| | 2000 | **242 603** | 115 858 | 47,8 | 126 745 |

Nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram produzidos, respectivamente, um caudal de 225 milhões e 112 milhões de $m^3$ de águas residuais, representando no conjunto, cerca de 70% do total do País.

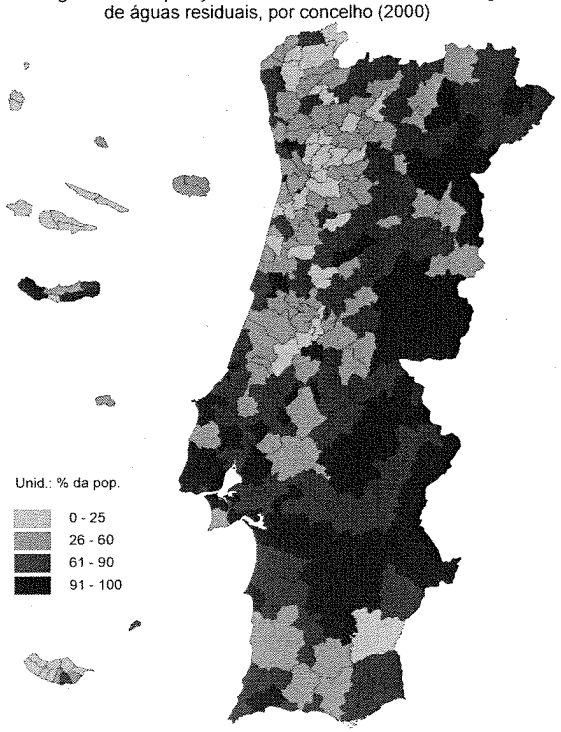
Relativamente às suas origens, cerca de 80% do volume de Lisboa e Vale do Tejo foi proveniente do caudal "Residencial e Serviços", enquanto na região Norte essa percentagem foi ainda mais elevada, tendo atingido cerca de 92% da sua produção.

*Madeira (99%) e Algarve (90%) apresentaram, em 2000, as mais elevadas taxas de tratamento de águas residuais.*

Assim, do volume total produzido, o caudal "Industrial" contribuiu apenas com 20%, para a região de Lisboa e Vale do Tejo, e 8%, para a do Norte.

O maior volume de águas residuais tratadas registou-se em Lisboa e Vale do Tejo, tendo totalizado 129 milhões $m^3$, repartidos principalmente entre o tratamento secundário (47%) e o terciário (37%). De seguida, surge a região Norte com 67 milhões de $m^3$ de águas tratadas, dos quais, 68% sofreram tratamento do tipo secundário e 19% do tipo primário (Fig. 30).

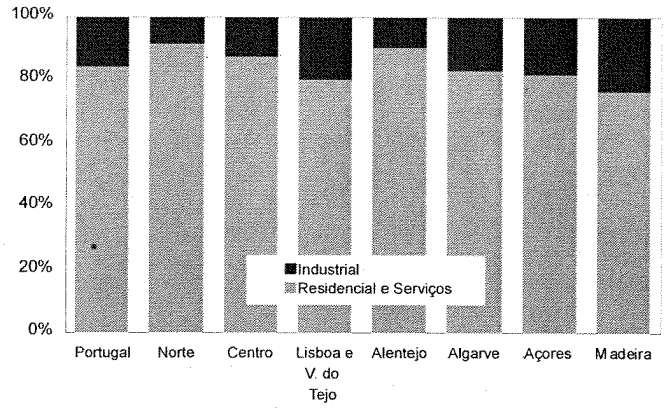
Cartograma 3 - População servida com sistemas de drenagem de águas residuais, por concelho (2000)




Entre 1999 e 2000, os principais acréscimos no tratamento das águas residuais foram verificados nas regiões do Algarve e do Norte (ambas com +33%). No sentido inverso, houve um decréscimo significativo na região dos Açores (-73%) e uma pequena quebra na região do Alentejo (-4%).

As regiões que apresentaram maiores percentagens de águas residuais tratadas foram as regiões da Madeira (99%), do Algarve (90%), do Centro (85%) e do Alentejo

**Figura 29 - Origem de águas residuais, por distribuição geográfica (2000)**




(80%), percentagens bem acima da média nacional que se fixou nos 65%. As regiões dos Açores, de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte continuam a apresentar as menores taxas de tratamento de águas residuais com 12%, 57% e 59%, respectivamente.

Relativamente ao tipo de tratamento utilizado, o tratamento secundário foi o mais utilizado em todas as regiões do País, com excepção dos Açores onde o tratamento primário se destacou com 60% seguido do tratamento preliminar com 23%, e da Madeira onde o tratamento preliminar se destacou com 83%, seguido do tratamento primário com 15%.

Relativamente ao tratamento terciário, nota-se um aumento significativo nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo com 48 milhões de $m^3$ e na região do Algarve com 13 milhões de $m^3$, tendo tido um peso de 37% para a primeira região e de 42% para a segunda.

Cartograma 4 - Águas residuais produzidas de origem "Residencial e Serviços", por habitante e por concelho (2000)

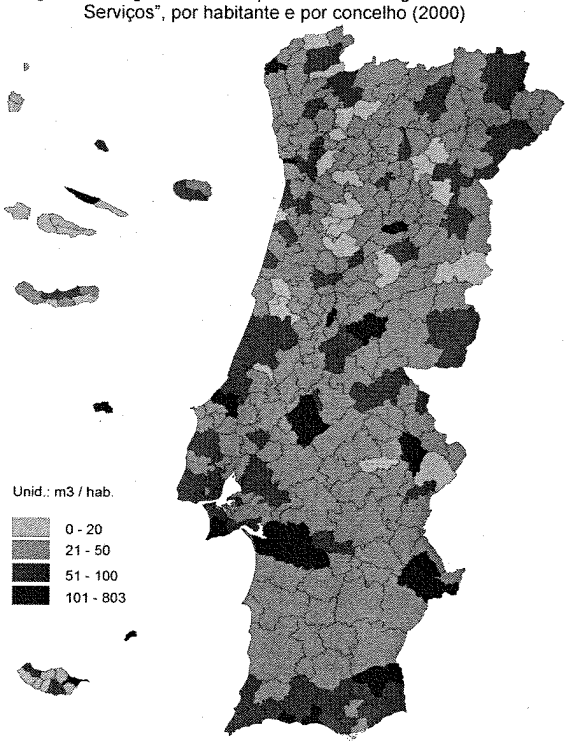


**Figura 30 - Tratamento de águas residuais, por regiões**

Unidade: $10^3 m^3$

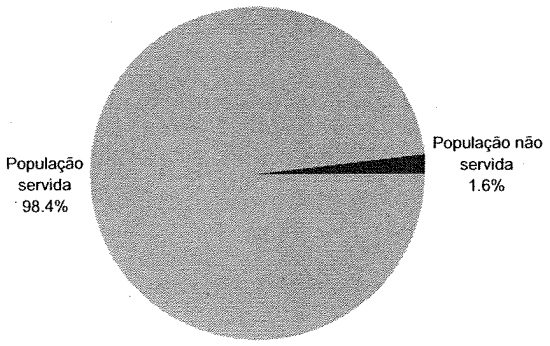
| Regiões | Anos | Caudal tratado | | | | | | Caudal não tratado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Tratamento | | | | % | |
| | | | Preliminar | Primário | Secundário | Terciário | | |
| **Portugal** | 1999 | **273 558** | **12 674** | **62 336** | **173 780** | **24 768** | **59,0** | **190 003** |
| | 2000 | **305 527** | **18 039** | **42 773** | **176 403** | **68 312** | **64,7** | **166 560** |
| Norte | 1999 | **50 234** | 522 | 3 251 | 37 741 | 8 720 | **48,6** | 53 032 |
| | 2000 | **66 675** | 2 066 | 12 953 | 45 663 | 5 993 | **59,4** | 45 583 |
| Centro | 1999 | **42 466** | 882 | 3 203 | 36 910 | 1 471 | **82,3** | 9 104 |
| | 2000 | **46 195** | 1 495 | 2 565 | 41 468 | 667 | **84,5** | 8 461 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **121 781** | 544 | 47 058 | 69 785 | 4 394 | **52,2** | 111 451 |
| | 2000 | **128 799** | 966 | 19 257 | 60 977 | 47 599 | **57,4** | 95 726 |
| Alentejo | 1999 | **19 850** | 623 | 5 616 | 11 854 | 1 757 | **78,6** | 5 399 |
| | 2000 | **19 091** | 558 | 5 293 | 12 270 | 970 | **79,9** | 4 804 |
| Algarve | 1999 | **23 286** | 193 | 831 | 13 836 | 8 426 | **87,5** | 3 318 |
| | 2000 | **30 955** | 2 186 | 113 | 15 798 | 12 858 | **89,6** | 3 592 |
| Açores | 1999 | **4 426** | 125 | 677 | 3 624 | - | **37,6** | 7 335 |
| | 2000 | **1 184** | 278 | 709 | 197 | - | **12,5** | 8 282 |
| Madeira | 1999 | **11 515** | 9 785 | 1 700 | 30 | - | **96,9** | 364 |
| | 2000 | **12 628** | 10 490 | 1 883 | 30 | 225 | **99,1** | 112 |

### 1.3.1.3. Resíduos municipais

Em 2000, cerca de 10,3 milhões de portugueses estavam servidos com sistemas de recolha de resíduos, o que correspondia a 98% da população residente em Portugal. Face ao ano anterior, houve um aumento de cerca de 357 mil pessoas a beneficiar deste serviço. O montante dos resíduos municipais recolhidos totalizou 4,8 milhões de toneladas, dos quais 98% foram resíduos "Urbanos" e cerca de 2% resíduos "Industriais"

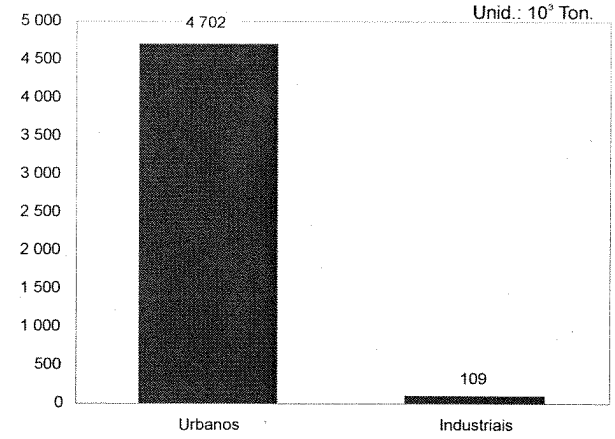
Do total dos resíduos urbanos, 3% (154 mil toneladas) foram recolhidos selectivamente, o que corresponde a um acréscimo de 49 mil toneladas face a 1999. No entanto, cerca de 215 mil toneladas (5% do total dos resíduos "Urbanos" recolhidos) foram recicladas ou tiveram a sua fracção fermentável transformada no denominado "Composto", aproveitado para fins agrícolas.

**Figura 31 - População com sistemas de recolha de resíduos municipais (2000)**




*A recolha de resíduos municipais aumentou 8% em 2000.*

**Figura 32 - Tipologia de resíduos recolhidos (2000)**

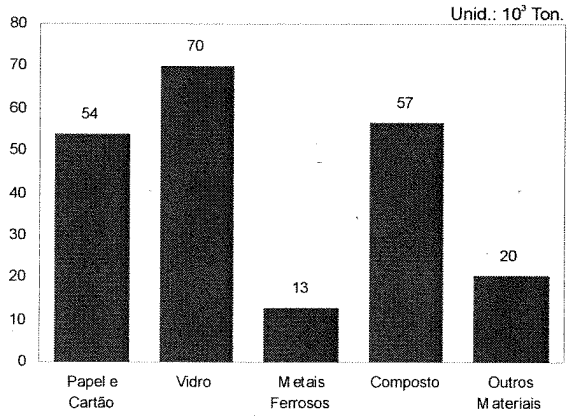



Comparativamente a 1999, a recolha selectiva registou um aumento de 46%, como resultado de um aumento do número de equipamentos e infra-estruturas adequadas a este tipo de recolha e a um consequente aumento da participação das populações na separação de resíduos. A recolha de "Outros Resíduos" (que incluem resíduos recolhidos na limpeza de ruas e praias, e a recolha de "monstros"), atingiu em 2000, 223 mil toneladas, valor ligeiramente inferior ao do ano anterior (224 mil toneladas).

Em 2000, dos materiais provenientes da reciclagem e da compostagem, o vidro (70 mil toneladas), o composto (57 mil toneladas) e o papel e cartão (54 mil toneladas) foram os mais significativos, tendo representado cerca de 84% do total.

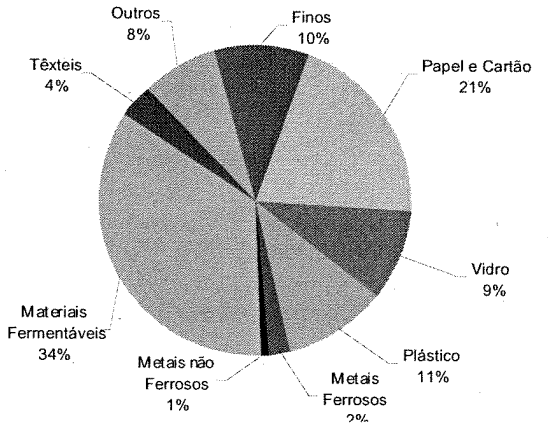
*O vidro e o papel e cartão foram os materiais mais reciclados em 2000.*

**Figura 33 - Quantidades de materiais reciclados e composto (2000)**




Dos materiais reciclados, os principais acréscimos foram registados no plástico (+199%), nos metais ferrosos (+122%), nos têxteis (+40%), no papel e cartão (+34%) e no vidro (+28%). O composto teve um aumento significativo face a 1999, passando de 33 mil toneladas no ano anterior, para 57 mil toneladas em 2000.

**Figura 34 - Composição média dos resíduos municipais por tipo de materiais (2000)**

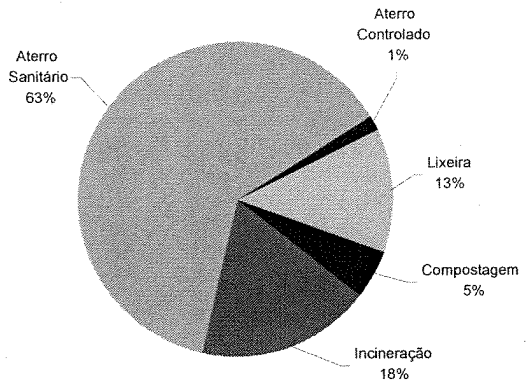



A recolha selectiva e separação de resíduos de metais não ferrosos e pilhas e baterias sofreram uma quebra de -49% em ambos, relativamente aos valores de 1999, registando-se menos 174 toneladas e menos 29 toneladas, respectivamente.

Relativamente à composição física média dos resíduos municipais, os materiais fermentáveis foram os mais representativos com 34%, seguidos do papel e cartão (21%), do plástico (11%) e dos finos (10%).

No que diz respeito ao destino final dos resíduos, as operações de eliminação (deposição em lixeiras, aterros e incineração) detêm peso significativo. Assim, em 2000, foram eliminados em aterros sanitários 3,3 milhões de toneladas de resíduos municipais, 975 mil toneladas através de incineração, 700 mil toneladas nas lixeiras e 79 mil toneladas em aterros controlados. Aproximadamente 264 mil toneladas de resíduos foram conduzidas para compostagem, o que corresponde a um aumento relativo de 48%, face a 1999, reforçando o peso desta solução nas operações de destino final dos resíduos.

**Figura 35 - Destinos finais dos resíduos municipais (2000)**




*Em 2000 os aterros sanitários foram utilizados para a deposição de 63% dos resíduos municipais*

A incineração também teve um forte crescimento em 2000, tendo sido utilizada para eliminar 975 mil toneladas de resíduos municipais, ao passo que no ano anterior o valor tinha sido de 628 toneladas.

A eliminação dos resíduos municipais em aterros sanitários não teve alteração significativa, representando 63% no ano de 2000.

No que diz respeito à deposição de resíduos em lixeiras, acentuou-se a tendência decrescente verificada nos últimos anos, essencialmente, devido ao encerramento deste tipo de instalações. Todavia no total do País verificou-se um aumento relevante no total de resíduos depositados nas lixeiras, que ficou a dever-se à deposição extraordinária de resíduos industriais, realizada directamente pelos respectivos produtores.

**Figura 36 - População residente com sistemas de recolha de resíduos municipais, por regiões**

| Regiões | Anos | População Residente | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Servida | | Não Servida |
| | | Nº | Nº | % | Nº |
| **Portugal** | 1999 | **9 988 520** | **9 797 783** | **98,1** | **190 737** |
| | 2000 | **10 318 084** | **10 154 833** | **98,4** | **163 251** |
| Norte | 1999 | **3 585 350** | 3 483 986 | 97,2 | 101 364 |
| | 2000 | **3 680 379** | 3 596 118 | 97,7 | 84 261 |
| Centro | 1999 | **1 709 760** | 1 678 326 | 98,2 | 31 434 |
| | 2000 | **1 779 672** | 1 756 435 | 98,7 | 23 237 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **3 329 720** | 3 313 634 | 99,5 | 16 086 |
| | 2000 | **3 447 173** | 3 432 360 | 99,6 | 14 813 |
| Alentejo | 1999 | **508 020** | 486 678 | 95,8 | 21 342 |
| | 2000 | **534 365** | 513 645 | 96,1 | 20 720 |
| Algarve | 1999 | **349 200** | 334 974 | 95,9 | 14 226 |
| | 2000 | **391 819** | 377 563 | 96,4 | 14 256 |
| Açores | 1999 | **245 480** | 245 267 | 99,9 | 213 |
| | 2000 | **242 073** | 241 925 | 99,9 | 148 |
| Madeira | 1999 | **260 990** | 254 918 | 97,7 | 6 072 |
| | 2000 | **242 603** | 236 787 | 97,6 | 5 816 |

### *As diferenças regionais*

Relativamente à população servida com sistemas de recolha de resíduos, as regiões dos Açores e de Lisboa e Vale do Tejo tinham praticamente

assegurada a cobertura total deste tipo de serviço, com 99,9% e 99,6%, respectivamente. O Algarve e o Alentejo apresentaram as percentagens mais baixas do País, ambas com 96% da população servida.

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram aquelas que mais resíduos recolheram, com 1,8 milhões de toneladas e 1,5 milhões de toneladas, respectivamente, representando, em conjunto, 70% da recolha nacional. Em terceiro lugar surge a região Centro, com 677 mil toneladas de resíduos recolhidos.

Relativamente ao tipo de resíduos recolhidos, os resíduos "Urbanos" foram os mais importantes em todas as regiões do País, tendo a média nacional sido de 98%. Os resíduos "Urbanos" constituíram a totalidade ou perto da totalidade dos resíduos municipais recolhidos nas regiões do Algarve, de Lisboa e Vale do Tejo, da Madeira e do Centro.

**Figura 37 - Tipo de resíduos municipais recolhidos, por regiões**

Unidade: Toneladas

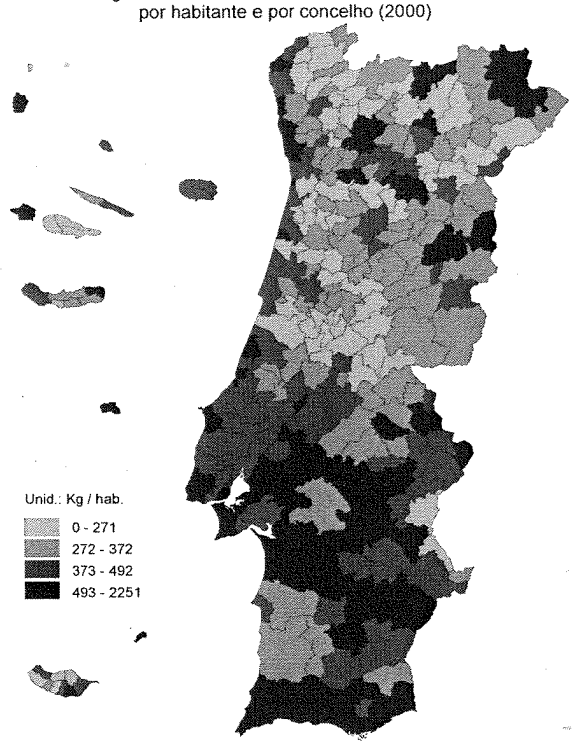
| Regiões | Anos | Total Geral | Urbanos | | | Industriais | Hospitalares |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Total | Dos quais: | | | |
| | | | | Recolha Selectiva | Outros | | |
| **Portugal** | 1999 | **4 486 027** | **4 429 049** | **105 512** | **223 600** | **54 155** | **2 823** |
| | 2000 | **4 812 702** | **4 702 072** | **154 032** | **223 469** | **109 105** | **1 525** |
| Norte | 1999 | **1 455 158** | 1 409 434 | 34 962 | 42 365 | 44 521 | 1 203 |
| | 2000 | **1 513 718** | 1 436 545 | 51 644 | 56 296 | 77 074 | 99 |
| Centro | 1999 | **587 470** | 583 263 | 7 486 | 2 982 | 4 146 | 61 |
| | 2000 | **677 260** | 667 012 | 15 039 | 4 246 | 10 236 | 12 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **1 737 719** | 1 735 963 | 41 817 | 156 290 | 1 729 | 27 |
| | 2000 | **1 868 882** | 1 850 312 | 60 441 | 130 222 | 18 498 | 72 |
| Alentejo | 1999 | **241 180** | 238 702 | 4 351 | 2 495 | 1 900 | 578 |
| | 2000 | **244 826** | 242 351 | 6 522 | 5 772 | 1 900 | 575 |
| Algarve | 1999 | **249 971** | 249 971 | 5 511 | 11 121 | - | - |
| | 2000 | **281 208** | 281 208 | 6 382 | 17 414 | - | - |
| Açores | 1999 | **98 602** | 96 509 | 2 007 | 5 617 | 1 770 | 323 |
| | 2000 | **100 466** | 98 955 | 3 614 | 1 824 | 1 305 | 206 |
| Madeira | 1999 | **115 927** | 115 207 | 9 378 | 2 730 | 89 | 631 |
| | 2000 | **126 342** | 125 689 | 10 390 | 7 695 | 92 | 561 |

No que se refere à "Recolha selectiva", as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte foram as que mais materiais recolheram selectivamente, com 60 mil toneladas e 52 mil toneladas, respectivamente, tendo em conjunto contribuído com 73% do total.

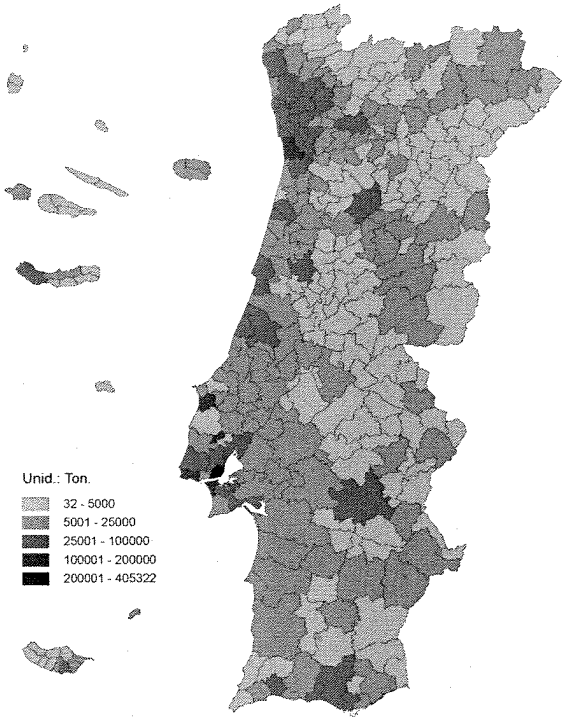
Comparativamente a 1999, a evolução foi positiva em todas as regiões, mas os principais acréscimos registaram-se nas regiões do Centro (+101%), dos Açores (+80%), do Alentejo (+50%) e de Lisboa e Vale do Tejo (+45%).

A recolha de resíduos "Industriais" pelos municípios, teve apenas expressão na região do Norte com 77 mil toneladas de resíduos recolhidos, representando 5% do total da região. Nas restantes regiões, o peso dos resíduos "Industriais" recolhidos pelos municípios não foi além de 2%.

Cartograma 5 - Resíduos sólidos urbanos recolhidos, por habitante e por concelho (2000)




Cartograma 6 - Resíduos sólidos urbanos recolhidos, por concelho (2000)




Nos resíduos "Hospitalares", o destaque vai para as regiões do Alentejo e da Madeira, com 575 mil toneladas e 561 mil toneladas, respectivamente, representando conjuntamente 75% do total recolhido pelos municípios.

Em 2000, as regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo contribuíram, respectivamente, com 95 mil e 74 mil toneladas de materiais para reciclagem, incluindo o composto, representando cerca de 80% do total. Na região do Norte, os principais materiais remetidos para reciclagem foram o vidro (25%) e o papel e cartão (10%). Por sua vez, na região de Lisboa e Vale do Tejo, os materiais com maior relevo, são os mesmos, mas em ordem inversa e com um maior peso relativo no global da região, o papel e cartão (40%) e o vidro (33%) (Fig. 38).

Em termos de destino final dos resíduos, os aterros sanitários constituíram a principal solução para os resíduos municipais do País, onde foram depositadas 3 371 470 toneladas, representando cerca de 63% do total.

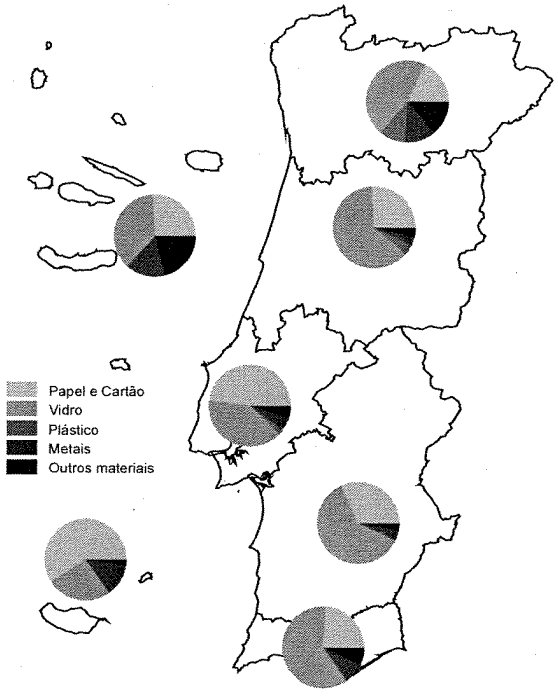
**Figura 38 - Reciclagem e compostagem, por regiões**

Unidade: Toneladas

| Regiões | Anos | Total | Papel e Cartão | Vidro | Plástico | Metais | | Pilhas e Baterias | Têxteis | Composto | Outros |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | Ferrosos | Não Ferrosos | | | | |
| **Portugal** | 1999 | **153 460** | **40 400** | **54 862** | **2 450** | **5 825** | **357** | **51** | **149** | **32 961** | **16 405** |
| | 2000 | **214 726** | **54 295** | **70 209** | **7 325** | **12 906** | **183** | **22** | **208** | **56 938** | **12 640** |
| Norte | 1999 | **69 460** | 8 049 | 19 669 | 725 | 2 274 | 263 | 7 | - | 25 746 | 12 727 |
| | 2000 | **95 196** | 9 473 | 24 084 | 5 154 | 6 557 | 51 | 2 | 117 | 42 331 | 7 427 |
| Centro | 1999 | **7 627** | 1 867 | 5 194 | 178 | 53 | 23 | 1 | 15 | - | 296 |
| | 2000 | **15 010** | 3 908 | 9 440 | 587 | 333 | 68 | 1 | - | - | 673 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **50 501** | 21 562 | 20 852 | 1 243 | 1 581 | 45 | 42 | 134 | 4 669 | 373 |
| | 2000 | **74 490** | 30 016 | 24 672 | 1 506 | 3 292 | 33 | 18 | 91 | 12 032 | 2 830 |
| Alentejo | 1999 | **4 187** | 980 | 2 961 | 17 | 192 | 25 | - | - | - | 12 |
| | 2000 | **6 498** | 2 066 | 3 935 | 25 | 253 | - | - | - | - | 219 |
| Algarve | 1999 | **5 513** | 1 204 | 3 601 | 217 | 342 | 1 | - | - | - | 148 |
| | 2000 | **6 382** | 1 525 | 3 923 | 14 | 517 | 6 | - | - | - | 397 |
| Açores | 1999 | **3 924** | 1 046 | 318 | 30 | - | - | - | - | - | 2 530 |
| | 2000 | **3 844** | 985 | 1 409 | 30 | 577 | - | - | - | - | 843 |
| Madeira | 1999 | **12 248** | 5 692 | 2 267 | 40 | 1 383 | - | 1 | - | 2 546 | 319 |
| | 2000 | **13 306** | 6 322 | 2 746 | 9 | 1 377 | 25 | 1 | - | 2 575 | 251 |

Tal como no ano anterior, a incineração surge, em 2000, como o segundo destino final para a eliminação dos resíduos municipais, sendo utilizada apenas nas regiões do Norte, de Lisboa e Vale do Tejo e da Madeira, representando no global 18% do total de resíduos depositados.

Cartograma 7 - Estrutura dos materiais reciclados e composto, por região (2000)




Cartograma 8 - Percentagem de materiais remetidos para reciclagem e composto, por concelho (2000)

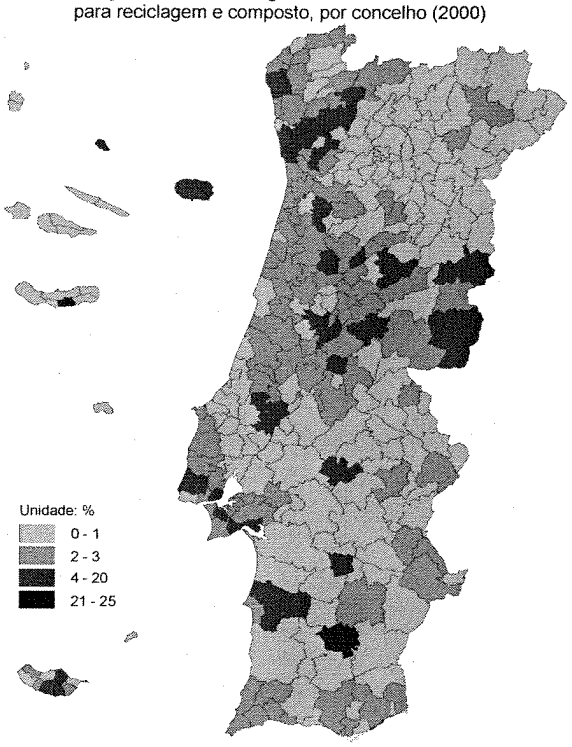


**Figura 39 - Valorização e eliminação de resíduos municipais, por regiões**

Unidade: Toneladas

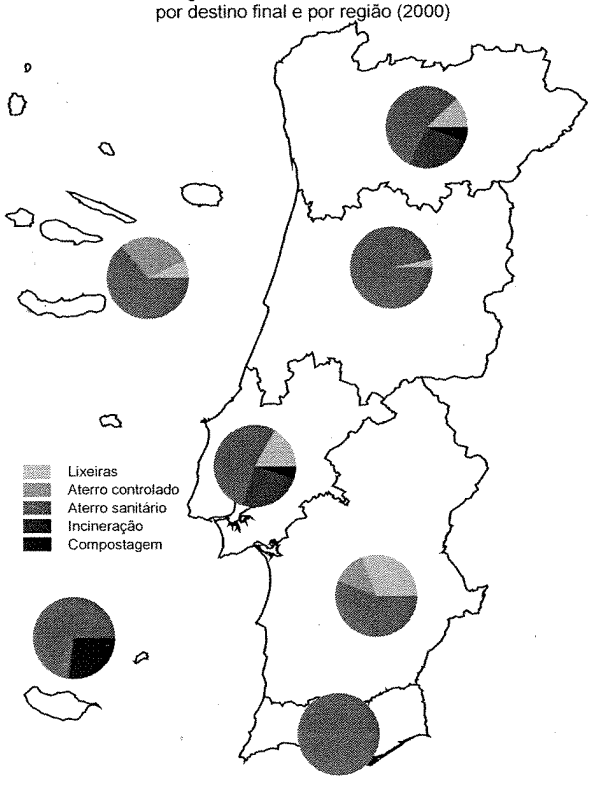
| Regiões | Anos | Total | Compostagem | Incineração | Aterro Sanitário | Aterro Controlado | Lixeira |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Portugal** | 1999 | **4 475 831** | **178 139** | **627 728** | **2 842 598** | **234 218** | **593 148** |
| | 2000 | **5 372 443** | **263 859** | **975 263** | **3 371 470** | **78 780** | **683 071** |
| Norte | 1999 | **1 430 950** | 100 785 | 101 043 | 899 965 | 49 391 | 279 766 |
| | 2000 | **1 437 622** | 80 804 | 374 682 | 805 792 | 5 964 | 170 380 |
| Centro | 1999 | **601 738** | - | 3 078 | 494 005 | 36 401 | 68 254 |
| | 2000 | **707 676** | - | - | 684 365 | - | 23 311 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **1 751 302** | 36 089 | 519 546 | 1 011 637 | 47 500 | 136 530 |
| | 2000 | **2 434 215** | 147 322 | 598 695 | 1 282 385 | - | 405 813 |
| Alentejo | 1999 | **239 399** | - | - | 80 359 | 61 237 | 97 803 |
| | 2000 | **241 978** | - | - | 136 289 | 31 565 | 74 124 |
| Algarve | 1999 | **252 308** | - | - | 252 308 | - | - |
| | 2000 | **274 119** | - | - | 274 119 | - | - |
| Açores | 1999 | **94 338** | - | - | 43 854 | 39 689 | 10 795 |
| | 2000 | **141 439** | - | - | 90 745 | 41 251 | 9 443 |
| Madeira | 1999 | **105 796** | 41 265 | 4 061 | 60 470 | - | - |
| | 2000 | **135 394** | 35 733 | 1 886 | 97 775 | - | - |

Os aterros controlados têm vindo a perder importância relativa em algumas regiões do País, mas continuaram a ser significativos para o Alentejo e para os Açores, uma vez que estas regiões ainda aí depositaram, 13% e 29% dos seus resíduos municipais, respectivamente.

Relativamente às lixeiras, como já foi referido anteriormente, acentuou-se a tendência decrescente verificada nos últimos anos. Assim, os maiores decréscimos verificaram-se nas regiões do Centro (-66%), do Norte (-39%) e do Alentejo (-24%). Lisboa e Vale do Tejo contrariou a tendência. Este aumento deveu-se à deposição de resíduos "Industriais", que foram depositados directamente pelas indústrias produtoras na lixeira.

*Em 2000, 26% dos resíduos municipais na região do Norte foram eliminados pelo processo de incineracão.*

Cartograma 9 - Estrutura dos resíduos, por destino final e por região (2000)




A compostagem foi utilizada nas regiões do Norte (81 mil toneladas), em Lisboa e Vale do Tejo (147 mil toneladas) e na Madeira (36 mil toneladas), tendo nesta última região representado 26% do total eliminado e valorizado.

### 1.3.2. Dados económicos

No ano de 2000, os Municípios despenderam 501,2 milhões de euros em actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente, correspondendo a um acréscimo de 11% face ao ano transacto (Fig. 40).

*Cerca de 88% das despesas dos Municípios, em 2000, incidiram sobre os domínios Recurso Água e Resíduos.*

No que se refere à afectação das despesas pelos domínios de gestão e protecção do ambiente, apenas o domínio "Gestão de Resíduos" absorveu 248,1 milhões de euros, dos quais 211,1 milhões destinaram-se a "Despesas Correntes", correspondendo a 42% do total das despesas efectuadas pelos Municípios. O domínio "Protecção do Recurso Água", absorvendo 194,8 milhões de euros, ascendeu a 39% da despesa total. Neste domínio, 80% da despesa foi direccionada para "Despesas de Capital", correspondentes a 155,9 milhões de euros. O domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" constitui o terceiro domínio de acções de protecção ambiental que envolvem montantes mais expressivos por parte dos Municípios, num montante global que ascende a 48 milhões de euros, o que representa cerca de 10% da despesa total.

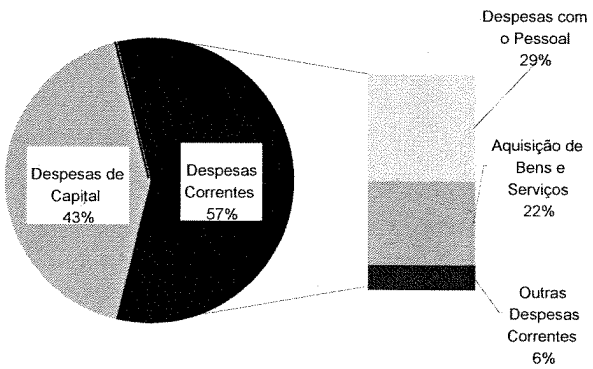
**Figura 40 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente**

Unidade: $10^3$ EUR

| Domínios de Ambiente | Anos | Agregados económicos | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Total | Despesas correntes | Despesas de capital |
| **Total** | 1999 | **451 270** | **256 406** | **194 864** |
| | 2000 | **501 221** | **287 929** | **213 292** |
| Qualidade do ar & clima | 1999 | **76** | 69 | 7 |
| | 2000 | **86** | 86 | - |
| Protecção do recurso água | 1999 | **172 350** | 36 912 | 135 438 |
| | 2000 | **194 785** | 38 889 | 155 896 |
| Gestão de resíduos | 1999 | **218 534** | 178 327 | 40 207 |
| | 2000 | **248 148** | 211 103 | 37 045 |
| Solos & águas subterrâneas | 1999 | **54** | 25 | 28 |
| | 2000 | **124** | 79 | 46 |
| Ruído & vibrações | 1999 | **266** | 205 | 60 |
| | 2000 | **88** | 81 | 7 |
| Biodiversidade & paisagem | 1999 | **50 958** | 34 420 | 16 538 |
| | 2000 | **47 982** | 30 313 | 17 669 |
| Protecção contra radiações | 1999 | - | - | - |
| | 2000 | - | - | - |
| Investigação & desenvolvimento | 1999 | **257** | 257 | - |
| | 2000 | **83** | 83 | - |
| Outras actividades de protecção do ambiente | 1999 | **8 775** | 6 190 | 2 585 |
| | 2000 | **9 926** | 7 296 | 2 630 |

Comparativamente a 1999, os maiores acréscimos em termos relativos ocorreram nos domínios "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas" (+132%) e "Gestão de Resíduos" (+14%). Pelo sentido negativo, há a registar as quebras ocorridas nos domínios "Protecção contra o Ruído e Vibrações" (de 266 mil euros, em 1999, para 88 mil euros, em 2000) e "Investigação e Desenvolvimento" em que, para o mesmo período, a despesa diminuiu de 257 mil euros para 83 mil euros. Analisando em termos de agregados económicos, as "Despesas Correntes" em 2000, totalizaram 287,9 milhões de euros, dos quais 143,3 milhões de euros se destinaram a "Despesas com o Pessoal" e 112,3 milhões de euros a "Aquisição de Bens e Serviços" (Fig. 42). As "Despesas de

**Figura 41 - Despesas dos Municípios por agregados económicos (2000)**



Capital" somaram 213,3 milhões de euros e a maior parcela foi para "Investimentos", que atingiu 193,5 milhões de euros e corresponde a um aumento de 13% face ao montante de 1999.

**Figura 42 - Despesas dos Municípios por agregados económicos, segundo as regiões**

2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados económicos | Regiões | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Norte | Centro | Lisboa e Vale do Tejo | Alentejo | Algarve | Açores | Madeira |
| **Total** | **501 221** | **121 116** | **86 765** | **168 113** | **46 315** | **54 669** | **7 881** | **16 362** |
| **Despesas Correntes** | **287 929** | **79 120** | **48 332** | **98 952** | **16 772** | **27 758** | **3 928** | **13 069** |
| Despesas com o Pessoal | **143 284** | 39 372 | 21 057 | 43 849 | 12 221 | 13 925 | 2 759 | 10 100 |
| Aquisição de Bens e Serviços | **112 311** | 31 861 | 24 113 | 37 288 | 3 233 | 12 409 | 1 024 | 2 383 |
| Transferências Correntes | **22 467** | 4 044 | 2 237 | 15 848 | 117 | 62 | 47 | 111 |
| Outras Despesas Correntes | **9 867** | 3 842 | 924 | 1 967 | 1 201 | 1 362 | 97 | 473 |
| **Despesas de Capital** | **213 292** | **41 997** | **38 433** | **69 161** | **29 544** | **26 911** | **3 953** | **3 294** |
| Investimentos | **193 514** | 33 611 | 33 620 | 66 257 | 27 344 | 26 650 | 2 951 | 3 081 |
| Transferências de Capital | **11 754** | 4 406 | 4 007 | 1 789 | 663 | 14 | 875 | - |
| Outras Despesas de Capital | **8 024** | 3 980 | 806 | 1 115 | 1 536 | 247 | 127 | 212 |

Relacionando os domínios de gestão e protecção do ambiente e os agregados económicos, verifica-se que no domínio "Protecção do Recurso Água", a rubrica mais significativa foram "Investimentos", ascendendo a 152,8 milhões de euros, representando 78% da despesa total no domínio. No que diz respeito ao domínio "Gestão de Resíduos", a situação apresenta-se bastante diferente: as rubricas mais significativas referem-se a "Despesas com o Pessoal" e "Aquisição de Bens e Serviços" somando 102 e 92,8 milhões de euros, respectivamente, representando em conjunto 79% das despesas no domínio. Os "Investimentos" em equipamentos no domínio "Gestão de Resíduos", fixaram-se nos 26,4 milhões euros, correspondendo a 11% do total.

### *As diferenças regionais*

Relativamente à distribuição geográfica, constata-se que a despesa efectuada pelos Municípios em gestão e protecção do ambiente, para o ano de 2000, aumentou em todas as regiões do País, com excepção da região Norte (Fig. 43). As maiores variações ocorreram na região do Alentejo (+54%) e Algarve (+43%), totalizando, em conjunto, 101 milhões de euros e que corresponderam a 20% da despesa global dos Municípios no total do País.

Em geral, apenas os domínios "Protecção do Recurso Água", "Gestão de Resíduos" e "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" absorvem a maior parte dos montantes financeiros aplicados pelas Câmaras Municipais em acções de gestão e protecção do ambiente, representando em média 98% do total das despesas em cada região. Todavia a distribuição em cada uma das regiões regista, ligeiras variações, destacando-se a região do Alentejo em que, aproximadamente, 62% das despesas, incidiram no domínio "Protecção do Recurso Água".

**Figura 43 - Despesas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as regiões**

Unidade: $10^3$ EUR

| Domínios de Ambiente | Anos | Regiões | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Norte | Centro | Lisboa e Vale do Tejo | Alentejo | Algarve | Açores | Madeira |
| **Total** | 1999 | **451 270** | **128 077** | **71 504** | **162 265** | **30 134** | **38 148** | **5 567** | **15 574** |
| | 2000 | **501 221** | **121 116** | **86 765** | **168 113** | **46 315** | **54 669** | **7 881** | **16 362** |
| Qualidade do ar & clima | 1999 | **76** | 2 | - | 74 | - | - | - | - |
| | 2000 | **86** | 14 | 36 | 36 | - | - | - | - |
| Protecção do recurso água | 1999 | **172 350** | 50 260 | 23 205 | 65 255 | 13 416 | 17 334 | 1 838 | 1 043 |
| | 2000 | **194 785** | 34 292 | 36 172 | 62 335 | 28 526 | 29 858 | 2 098 | 1 504 |
| Gestão de resíduos | 1999 | **218 534** | 64 492 | 34 534 | 76 977 | 14 085 | 15 894 | 3 701 | 8 852 |
| | 2000 | **248 148** | 74 242 | 38 081 | 83 913 | 14 388 | 21 702 | 5 696 | 10 127 |
| Solos & águas subterrâneas | 1999 | **54** | - | 28 | 15 | - | 10 | - | - |
| | 2000 | **124** | - | 98 | 26 | - | - | - | - |
| Ruído & vibrações | 1999 | **266** | 25 | - | 179 | 52 | 10 | - | - |
| | 2000 | **88** | 69 | - | 19 | - | - | - | - |
| Biodiversidade & paisagem | 1999 | **50 958** | 10 635 | 13 598 | 16 879 | 808 | 3 386 | 11 | 5 641 |
| | 2000 | **47 982** | 7 972 | 12 080 | 18 079 | 2 389 | 2 984 | 66 | 4 410 |
| Protecção contra radiações | 1999 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2000 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Investigação & desenvolvimento | 1999 | **257** | - | - | 246 | - | - | 10 | - |
| | 2000 | **83** | 12 | 5 | 50 | - | - | 16 | - |
| Outras actividades de protecção do ambiente | 1999 | **8 775** | 2 662 | 140 | 2 641 | 1 773 | 1 513 | 7 | 39 |
| | 2000 | **9 926** | 4 514 | 293 | 3 655 | 1 013 | 125 | 6 | 320 |

A região da Madeira também apresenta um comportamento divergente das restantes regiões, registando-se um peso menos relevante do domínio "Protecção do Recurso Água" (9%) e destacando-se o domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" que ascende a 27% da despesa na região, ao contrário das restantes regiões, cujas despesas neste domínio oscilam entre os 5% (Alentejo) e os 14% (Centro).

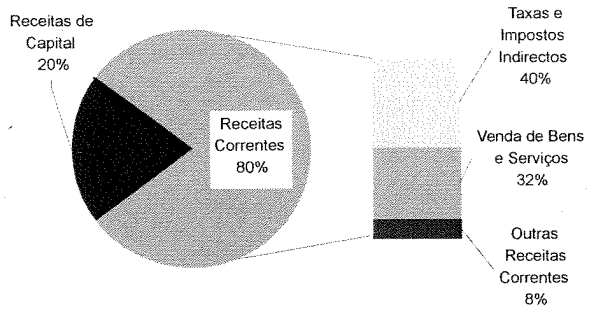
**Figura 44 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente**

Unidade: $10^3$ EUR

| Domínios de Ambiente | Anos | Agregados Económicos | | |
|---|---|---|---|---|
| | | Total | Receitas correntes | Receitas de capital |
| **Total** | 1999 | **166 527** | **108 730** | **57 796** |
| | 2000 | **186 142** | **148 327** | **37 815** |
| Qualidade do ar & clima | 1999 | - | - | - |
| | 2000 | - | - | - |
| Protecção do recurso água | 1999 | **117 102** | 67 399 | 49 703 |
| | 2000 | **113 086** | 84 187 | 28 899 |
| Gestão de resíduos | 1999 | **40 971** | 37 302 | 3 669 |
| | 2000 | **62 664** | 58 962 | 3 702 |
| Solos & águas subterrâneas | 1999 | **41** | - | 41 |
| | 2000 | - | - | - |
| Ruído & vibrações | 1999 | **8** | 8 | - |
| | 2000 | **0** | 0 | - |
| Biodiversidade & paisagem | 1999 | **7 185** | 3 458 | 3 727 |
| | 2000 | **9 614** | 4 835 | 4 779 |
| Protecção contra radiações | 1999 | - | - | - |
| | 2000 | - | - | - |
| Investigação & desenvolvimento | 1999 | - | - | - |
| | 2000 | **91** | - | 91 |
| Outras actividades de protecção do ambiente | 1999 | **1 219** | 564 | 655 |
| | 2000 | **687** | 343 | 344 |

Em termos de agregados económicos, verifica-se que o Investimento no conjunto do País ascendeu a 193,5 milhões de euros, o que em termos relativos corresponde a 39% da despesa total. Em termos das regiões verifica-se que Lisboa e Vale do Tejo, Centro e Açores os montantes direccionados para Investimentos assumem um peso em redor de 39% do total das despesas em cada. A região do Alentejo em que os Investimentos dos Municípios ascenderam a 27,3 milhões de euros, apresenta o maior peso registado nesta rubrica (59%) no conjunto das despesas da região. A Madeira pelo sentido inverso, constitui a região em

**Figura 45 - Receitas dos Municípios por agregados económicos (2000)**




que o Investimento assume menor expressão no conjunto das despesas, não ultrapassando os 19%, correspondendo a um montante de 3 milhões de euros.

Em 2000, as receitas dos Municípios provenientes das actividades relacionadas com a gestão e protecção do ambiente (Fig. 44), totalizaram 186,1 milhões de euros, mais 12% que no ano anterior. A principal fonte de financiamento provém das "Receitas Correntes" (80%).

Os domínios que mais contribuíram para este resultado foram "Protecção do Recurso Água" (61%) e "Gestão de Resíduos" (34%).

O domínio "Protecção do Recurso Água" obteve 113,1 milhões de euros de receitas durante o ano de 2000, dos quais 84,2 milhões de euros foram provenientes de "Receitas Correntes" e 28,9 milhões de euros de "Receitas de Capital". Por sua vez, o domínio "Gestão de Resíduos" gerou 62,7 milhões de euros de receitas, cabendo cerca de 94% deste montante a "Receitas Correntes".

Comparativamente a 1999, o domínio "Gestão de Resíduos" registou um aumento de 53%, enquanto o domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" teve uma subida de 34%. No que se refere à desagregação dos agregados económicos (Fig. 46), as rubricas mais significativas foram "Taxas e Impostos Indirectos" (74,1 milhões de euros) e "Venda de Bens e Serviços" (59,3 milhões de euros) que totalizaram, em conjunto, 72% do total das receitas dos Municípios. Para além destas rubricas destacou-se as "Transferências de Capital", num montante global de 37,3 milhões de euros, representando 20% do total de receitas no conjunto do País.

**Figura 46 - Receitas dos Municípios por agregados económicos, segundo as regiões**

2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Agregados Económicos | Regiões | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Norte | Centro | Lisboa e Vale do Tejo | Alentejo | Algarve | Açores | Madeira |
| **Total** | **186 142** | **34 545** | **17 574** | **94 763** | **12 945** | **18 299** | **2 101** | **5 915** |
| **Receitas Correntes** | **148 327** | **28 700** | **9 649** | **84 001** | **6 837** | **12 762** | **1 626** | **4 751** |
| Taxas e Impostos Indirectos | **74 128** | 10 253 | 6 033 | 51 212 | 1 671 | 1 486 | 981 | .2 491 |
| Venda de Bens e Serviços | **59 311** | 15 455 | 2 006 | 27 493 | 482 | 10 970 | 645 | 2 260 |
| Transferências Correntes | **9 834** | 2 903 | 1 537 | 407 | 4 684 | 303 | - | - |
| Outras Receitas Correntes | **5 054** | 89 | 72 | 4 889 | o | 3 | - | 1 |
| **Receitas de Capital** | **37 815** | **5 845** | **7 925** | **10 761** | **6 108** | **5 537** | **475** | **1 164** |
| Transferências de Capital | **37 349** | 5 553 | 7 791 | 10 722 | 6 108 | 5 537 | 475 | 1 164 |
| Outras Receitas de Capital | **466** | 292 | 134 | 40 | - | - | - | - |

Como já referido anteriormente, o domínio "Protecção do Recurso Água" foi a componente ambiental donde resulta a maior parte das receitas, tendo gerado 59% das "Taxas e Impostos Indirectos", 60% da "Venda de Bens e Serviços" e 77% das "Transferências de Capital". Por sua

vez, o domínio "Gestão de Resíduos" foi responsável por 38% das receitas provenientes da "Venda de Bens e Serviços" e 41% das "Taxas e Impostos Indirectos".

*Os Municípios da região de Lisboa e Vale do Tejo geraram 69% das receitas provenientes de "Taxas e Impostos Indirectos", do montante global de 74 milhões de euros contabilizado no total do País.*

### *As diferenças regionais*

Em termos regionais (Fig. 46), em Lisboa e Vale do Tejo (94,8 milhões de euros) e no Norte (34,5 milhões de euros) concentram-se os Municípios que geram a maior parte das receitas relacionadas com acções de gestão e protecção do ambiente (69%).

Face a 1999, os principais acréscimos verificaram-se nas regiões do Alentejo (+70%) e do Algarve (+60%), bem acima da média nacional (+12%).

Analisando detalhadamente as receitas dos Municípios pelos vários domínios de gestão e protecção do ambiente, verifica-se que em todas as regiões do País, os recursos provêm, essencialmente dos domínios "Protecção do Recurso Água" e "Gestão de Resíduos". Nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte, estes dois domínios geraram receitas que representaram, respectivamente, 76% e 23% na primeira região, e 35% e 59% na segunda região.

**Figura 47 - Receitas dos Municípios por domínios de ambiente, segundo as regiões**

Unidade: $10^3$ EUR

| Domínios de Ambiente | Anos | Regiões | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Norte | Centro | Lisboa e Vale do Tejo | Alentejo | Algarve | Açores | Madeira |
| **Total** | 1999 | **166 527** | **38 677** | **13 038** | **86 725** | **7 600** | **11 428** | **3 165** | **5 893** |
| | 2000 | **186 142** | **34 545** | **17 574** | **94 763** | **12 945** | **18 299** | **2 101** | **5 915** |
| Qualidade do ar & clima | 1999 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2000 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Protecção do recurso água | 1999 | **117 102** | 25 030 | 6 187 | 68 126 | 5 750 | 8 134 | 1 780 | 2 096 |
| | 2000 | **113 086** | 12 112 | 9 275 | 72 136 | 5 415 | 10 404 | 465 | 3 279 |
| Gestão de resíduos | 1999 | **40 971** | 11 674 | 5 223 | 15 894 | 1 271 | 2 703 | 1 377 | 2 829 |
| | 2000 | **62 664** | 20 521 | 6 388 | 21 374 | 3 039 | 7 177 | 1 630 | 2 535 |
| Solos & águas subterrâneas | 1999 | **41** | - | - | 41 | - | - | - | - |
| | 2000 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ruído & vibrações | 1999 | **8** | 8 | - | - | - | - | - | - |
| | 2000 | o | - | - | o | - | - | - | - |
| Biodiversidade & paisagem | 1999 | **7 185** | 1 659 | 1 628 | 2 014 | 323 | 592 | - | 968 |
| | 2000 | **9 614** | 1 336 | 1 911 | 1 147 | 4 401 | 717 | - | 102 |
| Protecção contra radiações | 1999 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2000 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Investigação & desenvolvimento | 1999 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 2000 | **91** | - | - | - | 91 | - | - | - |
| Outras actividades de protecção do ambiente | 1999 | **1 219** | 306 | - | 649 | 256 | - | 7 | - |
| | 2000 | **687** | 575 | - | 105 | - | - | 6 | - |

Em termos de agregados económicos, as receitas dos Municípios durante o ano de 2000 foram oriundas, na sua maioria, de "Taxas e Impostos Indirectos", "Venda de Bens e Serviços" e "Transferências de Capital". Relativamente às "Taxas e Impostos Indirectos" os municípios de Lisboa e Vale do Tejo e do Norte contribuíram com 69% e 14%, respectivamente, enquanto na rubrica "Venda de Bens e Serviços", a participação foi de 46%, para a primeira região, e 26% para a segunda. A rubrica "Transferências de Capital" foi a mais significativa para as regiões do Centro e do Alentejo, tendo representado 44% do total das receitas, para a primeira região, e 47% para a segunda.

# 2. EMPRESAS

# 2. EMPRESAS

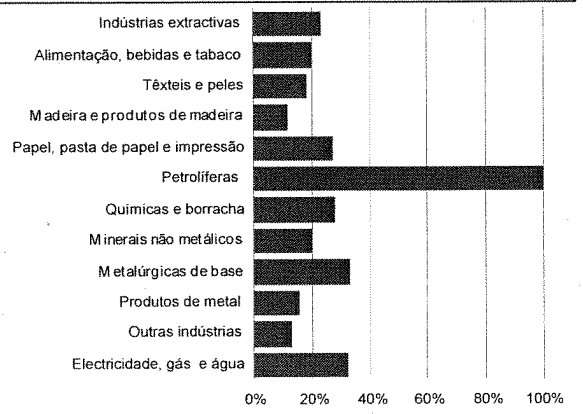
## 2.1. Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente desenvolvidas pelas empresas da Indústria

### 2.1.1. Empresas que desenvolveram actividades de protecção ambiental

Os dados recolhidos referem-se à informação dos custos e perdas e de proveitos e ganhos das empresas em actividades cujo objectivo foi monitorar, prevenir, reduzir e eliminar a poluição, ou outros factores de degradação do ambiente, inerentes aos processos produtivos das empresas.

Classificando as empresas por sectores de actividade, registou-se, no ano 2000, uma variação entre 12% e 33% de empresas que afirmaram ter desenvolvido actividades de gestão e protecção ambiental (Fig. 48). O valor do sector das petrolíferas (100%) é reflexo do reduzido número de empresas deste sector (duas empresas).

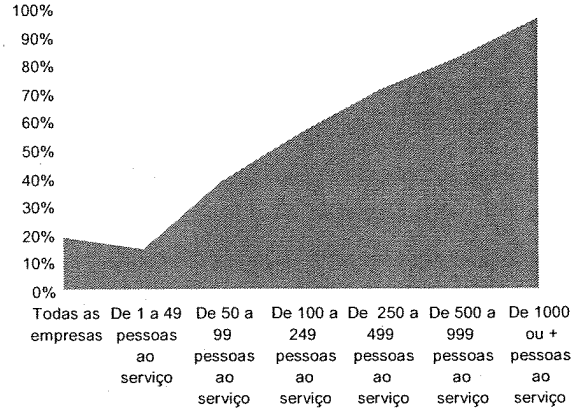
**Figura 48 - Percentagem de empresas que realizaram actividades na luta contra a poluição por sectores de actividade (2000)**




Avaliando esta característica com base na dimensão das empresas, segundo os escalões de pessoal ao serviço, verificamos que são as empresas de maior dimensão aquelas que, em maior proporção, referiram ter desenvolvido este tipo de actividade (Fig. 49).

Para cálculo da estimativa, foram consideradas as empresas que efectuaram, durante o ano 2000, investimentos em tecnologias de controlo ou redução da poluição (fim-de-linha e/ou integradas) e as empresas que suportaram despesas correntes com actividades de luta contra a poluição, como por exemplo o tratamento de emissão de gases para a atmosfera, tratamento de águas residuais e gestão organizada de recolha e transporte de resíduos. Incluem-se também empresas que recorreram a serviços de terceiros no desenvolvimento de actividades de gestão, controlo e redução do impacto ambiental por elas provocado.

**Figura 49 - Percentagem de empresas que realizaram actividades na luta contra a poluição por escalões de dimensão (2000)**




Analisando agora a informação desagregada por sectores de actividade económica (Fig. 50), verifica-se que o estrato de empresas de menor dimensão (1 a 49 pessoas ao serviço) constitui aquele em que regista menor proporção de unidades que mencionaram terem efectuado investimentos ou acções de minimização da poluição, não ultrapassando os 15% no conjunto dos sectores. Neste grupo de empresas, é no

sector "*Electricidade, gás e água*" que existe uma maior proporção de empresas (29%) que referiram ter desenvolvido este tipo de actividades. Contrariamente, o sector "*Outras indústrias*" apresenta o menor valor percentual (9%).

**Figura 50 - Percentagem de empresas por sectores económicos que realizaram investimentos ou desenvolveram actividades na luta contra a poluição, segundo os escalões de pessoal ao serviço**

2000 Unidade: %

| Escalões de dimensão das empresas / Actividades económicas (CAE - Rev.2) | Total | Pessoas ao serviço das empresas: 1 a 49 | 50 a 99 | 100 a 249 | 250 a 499 | 500 a 999 | 1000 ou mais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **18,7** | **14,2** | **38,6** | **55,4** | **70,3** | **82,4** | **95,6** |
| 10-14 Indústrias extractivas | **23,3** | 20,9 | 57,1 | 40,0 | - | - | 100,0 |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | **20,2** | 15,3 | 44,9 | 68,7 | 83,8 | 87,5 | 100,0 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | **18,4** | 13,7 | 28,9 | 36,8 | 54,8 | 63,3 | 92,3 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | **12,0** | 10,0 | 24,9 | 69,1 | 100,0 | 100,0 | - |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | **27,6** | 24,8 | 52,2 | 62,0 | 61,5 | 83,3 | 100,0 |
| 23 Indústrias petrolíferas | **100,0** | - | 100,0 | - | - | - | 100,0 |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | **27,6** | 19,8 | 65,9 | 79,8 | 84,8 | 75,0 | 100,0 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | **20,2** | 14,3 | 44,5 | 73,0 | 75,0 | 100,0 | 100,0 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | **32,8** | 21,8 | 55,0 | 75,0 | 88,9 | 50,0 | - |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | **15,8** | 11,3 | 41,3 | 67,6 | 79,6 | 95,2 | 94,1 |
| 36 Outras indústrias | **12,7** | 8,9 | 45,9 | 62,3 | 85,7 | 100,0 | 100,0 |
| 40-41 Electricidade, gás e água | **32,6** | 29,0 | 33,3 | 100,0 | - | 100,0 | 100,0 |

A proporção das médias e grandes empresas com actividades de combate à poluição varia entre 70% (250 a 499) e 96% (1000 ou mais pessoas ao serviço). No entanto, devido ao peso que as empresas de pequenas dimensões representam no conjunto das indústrias (87%), a percentagem total de empresas que realizaram investimentos ou desenvolveram actividades na luta contra a poluição é de apenas 19% significando, mesmo assim, um aumento de três pontos percentuais em relação aos 16% registados em 1999.

### 2.1.2. Principais variáveis financeiras

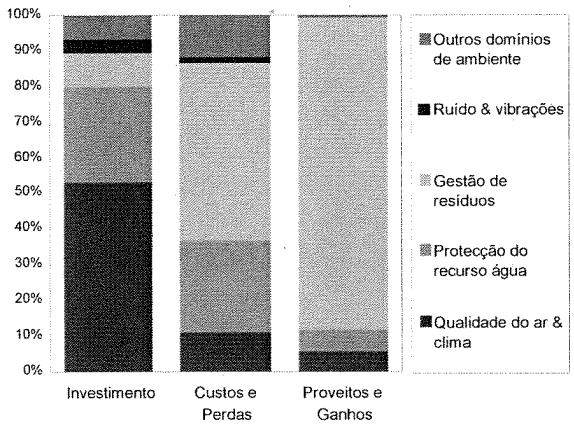
As principais variáveis financeiras consideradas são: *investimento* (em tecnologias fim-de-linha e/ou integradas), *custos e perdas* e *proveitos e ganhos*.

Em 2000, o investimento da indústria em tecnologias de redução e controlo de poluição, atingiu os 244 milhões de euros.

Observando a estrutura das principais variáveis em estudo, segundo os domínios do ambiente (Fig. 51), destaca-se o peso que representa o domínio "*Qualidade do Ar e Clima*" na variável investimento (53%). Mesmo considerando que 20% deste investimento foi preconizado por um sector económico apenas, "*Indústrias petrolíferas*", a primazia deste domínio não será estranha, uma vez que envolve actividades que implica a utilização de equipamentos industriais complexos e pesados, como a construção de chaminés, respectivos equipamentos de filtragem e tratamento de emissões gasosas para a atmosfera. Para além de, considerando a generalidade das actividades industriais abrangidas, constitui, em conjunto com acções do domínio da "*Protecção*

*do Recurso Água*", uma das principais formas e fontes de poluição ambiental requerendo, portanto, medidas de eliminação ou minimização dos resíduos (emissões atmosféricas, gestão e eliminação de águas residuais).

**Figura 51 - Estrutura das principais variáveis por domínios de ambiente (2000)**




No que se refere aos custos e perdas em protecção do ambiente, que ascenderam a mais de 126 milhões de euros (excluindo taxas e impostos), são poucos os sectores económicos cujos montantes nesta rubrica foram de valor superior ao investimento. Do total de custos e perdas apurado, cerca de 19% referem-se a custos com o pessoal ligado à execução de actividades de controlo e combate à poluição. O domínio "*Gestão de Resíduos*" foi o que assumiu maior expressão no que se refere às despesas correntes em ambiente, representando 50% do total dos domínios.

Assinala-se também o peso relativo deste domínio no âmbito das receitas, com 88% do total proveniente, essencialmente, da venda de resíduos. Na totalidade de montantes financeiros movimentados pelas empresas no que respeita à protecção ambiental, os sectores "*Electricidade, gás e água*", "*Metalúrgicas de base*" e "*Produtos de metal*", representam cerca de 1/3 das receitas geradas pelo conjunto da indústria, devendo-se, este valor, ao significado da venda de resíduos de metal e cinzas voláteis cuja valorização passa pela reciclagem (Fig. 52).

### 2.1.2.1. Investimento

Relativamente ao total do investimento realizado (Fig. 53), verificou-se que três sectores representaram aproximadamente 53% desta variável: "*Indústrias petrolíferas*" com 54 milhões de euros (22%), "*Minerais não metálicos* " com 40 milhões de euros (17%) e "*Indústrias de papel, pasta de papel e impressão*" com 34 milhões de euros (14%).

**Figura 52 - Estrutura das principais variáveis por sectores económicos (2000)**

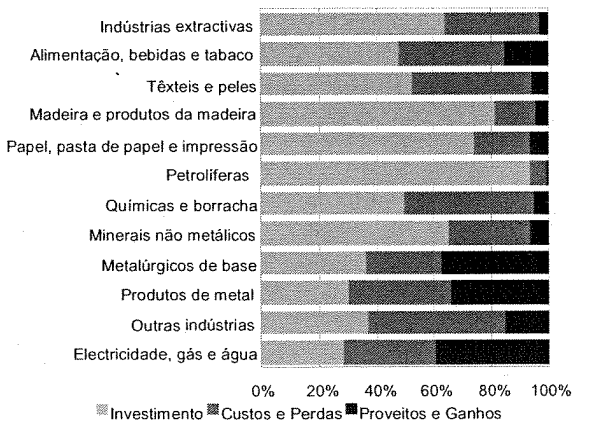


**Figura 53 - Total de investimentos por actividades económicas segundo o tipo de tecnologia**

2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Actividades económicas (CAE - Rev.2) | Tipo de tecnologia: Investimento em tecnologias de protecção do ambiente: Total | Fim-de-linha | Integradas |
|---|---|---|---|
| **Total** | **244 084** | **151 244** | **92 840** |
| 10-14 Indústrias extractivas | **7 618** | 5 294 | X |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | **21 248** | 18 234 | 3 015 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | **19 940** | 15 347 | 4 593 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | **11 597** | 10 233 | 1 364 |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | **33 916** | 17 163 | 16 753 |
| 23 Indústrias petrolíferas | **53 988** | 8 916 | 45 072 |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | **17 601** | X | 4 603 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | **40 172** | 33 633 | X |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | **7 257** | X | 870 |
| 28-36 Indústrias de produtos de metal e outros | **19 619** | 12 893 | 6 726 |
| 40 Electricidade, gás e água | **1 882** | 1 309 | 574 |
| 41 Captação e distribuição de água | **9 245** | 8 837 | 409 |

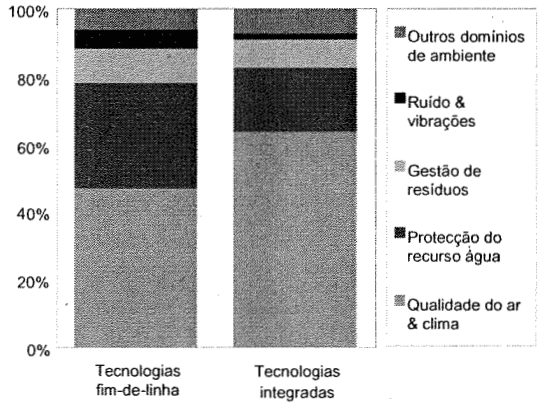
O investimento em tecnologias fim-de-linha, representando 62% do total de investimento, foi, regra geral, superior ao investimento em tecnologias integradas, exceptuando o sector das petrolíferas. Os sectores "*Indústrias de produtos minerais não metálicos*" (22%), "*Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco*" (12%) e "*Indústrias de papel, pasta de papel e impressão*" (11%) somaram 69 milhões de euros do investimento em tecnologias fim–de–linha, representando cerca de 46% do total.

No que se refere às tecnologias integradas, verifica-se que o sector "*Indústria de papel, pasta de papel e impressão*" em conjunto com o sector "*Indústria petrolífera*", representaram mais de dois terços do total de investimento (93 milhões de euros) com 45 milhões de euros e 17 milhões de euros, respectivamente.

Desagregando o investimento de acordo com o tipo de tecnologia, segundo os domínios de ambiente (Fig. 54), verifica-se uma estrutura de investimento semelhante em ambos os tipos de tecnologia.

Considerando o conjunto dos investimentos em tecnologias integradas, realça-se que o domínio "*Qualidade do Ar e Clima*" apresenta maior peso que o conjunto dos investimentos em tecnologias fim-de-linha. Contudo, em termos absolutos, o investimento em tecnologias integradas, neste domínio (59 milhões de euros), foram inferiores aos registados em tecnologias fim-de-linha (71 milhões de euros).

**Figura 54 - Estrutura de investimentos, por tipo de Tecnologia, segundo os domínios do ambiente(2000)**



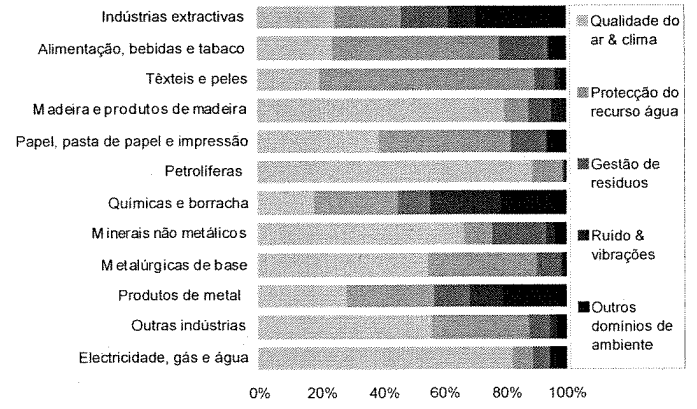
É uma constante os investimentos em tecnologias integradas desagregados por domínios registarem valores abaixo dos registados para tecnologias fim-de-linha. Exceptuando o domínio "*Protecção do Recurso Água*", todos os restantes apresentam uma estrutura semelhante em ambos os tipos de tecnologia.

Na introdução relativa à análise das variáveis financeiras, referiu-se que os domínios "*Qualidade do Ar e Clima*" e "*Protecção do Recurso Água*" foram aqueles em que incidia a maior parte do investimento gerado pelas empresas (aproximadamente 80% do total) ascendendo a 195 milhões de euros. Através da figura 55 , temos uma representação gráfica da incidência do investimento dos diferentes sectores económicos, por domínios de ambiente. Realça-se o sector "*Indústrias petrolíferas*", cujo esforço de investimento no domínio "*Qualidade do Ar e Clima*" ascendem a 48 milhões de euros, que em termos relativos representa cerca de 90% do total do sector.

Quanto ao domínio "*Protecção do Recurso Água*", releva-se a proporção que assume na absorção do investimento gerado pelos sectores "*Indústrias de têxteis e peles*" (69%), "*Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco*" (54%) e "*Indústrias de papel, pasta de papel, e impressão*" (42%).

Os sectores "*Indústrias de produtos minerais não metálicos*", "*Indústrias da alimentação, bebidas e tabaco*" e "*Indústrias extractivas*" são os responsáveis por grande parte dos investimentos realizados no domínio "*Gestão de Resíduos*", representando, em conjunto, uma proporção de 49% do total de 23,4 milhões de euros estimados no domínio.

**Figura 55 - Estrutura dos investimentos por sectores económicos segundo os domínios do ambiente (2000)**




Do total de investimento realizado por cada sector económico, verifica-se que, em termos médios, 53% incidiram no domínio "*Qualidade do Ar e Clima*", 27% no domínio "*Protecção do Recurso Água*" e 10% no domínio "*Gestão de Resíduos*".

Conforme já evidenciado na figura 48, foi o conjunto das empresas situadas nos escalões de maior dimensão (500 ou mais pessoas ao serviço) onde se realizaram a maior proporção de investimentos em actividades de protecção do ambiente, gerando 45% do total do investimento estimado. No conjunto das empresas, com 1000 ou mais pessoas ao serviço, realça-se que, quer em 1999, quer em 2000, foram os sectores "*Indústrias petrolíferas*" e "*Electricidade, gás e água*", que realizaram a maior parte dos investimentos, ascendendo em 1999 a 32,5 milhões de euros e 62 milhões de euros em 2000 (Fig. 56).

**Figura 56 - Total de investimentos por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão das empresas**

Unidade:$10^3$ EUR

| Escalões de dimensão das empresas / Actividades económicas (CAE - Rev. 2) | Ano | Total | 1 a 49 | 50 a 99 | 100 a 249 | 250 a 499 | 500 a 999 | 1000 ou mais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **1999** | **168 027** | **33 301** | **21 592** | **29 948** | **16 200** | **26 406** | **40 581** |
| | **2000** | **244 084** | **34 658** | **24 120** | **39 537** | **36 143** | **29 914** | **79 713** |
| 10-14 Indústrias extractivas | 1999 | **4 548** | 3 084 | 759 | 468 | 110 | - | 127 |
| | 2000 | **7 618** | X | 1 706 | 81 | - | - | 13 |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | 1999 | **16 423** | X | 2 072 | 5 593 | 1 815 | 765 | 1 091 |
| | 2000 | **21 248** | X | 4 456 | 5 244 | 1 818 | 1 011 | 2 843 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | 1999 | **20 331** | X | 5 666 | 4 326 | 3 636 | 2 081 | 3 016 |
| | 2000 | **19 940** | X | 6 099 | 5 206 | 1 903 | 1 554 | 2 425 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | 1999 | **6 201** | X | 1 351 | 1 026 | 1 653 | ... | - |
| | 2000 | **11 597** | X | 944 | X | 2 577 | 2 475 | - |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | 1999 | **16 335** | X | 1 559 | X | 2 125 | 8 281 | ... |
| | 2000 | **33 916** | X | 1 760 | X | 8 310 | 4 298 | 6 846 |
| 23 Indústrias petrolíferas | 1999 | **17 165** | - | 187 | - | - | - | 16 978 |
| | 2000 | **53 988** | - | 314 | - | - | - | 53 674 |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | 1999 | **13 687** | X | 1 517 | 6 348 | 1 209 | 2 576 | - |
| | 2000 | **17 601** | X | 1 469 | 3 884 | 2 156 | 3 955 | 491 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | 1999 | **28 050** | X | X | 4 233 | 3 638 | 7 939 | - |
| | 2000 | **40 172** | X | 3 076 | 6 216 | 11 885 | 12 995 | 689 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | 1999 | **X** | X | 424 | 1 659 | 963 | ... | ... |
| | 2000 | **7 257** | X | 177 | 1 263 | 4 281 | ... | - |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | 1999 | **13 855** | X | 1 982 | 3 350 | 975 | 3 772 | 2 177 |
| | 2000 | **19 619** | X | 2 681 | 3 036 | 3 139 | 3 273 | 4 441 |
| 36 Outras indústrias | 1999 | **2 736** | X | 1 352 | 683 | 76 | 62 | - |
| | 2000 | **1 882** | X | 1 180 | 529 | 73 | - | ... |
| 40-41 Electricidade, gás e água | 1999 | **24 266** | X | - | 260 | - | 22 | 15 522 |
| | 2000 | **9 245** | 248 | 256 | 98 | ... | 352 | 8 290 |

Analisando as estimativas do total de investimento por regiões, segundo o escalão de dimensão das empresas (Fig. 57) verifica-se que as regiões *Norte* e *Lisboa e Vale do Tejo* assumiram um peso predominante no total de investimento gerado no conjunto do País. Ressalva-se que estas são as duas regiões de maior concentração industrial do País. Todavia, apresentam entre si um comportamento díspar. Enquanto na região *Norte* a maior parte do investimento é realizado por empresas de pequena e média dimensão (menos de 100 pessoas ao serviço), na região de *Lisboa e Vale do Tejo* são as empresas de maior dimensão que assumem preponderância.

**Figura 57 - Total de investimentos por regiões, segundo os escalões de dimensão das empresas**

Unidade: $10^3$ EUR

| Escalões de dimensão das empresas / Regiões | Anos | Total | Pessoas ao serviço das empresas: 1 a 49 | 50 a 99 | 100 a 249 | 250 a 499 | 500 a 999 | 1000 ou mais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **1999** | **168 016** | **33 301** | **21 592** | **29 948** | **16 200** | **26 406** | **40 581** |
| | **2000** | **244 084** | **34 658** | **24 120** | **39 537** | **36 143** | **29 914** | **79 713** |
| Norte | 1999 | **56 216** | 18 805 | 10 385 | 12 366 | 5 938 | 4 760 | 3 962 |
| | 2000 | **49 074** | X | 10 751 | 10 471 | 8 958 | 5 110 | 3 827 |
| Centro | 1999 | **29 845** | X | 4 313 | 7 308 | 4 503 | 5 653 | 19 |
| | 2000 | **47 716** | X | 4 780 | 8 441 | 17 645 | 5 149 | - |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **72 920** | X | 4 766 | 8 632 | 5 119 | 13 828 | 36 473 |
| | 2000 | **137 363** | X | 8 082 | X | 9 538 | 15 470 | 75 872 |
| Alentejo | 1999 | **5 057** | X | 176 | 1 642 | ... | 2 143 | 127 |
| | 2000 | **8 929** | X | 155 | 1 110 | 1 | ... | 13 |
| Algarve | 1999 | **X** | X | 97 | - | ... | - | - |
| | 2000 | **387** | 301 | X | - | ... | - | - |
| Açores | 1999 | **X** | X | X | - | - | ... | - |
| | 2000 | **334** | 54 | 155 | X | ... | ... | - |
| Madeira | 1999 | **X** | X | - | - | - | ... | - |
| | 2000 | **X** | X | X | - | - | ... | - |

### 2.1.2.2. Custos e Perdas

Considerando os custos e perdas correntes suportados pelas empresas no conjunto de cada um dos sectores económicos verificou-se, em 2000, três sectores responsáveis por 45% do total de custos e perdas: "*Indústrias de produtos de metal*", "*Indústrias de têxteis e peles*" e "*Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco*" cujas despesas ascenderam a 23,4 milhões de euros (18%), 18,3 milhões de euros (14%), 17,7 milhões de euros (14%), respectivamente (Fig. 58).

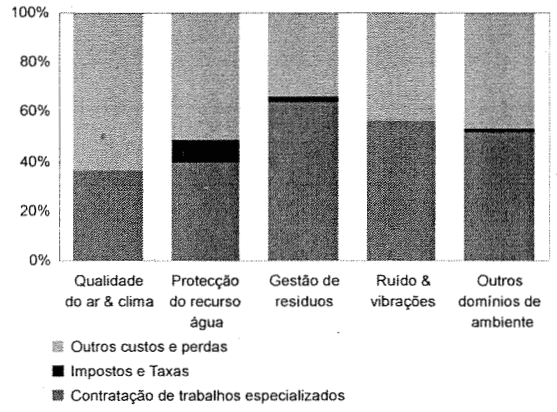
**Figura 58 - Total de custos e perdas por actividades económicas, segundo as principais rubricas contabilísticas**

2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Rubricas contabilísticas / Actividades económicas (CAE - Rev.2) | Total de custos e perdas | Contratação de trabalhos e serviços de ambiente | Taxas + Impostos | Outros custos e perdas |
|---|---|---|---|---|
| **Total** | **131 107** | **68 520** | **4 953** | **57 633** |
| 10-14 Indústrias extractivas | **4 107** | X | 117 | 1 969 |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | **17 732** | 8 397 | 1 000 | 8 335 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | **18 288** | 9 443 | 2 550 | 6 295 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | **2 102** | 1 135 | 74 | 893 |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | **9 251** | 3 609 | 88 | 5 554 |
| 23 Indústrias petrolíferas | **3 701** | 2 868 | 105 | 729 |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | **16 456** | 9 973 | 344 | 6 139 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | **17 458** | 8 787 | 130 | 8 541 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | **5 274** | 1 444 | 146 | 3 685 |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | **23 452** | 16 453 | 338 | 6 661 |
| 36 Outras indústrias | **2 455** | 1 229 | 34 | 1 192 |
| 40-41 Electricidade, gás e água | **10 829** | 3 161 | 28 | 7 640 |

Atendendo à estrutura por rubricas contabilísticas, depreende-se que a maior parte dos custos e perdas suportados pelas empresas dizem respeito a contratação de trabalhos especializados, onde se inclui as contrapartidas pagas à Sociedade Ponto Verde, Valormed (entre outras entidades) pela devida gestão dos resíduos de embalagem. A variável "*Outros custos e perdas*" envolve o emprego de recursos e a gestão directa das actividades de protecção ambiental, i.e., as que são desenvolvidas com meios próprios das empresa. Do total de 57,6 milhões de euros, cerca de 24,9 milhões de euros dizem respeito a custos com pessoal que executa esse tipo de actividades. Os custos relativos a taxas e impostos compreende, no essencial, taxas pagas aos serviços municipais de recolha, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos.

**Figura 59 - Estrutura das despesas, por domínios de ambiente, segundo as principais variáveis (2000)**




Desagregando estes dados, segundo os domínios de ambiente, realça-se que os domínios "*Qualidade do Ar e Clima*" e "*Gestão de Resíduos*", envolveram mais custos na componente da afectação de recursos próprios da empresa. Nos restantes domínios, a componente de contratação de trabalhos especializados junto de terceiros assume maior expressão (Fig. 59).

Apresentando o total de custos e perdas por sectores económicos, segundo os domínios de ambiente (Fig. 60) salienta-se que apenas o domínio de "*Gestão de Resíduos*", representa 48% do total.

**Figura 60 - Total de custos e perdas por actividades económicas, segundo os domínios de ambiente**

2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Domínios de ambiente / Actividades económicas (CAE - Rev. 2) | Total | Qualidade do ar & clima | Protecção do recurso água | Gestão de resíduos | Ruído & vibrações | Outros domínios |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **126 154** | **18 221** | **31 223** | **60 368** | **2 097** | **14 245** |
| 10-14 Indústrias extractivas | **3 991** | X | 828 | 978 | X | X |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | **16 732** | 1 119 | 4 685 | 10 068 | 176 | 685 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | **15 738** | 1 156 | 7 348 | 6 400 | X | 643 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | **2 027** | 312 | 342 | 965 | X | X |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | **9 163** | 1 339 | 3 426 | 3 884 | 88 | 427 |
| 23 Indústrias petrolíferas | **3 596** | 302 | 1 163 | 932 | - | 1 199 |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | **16 112** | 1 212 | 3 110 | 9 893 | 123 | 1 774 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | **17 328** | 5 171 | 1 098 | 7 669 | X | 3 146 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | **5 129** | 2 818 | 686 | 1 404 | 73 | 148 |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | **23 114** | 2 695 | X | 12 880 | 357 | X |
| 36 Outras indústrias | **2 421** | X | 261 | 1 090 | X | 844 |
| 40-41 Electricidade, gás e água | **10 801** | 1 649 | 3 683 | 4 205 | 84 | 1 181 |

Considerando o total de perdas e custos desagregado por escalões de dimensão das empresas (Fig. 61) verifica-se que os maiores responsáveis pelo total estimado pertencem a empresas com 100 a 499 e 1000 ou mais pessoas ao serviço.

**Figura 61 - Total de custos e perdas por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão das empresas**

2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Escalões de dimensão das empresas / Actividades económicas (CAE - Rev.2) | Total | Pessoas ao serviço das empresas: 1 a 49 | 50 a 99 | 100 a 249 | 250 a 499 | 500 a 999 | 1000 ou mais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **126 154** | **16 914** | **16 194** | **28 344** | **22 419** | **18 289** | **23 994** |
| 10-14 Indústrias extractivas | **3 991** | X | 430 | 216 | - | - | 1 138 |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | **16 732** | 1 733 | 2 760 | 4 219 | 3 835 | 1 247 | 2 938 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | **15 738** | X | 2 560 | 5 835 | 1 526 | 1 249 | 2 844 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | **2 027** | X | 526 | 326 | 153 | 494 | - |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | **9 163** | X | X | 1 602 | 380 | 4 308 | 405 |
| 23 Indústrias petrolíferas | **3 596** | - | 2 | - | - | - | 3 594 |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | **16 112** | X | 2 608 | 4 917 | 4 901 | 441 | 922 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | **17 328** | X | X | 1 553 | 4 752 | 7 124 | 167 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | **5 129** | X | 179 | 767 | 4 017 | ... | - |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | **23 114** | X | 1 035 | 5 186 | 2 547 | 2 579 | 7 467 |
| 36 Outras indústrias | **2 421** | X | 372 | 392 | 307 | 62 | ... |
| 40-41 Electricidade, gás e água | **10 801** | X | 686 | 3 331 | ... | 690 | 3 436 |

Em termos regionais (Fig. 62) verifica-se que as empresas da região de *Lisboa e Vale do Tejo* representaram 50% do total das despesas no conjunto dos País, ascendendo, em termos absolutos, a 62 milhões de euros.

**Figura 62 - Total de custos e perdas por regiões, segundo os escalões de dimensão das empresas**

Unidade: $10^3$ EUR

| Escalões de dimensão das empresas / Regiões | Anos | Total | Pessoas ao serviço das empresas: 1 a 49 | 50 a 99 | 100 a 249 | 250 a 499 | 500 a 999 | 1000 ou mais |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **1999** | **110 011** | **14 399** | **9 097** | **25 934** | **14 117** | **18 985** | **27 478** |
| | **2000** | **126 154** | **16 914** | **16 194** | **28 344** | **22 419** | **18 289** | **23 994** |
| Norte | 1999 | **28 709** | 6 532 | 3 070 | 6 441 | 3 771 | 3 196 | 5 700 |
| | 2000 | **37 241** | 5 153 | 5 558 | 11 484 | 3 529 | 3 357 | 8 160 |
| Centro | 1999 | **15 788** | X | 3 282 | 3 343 | 1 433 | 2 813 | 10 |
| | 2000 | **20 248** | X | 4 950 | 4 562 | 4 591 | 3 113 | 39 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1999 | **62 622** | 2 701 | 2 629 | 15 211 | 8 804 | 12 641 | 20 635 |
| | 2000 | **62 843** | X | 5 473 | 11 431 | 14 240 | 11 218 | 14 506 |
| Alentejo | 1999 | ... | 37 | 73 | 860 | ... | 322 | 1 133 |
| | 2000 | **3 535** | X | 92 | 706 | 40 | ... | 1 290 |
| Algarve | 1999 | **173** | X | 2 | 4 | ... | - | - |
| | 2000 | **513** | 442 | 48 | 4 | ... | - | - |
| Açores | 1999 | ... | X | X | X | - | ... | - |
| | 2000 | **X** | 6 | X | X | ... | ... | - |
| Madeira | 1999 | ... | X | - | 56 | - | ... | - |
| | 2000 | **X** | X | - | 80 | - | ... | - |

### 2.1.2.3. Proveitos e ganhos

Analisam-se agora, os proveitos e ganhos associados à execução de actividades de gestão e protecção ambiental.

É no domínio "*Gestão de Resíduos*" que surge a maior fonte de receitas das empresas (88%), designadamente através da venda de resíduos, resultantes da execução de actividades de recolha e venda de resíduos. Nos restantes domínios, as empresas assinalam um reduzido potencial de gerar receitas (Fig. 63).

**Figura 63 - Total de proveitos e ganhos por sectores económicos, segundo os domínios de ambiente**

Unidade: $10^3$ EUR

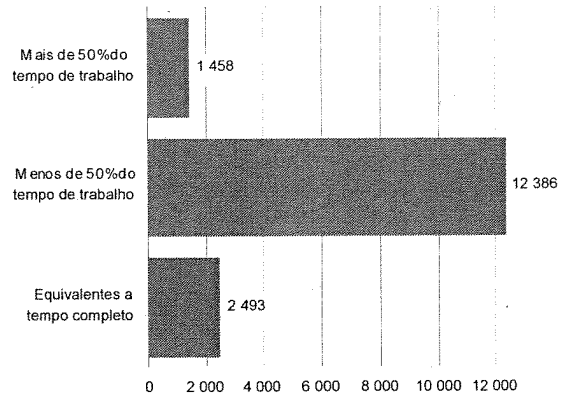
| Escalões de dimensão das empresas / Actividades económicas (CAE - Rev.2) | Anos | Total | Qualidade do ar & clima | Protecção do recurso água | Gestão de resíduos | Ruido & Vibração | Outros domínios de ambiente |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **1999** | **54 172** | **X** | **X** | **48 641** | **-** | **351** |
| | **2000** | **63 088** | **3 690** | **X** | **55 237** | **14** | **334** |
| 10-14 Indústrias extractivas | 1999 | **X** | - | - | X | - | X |
| | 2000 | **379** | - | o | 328 | 11 | X |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | 1999 | **6 102** | 776 | 274 | 5 052 | - | - |
| | 2000 | **6 778** | 1 044 | 237 | 5 435 | - | 62 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | 1999 | **1 737** | X | 68 | 1 665 | - | - |
| | 2000 | **2 208** | X | 55 | 2 153 | - | - |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | 1999 | **X** | X | X | X | - | - |
| | 2000 | **X** | - | - | X | - | - |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | 1999 | **X** | X | 52 | 3 926 | - | - |
| | 2000 | **3 061** | - | X | 3 055 | - | - |
| 23 Indústrias petrolíferas | 1999 | **10** | 3 | 2 | 5 | - | - |
| | 2000 | **460** | - | 57 | 403 | - | - |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | 1999 | **3 050** | - | X | 3 011 | - | 20 |
| | 2000 | **1 813** | - | 35 | 1 713 | - | 65 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | 1999 | **2 451** | 1 075 | X | 1 191 | - | X |
| | 2000 | **4 086** | 2 411 | - | 1 547 | 4 | 124 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | 1999 | **5 023** | - | - | 5 023 | - | o |
| | 2000 | **7 474** | 189 | - | 7 285 | - | - |
| 28-36 Indústrias de produtos de metal e outros | 1999 | **17 596** | 7 | 26 | 17 489 | - | 74 |
| | 2000 | **22 381** | 15 | X | 22 240 | - | 41 |
| 40 Electricidade e gás | 1999 | **218** | 5 | - | 179 | - | X |
| | 2000 | **X** | - | - | X | - | - |
| 41 Captação e distribuição de água | 1999 | **10 157** | - | X | 8 987 | - | - |
| | 2000 | **12 992** | 30 | X | 9 622 | - | - |

Destaca-se ainda que, em geral, foram as empresas de maior dimensão que contribuiram para a maior parte de receitas geradas a partir da execução de actividades de gestão e protecção do ambiente.

### 2.1.3. Emprego

No conjunto das empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, o número mais significativo de pessoas ocupadas com essas actividades fazem-no apenas ocasionalmente ou ocupam menos de metade das horas de trabalho no ano (Fig. 64).

**Figura 64 - Pessoal ao serviço segundo o regime de ocupação com actividades de ambiente (2000)**




Em termos médios, no conjunto dos sectores, verifica-se que os custos por pessoa equivalente a tempo completo, ascenderam a 10 436 euros (Fig. 65). As "*Indústrias petrolíferas*" e "*Indústrias de produtos minerais não metálicos*" são as que apresentaram o valor médio mais elevado com 17 238 e 10 037 euros, respectivamente.

Em termos globais, são os sectores "*Indústrias de produtos de metal*" (23%) e "*Indústrias de têxteis e peles*" (16%), que apresentaram maiores valores, no que respeita a custos com o pessoal, somando 13,1 milhões de euros.

**Figura 65 - Pessoas ao serviço nas empresas que desenvolvem actividades de protecção ambiental, por actividades económicas, segundo o regime de afectação e respectivos custos**

2000

| Regime de afectação dos recursos humanos e custos associados | Número médio de pessoas que ocupam: | | Emprego *"equivalente a tempo completo"* ocupado com actividades de ambiente | Custos com o pessoal, afectos às actividades de protecção ambiental |
|---|---|---|---|---|
| | Mais de metade do tempo de trabalho com actividades de ambiente | Menos de metade do tempo de trabalho com actividades de ambiente | | |
| Actividades económicas (CAE - Rev.2) | N.º | | | $10^3$ EUR |
| **Total** | **1 458** | **12 386** | **2 493** | **26 017** |
| 10-14 Indústrias extractivas | 82 | 206 | 98 | **746** |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | 146 | 774 | 258 | **3 064** |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | 216 | 1 054 | 343 | **3 888** |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | x | 280 | 84 | **X** |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | 129 | 1 239 | 261 | **1 286** |
| 23 Indústrias petrolíferas | 39 | 6 | 40 | **690** |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | 171 | 1 911 | 339 | **2 959** |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | 130 | 1 114 | 225 | **2 258** |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | 63 | 204 | 77 | **748** |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | 354 | 5 162 | 646 | **5 708** |
| 36 Outras indústrias | 17 | 257 | 47 | **X** |
| 40-41 Electricidade, gás e água | 52 | 179 | 75 | **3 553** |

## 2.1.4. Saldos do ambiente

Na figura 66 são apresentados os "saldos" das actividades de protecção do ambiente das empresas estratificadas por actividade económica. Por *saldo corrente de ambiente* entende-se a diferença entre o total de perdas e custos e total de ganho de proveitos por sector económico. O *saldo total de ambiente* integra também o valor dos investimentos efectuados.

**Figura 66 - Saldo corrente e saldo total das empresas em actividades de protecção do ambiente, por actividades económicas.**

2000

Unidade: $10^3$ EUR

| Escalões de dimensão das empresas / Actividades económicas (CAE - Rev.2) | Saldo Total de ambiente | Saldo corrente de ambiente | Total de investimento | Total de despesas | Total de receitas |
|---|---|---|---|---|---|
| **Total** | **- 307 150** | **- 63 066** | **244 084** | **126 154** | **63 088** |
| 10-14 Indústrias extractivas | **- 11 229** | **- 3 611** | 7 618 | 3 991 | 379 |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | **- 31 203** | **- 9 954** | 21 248 | 16 732 | 6 778 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | **- 33 470** | **- 13 530** | 19 940 | 15 738 | 2 208 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | **X** | **X** | 11 597 | 2 027 | X |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | **- 40 018** | **- 6 102** | 33 916 | 9 163 | 3 061 |
| 23 Indústrias petrolíferas | **- 57 125** | **- 3 137** | 53 988 | 3 596 | 460 |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | **- 31 900** | **- 14 299** | 17 601 | 16 112 | 1 813 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | **- 53 414** | **- 13 242** | 40 172 | 17 328 | 4 086 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | **- 4 911** | **2 346** | 7 257 | 5 129 | 7 474 |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | **- 20 353** | **- 734** | 19 619 | 23 114 | 22 381 |
| 36 Outras indústrias | **X** | **X** | 1 882 | 2 421 | X |
| 40-41 Electricidade, gás e água | **- 7 055** | **2 190** | 9 245 | 10 801 | 12 992 |

Embora consista numa avaliação muito simplista, verifica-se que as actividades de protecção ambiental representam, para a generalidade do sectores económicos, uma fonte de encargo "incapaz" de gerar contrapartidas que permitam um "auto-financiamento". Destacam-se apenas dois sectores que apresentaram ***saldo corrente de ambiente*** **positivo**: "*Indústrias metalúrgicas de base*" , cujos ganhos e proveitos resultaram essencialmente da venda de resíduos metálicos, e "*Electricidade, gás e água*" com receitas provenientes da venda de cinzas volantes.

Repetindo a mesma análise, desagregando também por escalões de pessoal ao serviço, verifica-se não só um maior número de estratos com *saldo corrente de ambiente* positivo mas também cinco situações em que as actividades de protecção do ambiente representaram um lucro para as empresas (Fig. 67).

**Figura 67 - Saldo corrente e saldo total das empresas em actividades de protecção do ambiente, por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão das empresas**

2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Escalões de dimensão das empresas / Actividades económicas (CAE - Rev.2) | Pessoas ao serviço das empresas: 1 a 49 | | 50 a 99 | | 100 a 249 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo total de ambiente | Saldo corrente de ambiente | Saldo total de ambiente | Saldo corrente de ambiente | Saldo total de ambiente | Saldo corrente de ambiente |
| **Total** | **- 45 003** | **- 10 344** | **- 35 696** | **- 5 983** | **- 52 762** | **- 13 225** |
| 10-14 Indústrias extractivas | - 7 949 | - 2 132 | - 2 114 | - 408 | - 122 | - 41 |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | - 7 480 | - 1 604 | - 6 635 | - 2 179 | - 6 619 | - 1 376 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | - 4 051 | - 1 297 | - 8 403 | - 2 305 | - 10 431 | - 5 225 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | - 1 840 | - 292 | - 1 330 | - 386 | - 4 267 | - 214 |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | - 2 893 | - 118 | - 3 377 | - 1 617 | - 10 408 | - 481 |
| 23 Indústrias petrolíferas | - | - | - 316 | - 1 | - | - |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | - 7 878 | - 2 232 | - 3 579 | - 2 109 | - 8 002 | - 4 118 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | - 6 037 | - 727 | - 5 873 | 2 796 | - 7 615 | - 1 400 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | - 1 593 | - 58 | 488 | 665 | - 1 600 | - 337 |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | - 5 424 | - 2 375 | - 2 553 | 128 | - 4 584 | - 1 549 |
| 36 Outras indústrias | - 99 | 1 | - 1 500 | - 319 | - 787 | - 259 |
| 40-41 Electricidade, gás e água | 241 | 489 | - 505 | - 248 | 1 675 | 1 774 |

**Figura 67 - (*Continuação*) Saldo corrente e saldo total das empresas em actividades, de protecção do ambiente por actividades económicas, segundo os escalões de dimensão das empresas**

2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Escalões de dimensão das empresas / Actividades económicas (CAE - Rev.2) | Pessoas ao serviço das empresas: 250 a 499 | | 500 a 999 | | 1000 ou mais | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Saldo total de ambiente | Saldo corrente de ambiente | Saldo total de ambiente | Saldo corrente de ambiente | Saldo total de ambiente | Saldo corrente de ambiente |
| **Total** | **- 48 372** | **- 12 230** | **- 81 397** | **- 10 756** | **- 86 258** | **- 6 545** |
| 10-14 Indústrias extractivas | - | - | - | - | - 1 044 | - 1 031 |
| 15-16 Indústrias de alimentação, bebidas e tabaco | - 5 164 | - 3 345 | - 2 007 | - 996 | - 3 297 | - 453 |
| 17-19 Indústrias de têxteis e peles | - 3 134 | - 1 231 | - 2 631 | - 1 077 | - 4 819 | - 2 394 |
| 20 Indústrias da madeira e de produtos de madeira | - 2 698 | - 121 | - 2 818 | - 343 | - | - |
| 21-22 Indústrias de papel, pasta de papel e impressão | - 8 501 | - 190 | - 7 635 | - 3 337 | - 7 205 | - 359 |
| 23 Indústrias petrolíferas | - | - | - | - | - 56 809 | - 3 135 |
| 24-25 Indústrias químicas e de borracha | - 6 703 | - 4 547 | - 4 382 | - 427 | - 1 357 | - 866 |
| 26 Indústrias de produtos minerais não metálicos | - 16 016 | - 4 131 | - 17 359 | - 4 364 | - 515 | 175 |
| 27 Indústrias metalúrgicas de base | - 4 049 | 232 | ... | ... | - | - |
| 28-35 Indústrias de produtos de metal | - 2 109 | 1 030 | - 2 966 | 307 | - 2 716 | 1 725 |
| 36 Outras indústrias | 1 | 74 | - 62 | - 62 | ... | ... |
| 40-41 Electricidade, gás e água | ... | ... | - 1 042 | - 690 | - 7 424 | 865 |

# 3. INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

# 3. INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

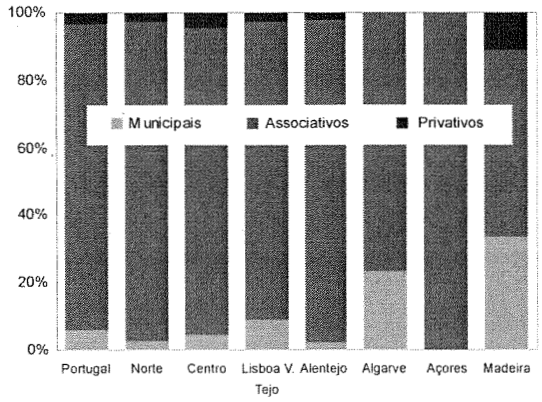
## *3.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros*

*Em 2000, os Corpos de Bombeiros prestaram, no País, 3 milhões de serviços.*

Tal como em anos anteriores, os Corpos de Bombeiros de natureza associativa continuam a constituir a maior parcela do efectivo nacional, com cerca de 91%, sendo muito pouco significativa a participação dos Corpos de Bombeiros de natureza municipal (6%) e privativa (3%). É de salientar que a região do Alentejo tem pela primeira vez um Corpo de Bombeiros de natureza municipal, tal facto deve-se à mudança de distribuição geográfica do concelho de Gavião, que passou da região de Lisboa e Vale do Tejo para o Alentejo.

A Madeira e o Algarve foram as regiões em que os Corpos de Bombeiros de natureza municipal tiveram maior expressão (33% e 24%, respectivamente).

**Figura 68 - Corpos de Bombeiros, por regiões segundo a sua natureza (2000)**




O índice de profissionalização dos Corpos de Bombeiros classifica-os em três categorias (profissionais, voluntários e outros), sendo os voluntários os mais representativos com cerca de 91% do total. Apenas na região da Madeira os Corpos de Bombeiros que integram elementos profissionais apresentaram níveis significativos (33% do total) face à média nacional que se fixou nos 4%.

As acções desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros incidiram, sobretudo, no "Serviço de Saúde", tendo representado 83% do total, correspondentes a cerca de 2,6 milhões de serviços prestados. Esta importância relativa, bastante elevada, verificou-se em todas as regiões do País com percentagens superiores a 80%, com excepção do Centro e dos Açores, onde o peso deste tipo de serviço se situou nos 77% e 75% respectivamente.

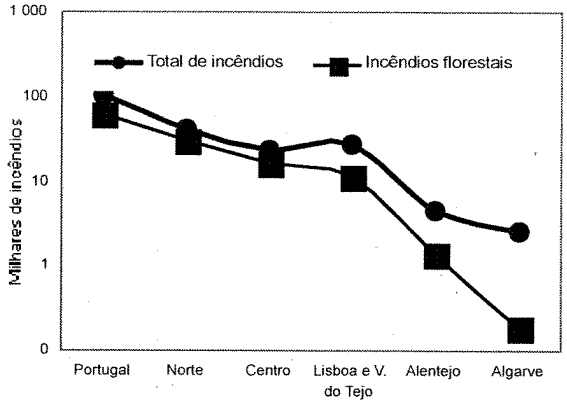
De seguida, surgem os "Outros Serviços" que incluem, para além do Serviço de Socorros a Náufragos, um conjunto de actividades relacionadas com acidentes nos diversos meios de transporte, bem como de outros acidentes, como sejam inundações, desabamentos de terras, socorros a animais, etc., com cerca de 14% e que corresponderam a 434 mil acções. Neste tipo de serviço, as regiões dos Açores e do Alentejo destacaram-se da média nacional: enquanto que nos Açores, o peso registado nesta rubrica foi perto dos 24%, no Alentejo a sua importância relativa não foi além dos 9%.

**Figura 69 - Actividades desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo o tipo de serviço**

2000 — Unidade: $10^3$

| Regiões | Tipo de Serviço | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Total | Incêndios | Saúde | Outros Serviços |
| **Portugal** | **3 090** | **102** | **2 554** | **434** |
| Norte | 1 055 | 42 | 842 | 171 |
| Centro | 475 | 23 | 365 | 87 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 1 102 | 28 | 954 | 121 |
| Alentejo | 238 | 5 | 212 | 21 |
| Algarve | 91 | 3 | 75 | 14 |
| Açores | 50 | o | 38 | 12 |
| Madeira | 79 | 1 | 68 | 9 |

**Figura 70 - Número de combates a incêndios, realizados pelos Corpos de Bombeiros, por região (2000)**




No ano de 2000, ocorreram em Portugal perto de 102 mil incêndios, dos quais 61 mil foram identificados como sendo incêndios florestais (60% do total). As regiões do Norte e do Centro foram as mais afectadas com cerca de 31 mil e de 17 mil incêndios florestais, correspondendo, na região do Norte a 74% e na região de Centro a 71% do total dos incêndios nessas regiões. De seguida, surge a região de Lisboa e Vale do Tejo com cerca de 11 mil incêndios florestais registados.

No que se refere ao pessoal no activo ao serviço dos Corpos de Bombeiros, colaboraram, em 2000, 41 454 pessoas. Destes, 90% eram do sexo masculino e 10% do sexo feminino, mantendo-se o nível da participação feminina nos Corpos de Bombeiros face ao ano de 1999. Foi nas regiões do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo que se verificou a maior participação feminina, com 16% e 13%, respectivamente.

*Cerca de 83% dos bombeiros prestaram, em 2000, serviço não remunerado.*

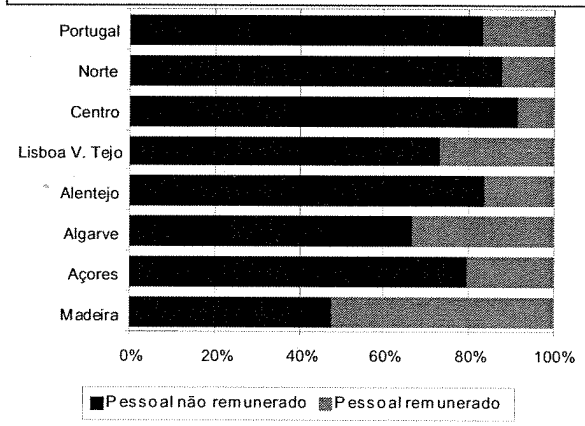
**Figura 71 - Pessoal ao serviço dos Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo o sexo**

2000 — Unidade: N.º

| Regiões | Sexo | | |
|---|---|---|---|
| | Total | Homens | Mulheres |
| **Portugal** | **41 454** | **37 265** | **4 189** |
| Norte | 13 768 | 12 758 | 1 010 |
| Centro | 10 965 | 9 908 | 1 057 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 11 032 | 9 611 | 1 421 |
| Alentejo | 3 107 | 2 720 | 387 |
| Algarve | 1 390 | 1 171 | 219 |
| Açores | 521 | 489 | 32 |
| Madeira | 671 | 608 | 63 |

Relativamente ao tipo de prestação de serviço, 83% dos bombeiros prestavam serviço não remunerado, dos quais 90% eram homens e 10% mulheres. O pessoal remunerado, que no conjunto do país representa 17% do total, cerca de 88% eram do sexo masculino e 12% do sexo feminino.

**Figura 72 - Pessoal no activo ao serviço dos Corpos de Bombeiros, por regiões segundo o tipo de prestação de serviço (2000)**




As regiões de Lisboa e Vale do Tejo (42%), do Norte (24%) e do Centro (14%) foram aquelas em que o número de bombeiros remunerados foram os mais significativos, tendo, em conjunto, somado 80% do total.

Analisando em termos de distribuição geográfica e por tipo de serviço prestado, verifica-se que a região da Madeira se destacou das restantes, pelo facto de 52% do

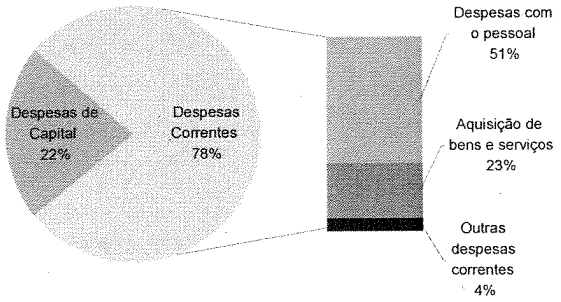
seu pessoal no activo, em 2000, ser remunerado. De seguida, surgem as regiões do Algarve e de Lisboa e Vale do Tejo, com 33% e 27%, respectivamente.

*Acréscimo de cerca de 8% nas despesas dos Corpos de Bombeiros em 2000.*

Nas regiões do Centro e do Norte, o peso dos bombeiros não remunerados era bastante significativo, com cerca de 91% para a primeira região, e 88% para a segunda, seguindo-se a região do Alentejo com 83%.

Em 2000, as despesas dos Corpos de Bombeiros atingiram 230,7 milhões de euros (+ 8% em relação ao ano anterior), dos quais 78% corresponderam a "Despesas Correntes" e 22% a "Despesas de Capital".

**Figura 73 - Despesas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos (2000)**




A evolução das "Despesas de Capital" no ano de 2000 foi significativamente inferior ao ano anterior, pois aumentaram apenas 10% em 2000, quando em 1999 tinham evoluído 16% em relação ao ano de 1998. Relativamente às "Despesas Correntes" houve um aumento de 8%, acréscimo que é pouco superior ao do ano de 1999, em que este grupo de despesas tinha subido apenas 6%.

Nas "Despesas Correntes", as rubricas mais significativas foram "Despesas com o Pessoal" e "Aquisição de Bens e Serviços", com 51% e 23%, respectivamente. Pelo lado das "Despesas de Capital", a parcela mais representativa coube a "Investimentos" (91%), tendo esta rubrica representado cerca de 20% no total da despesa.

Comparativamente a 1999, e na totalidade das despesas, as principais variações ocorreram nas "Transferências Correntes" e nas "Transferências de Capital" com acréscimos na ordem dos 64% e 62%, respectivamente, seguindo-se as "Outras Despesas de Capital" com uma variação positiva de 30%.

A nível regional, as despesas dos Corpos de Bombeiros incidiram, sobretudo, nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Norte e Centro que, em conjunto, totalizaram 186,3 milhões de euros e que representaram 81% do total das despesas destas instituições.

**Figura 74 - Despesas dos Corpos de Bombeiros por regiões, segundo os agregados económicos**

Unidade: $10^3$ EUR

| Regiões | Agregados económicos | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1999 | | 2000 | |
| | Despesa total | Despesas correntes | Despesa total | Despesas correntes |
| Portugal | 213 277 | 166 044 | 230 732 | 178 904 |
| Norte | 54 862 | 40 165 | 56 918 | 43 659 |
| Centro | 36 939 | 26 494 | 35 953 | 27 438 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 84 696 | 71 473 | 93 416 | 75 363 |
| Alentejo | 15 482 | 11 672 | 18 392 | 12 904 |
| Algarve | 10 960 | 9 226 | 13 131 | 10 851 |
| Açores | 4 471 | 1 763 | 4 676 | 1 971 |
| Madeira | 5 867 | 5 250 | 8 245 | 6 718 |

Nas três regiões que mais contribuíram para o montante global das despesas, as rubricas económicas mais relevantes foram "Despesas com o Pessoal", "Aquisição de Bens e Serviços" e "Investimentos". O comportamento destas rubricas económicas no peso total das despesas foi sensivelmente igual nas três regiões, sendo que para Lisboa e Vale

do Tejo as "Despesas com o Pessoal" representaram 52,2 milhões de euros (56%), "Aquisição de Bens e Serviços" 18,7 milhões de euros (20%) e "Investimentos" 16,4 milhões de euros (18%).

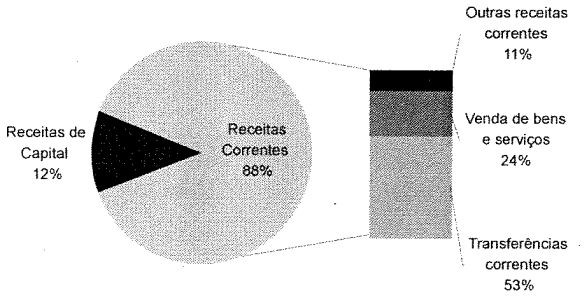
Face a 1999, as principais variações ocorreram nas regiões da Madeira e do Centro com um acréscimo da despesa de 41% e uma redução da despesa de 3%, respectivamente.

As receitas destas instituições registaram, em 2000, um aumento de 6%, tendo atingido 231,7 milhões de euros (217,6 milhões de euros em 1999).

As "Receitas Correntes" representaram 88% do total, enquanto que a participação das "Receitas de Capital" foi apenas de 12%.

Tal como no ano anterior, as rubricas económicas que mais peso tiveram no total das receitas foram as "Transferências Correntes" (53%) e a "Venda de Bens e Serviços" (24%).

**Figura 75 - Receitas dos Corpos de Bombeiros, por agregados económicos (2000)**




Para o financiamento das actividades dos Corpos de Bombeiros é de salientar a importância dos fundos oriundos das Administrações Central, Regional e Local. Em 2000, as "Transferências Correntes e de Capital" da Administração Central e as da Administração Regional e Local totalizaram 134,2 milhões de euros, representando 58% do total das receitas, tendo sido a região de Lisboa e Vale do Tejo a mais beneficiada com 57,7 milhões de euros, ou seja, 43% do total das transferências destes sectores. Por sua vez, o sector privado, constituído por Empresas e por Particulares, contribuiu com 9,7 milhões de euros (4% do total das receitas).

**Figura 76 - Receitas dos Corpos de Bombeiros, por regiões, segundo os agregados económicos**

Unidade: $10^3$ EUR

| Regiões | Agregados económicos | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 1999 | | 2000 | |
| | Total de receitas | Receitas correntes | Total de receitas | Receitas correntes |
| Portugal | 217 600 | 192 080 | 231 711 | 203 755 |
| Norte | 56 462 | 49 608 | 57 687 | 51 349 |
| Centro | 37 284 | 32 270 | 37 101 | 32 720 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 85 383 | 78 497 | 93 396 | 83 200 |
| Alentejo | 16 523 | 14 532 | 18 421 | 15 770 |
| Algarve | 11 494 | 10 439 | 13 034 | 11 728 |
| Açores | 5 474 | 2 014 | 4 438 | 2 207 |
| Madeira | 4 981 | 4 721 | 7 635 | 6 782 |

Em termos de distribuição geográfica, as receitas da região de Lisboa e Vale do Tejo registaram um aumento de 9%, sendo a região mais beneficiada em termos de recursos financeiros. A região Norte continua a ser a segunda região do País com mais receitas, tendo recebido 57,7 milhões de euros, o que correspondeu a um acréscimo de apenas 2% em relação ao ano anterior.

A região dos Açores destacou-se pelo decréscimo de receitas (-19%) e a Madeira pelo aumento significativo de 53%, com realce para as "Receitas de Capital" que aumentaram 229%, tendo sido as rubricas económicas "Transferências de Capital" das Administrações Regional e Local e do Sector Privado as que mais contribuíram para este aumento.

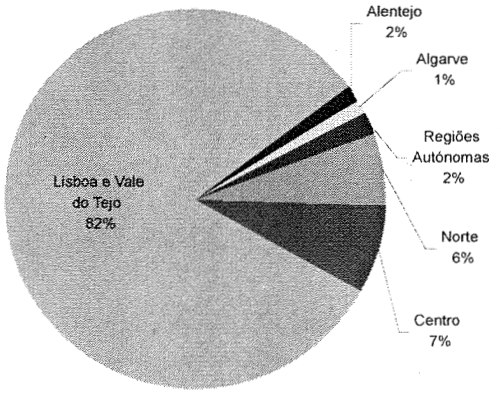
As principais fontes de financiamento da região de Lisboa e Vale do Tejo, em 2000, foram provenientes das "Transferências Correntes e de Capital" das Administrações Central, Regional e Local (57,7 milhões de euros) e da "Venda de Bens e Serviços" (19,8 milhões de euros), tendo correspondido a cerca de 83% do total das receitas da região.

A região Norte, apresenta uma estrutura de financiamento muito semelhante à de Lisboa e Vale do Tejo com as "Transferências Correntes e de Capital" das Administrações Central, Regional e Local a somarem 30,3 milhões de euros e a "Venda de Bens e Serviços" com cerca de 15,1 milhões de euros, rubricas que contribuíram para a formação de cerca de 79% das receitas.

### 3.2. *Organizações Não Governamentais de Ambiente*

Em 2000, as Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) tiveram no sector privado (Famílias e Empresas) a sua principal fonte de associados, tendo atingido perto dos 100%. Esta importância relativa, verificou-se em todas as regiões do País.

**Figura 77 - Associados das Organizações Não Governamentais de Ambiente, por regiões (2000)**




Do total de associados do País, cerca de 82% estavam concentrados na região de Lisboa e Vale do Tejo, enquanto que as regiões do Centro e do Norte detinham 7% e 6%, respectivamente.

As actividades desenvolvidas por estas Organizações de Ambiente totalizaram, no ano de 2000, 4993 acções. As "Acções de Sensibilização Pública" (39%), e os "Passeios de Natureza" (20%) foram as actividades mais importantes, representando 59% do total. Das restantes actividades consideradas, as "Outras Actividades", ou sejam aquelas que não são habituais no âmbito de acção das ONGA, representaram 18% do total, os "Congressos, Colóquios, Exposições e Cooperação Integrada Internacional" 12% e as "Publicações, Estudos Técnicos e Acções de Formação" 11%.

*As ONG de Ambiente realizaram, cerca de 2000 acções de sensibilização pública, durante 2000.*

Analisando a distribuição regional das actividades desenvolvidas por estas organizações, constata-se que as regiões de Lisboa e Vale do Tejo e do Centro foram as mais activas com 2262 e 1134 acções realizadas, representando, em conjunto, 68% do total. Na região de Lisboa e Vale do Tejo, as principais actividades realizadas foram as "Outras Actividades" (48%) e os "Congressos, Colóquios, Exposições e Cooperação Integrada Internacional" (20%). Na região do Centro as actividades que maior peso tiveram foram as "Acções de Sensibilização Pública" (64%) e os "Passeios de Natureza" (22%).

**Figura 78 - Actividades desenvolvidas pelas Organizações não Governamentais de Ambiente, por regiões**

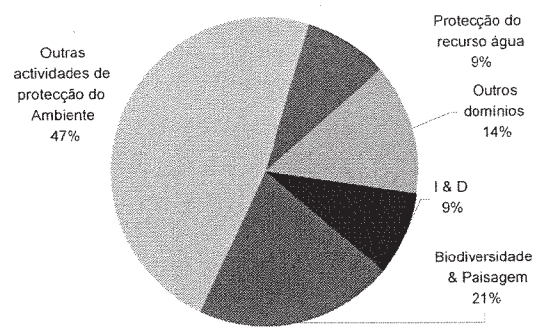
2000 — Unidade: Nº

| Regiões | Actividades desenvolvidas | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | Publicações Estudos Técnicos e Acções de Formação | Acções de Sensibilização Pública | Congressos, Colóquios, Exposições e Feiras, Cooperação Internacional | Passeios de Natureza | Outras actividades |
| **Portugal** | **4 993** | **545** | **1 948** | **593** | **1 014** | **893** |
| Norte | 800 | 88 | 485 | 52 | 136 | 39 |
| Centro | 1 134 | 88 | 725 | 39 | 252 | 30 |
| Lisboa e Vale do Teio | 2 262 | 308 | 407 | 460 | 423 | 664 |
| Alentejo | 271 | 9 | 134 | 20 | 90 | 18 |
| Algarve | 272 | 29 | 145 | 6 | 25 | 67 |
| Açores e Madeira | 254 | 23 | 52 | 16 | 88 | 75 |

Relativamente à afectação das actividades por domínios de gestão e protecção do ambiente, os domínios "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" (1883 acções), "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" (1287 acções), "Protecção do Recurso Água" (511 acções) e "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas" (507 acções) foram os mais relevantes.

Tendo em conta a importância das actividades desenvolvidas, ou seja, o valor das rubricas económicas como as "Despesas com o Pessoal" e a "Aquisição de Bens e Serviços", de cada actividade realizada, verifica-se que o domínio "Outras Actividades de Protecção do Ambiente" foi o que concentrou maior parte do esforço financeiro das ONGA, atingindo cerca de 48% do total, seguido pelo domínio "Protecção da Biodiversidade e da Paisagem" com 21%.

**Figura 79 - Peso das actividades desenvolvidas pelas ONGAS, por domínios de ambiente (2000)**




*Em 2000, apenas 4% das pessoas ao serviço das ONGA, prestaram serviço remunerado.*

No ano de 2000, colaboraram 7282 pessoas nas actividades das ONGA, das quais apenas 4% foram remuneradas pelos serviços prestados. Do total de pessoas remuneradas e de acordo com as categorias funcionais, 14% eram "Dirigentes", 45% correspondiam a "Quadros e Técnicos Superiores e Médios" e 41% pertenciam à categoria de "Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços".

**Figura 80 - Pessoal das Organizações não Governamentais de Ambiente, por regiões, segundo o regime de prestação de serviço**

2000 — Unidade: Número médio de pessoas

| Regiões | Pessoal | | |
|---|---|---|---|
| | Total | Remunerado | Não remunerado |
| Portugal | 4 132 | 274 | 3 858 |
| Norte | 288 | 52 | 236 |
| Centro | 1 148 | 54 | 1 094 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 2 556 | 131 | 2 425 |
| Alentejo | 62 | 26 | 36 |
| Algarve | 23 | 6 | 17 |
| Açores e Madeira | 55 | 5 | 50 |

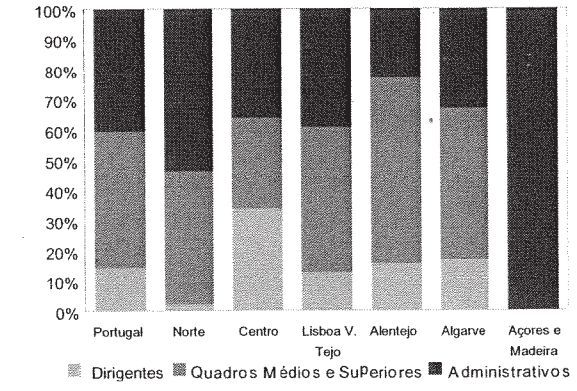
Fonte: INE, Estatísticas do Ambiente, 2000.

(*) Dados actualizados em 20-02-2009.

Numa análise a nível regional do pessoal ao serviço das ONGA, constata-se que a região de Lisboa e Vale do Tejo detinha cerca de 80% do total, maioritariamente pessoal não remunerado (98%). O Alentejo, que representa cerca de 1% das pessoas ao serviço das ONGA no conjunto do país, o pessoal remunerado assume maior relevo, representando mais de 50% dos colaboradores das ONGA na região.

Em 2000, as Organizações Não Governamentais de Ambiente despenderam 8,5 milhões de euros, dos quais 82% corresponderam a "Despesas Correntes" e 18% a "Despesas de Capital". A rubrica "Aquisição de Bens e Serviços" foi a mais importante, com 48% do total da despesa, seguida das "Despesas com o Pessoal" com cerca de 19%.

**Figura 81 - Estrutura do pessoal ao serviço das ONGA, por regiões (2000)**



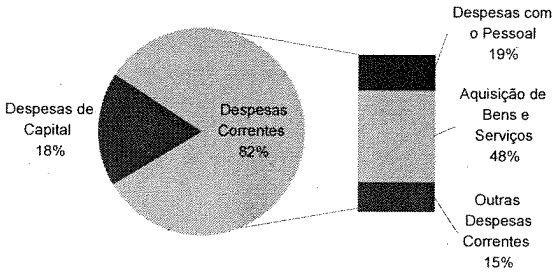

A nível regional, as Organizações Não Governamentais de Ambiente sediadas na região de Lisboa e Vale do Tejo foram as que mais contribuíram para o total da despesa, com cerca de 54%. De seguida, surgem as regiões

do Alentejo e do Norte com 18% e 15%, respectivamente.

As despesas da região de Lisboa e Vale do Tejo incidiram, sobretudo, na rubrica "Aquisição de Bens e Serviços" (48%), "Outras Despesas Correntes" (19%) e "Despesas com o Pessoal" (17%). Na região do Alentejo a repartição das despesas foi para a "Aquisição de Bens e Serviços" (50%), "Investimentos" (36%) e "Despesas com o Pessoal" (13%).

*Despesas das ONGA atingiram, em 2000, 8,5 milhões de euros.*

**Figura 82 - Despesas das ONGAS, por agregados económicos (2000)**




As receitas destas Organizações totalizaram 8,6 milhões de euros, quase na sua totalidade respeitantes a "Receitas Correntes" (96%). Destas, cerca de 57% foram provenientes de "Transferências Correntes", nas quais se destacam as provenientes da Administração Central e as da Administração Regional e Local com 67% e 15%, respectivamente. De seguida, surge a "Venda de Bens e Serviços" com 21%.

**Figura 83 - Despesas das Organizações não Governamentais de Ambiente, por regiões, segundo os agregados económicos**

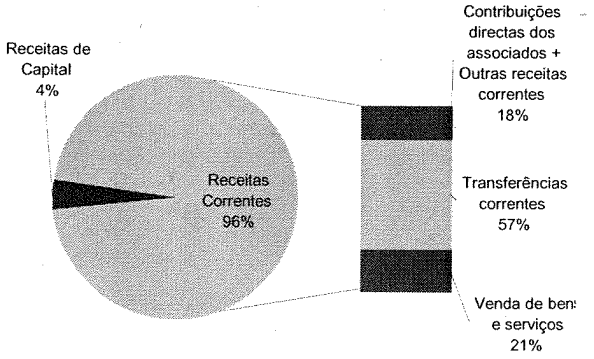
2000 — Unidade: $10^3$ EUR

| Regiões | Agregados económicos | | |
|---|---|---|---|
| | Total | Despesas correntes | Despesas de capital |
| Portugal | 8 483 | 6 966 | 1 517 |
| Norte | 1 312 | 1 252 | 60 |
| Centro | 758 | 601 | 157 |
| Lisboa e Vale do Tejo | 4 562 | 3 877 | 684 |
| Alentejo | 1 543 | 989 | 554 |
| Algarve | 138 | 138 | - |
| Açores e Madeira | 171 | 110 | 61 |

Em termos de distribuição geográfica, a região mais representativa no total de receitas foi Lisboa e Vale do Tejo com 56%, seguindo-se o Alentejo e o Norte ambas com 16%, cabendo às restantes regiões uma participação de apenas 13%.

Analisando detalhadamente algumas regiões do País e as suas fontes de financiamento, verifica-se que nas regiões do Norte e de Lisboa e Vale do Tejo, as receitas tiveram origem em várias fontes, nomeadamente, "Transferências Correntes" (com 59% para a primeira região e 57% para a segunda), "Venda de Bens e Serviços" (26% para o Norte e 19% para Lisboa e Vale do Tejo) e "Contribuições Directas dos Associados", com 6% e 12% respectivamente.

**Figura 84 - Receitas das ONGA, por agregados económicos (2000)**




As "Transferências Correntes", as oriundas do sector privado (Empresas, Instituições Particulares e Famílias) somaram 433,9 mil euros, representando cerca de 5% do total das receitas.

A região de Lisboa e Vale do Tejo foi a mais beneficiada com esta fonte de financiamento,

tendo obtido 234,7 mil euros que, juntamente com as "Transferências" recebidas do Exterior (311,6 mil euros), asseguraram cerca de 11% das suas receitas.

# 4. METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

# 4. METODOLOGIAS, CONCEITOS E NOMENCLATURAS

## 4.1. Metodologias

### 4.1.1. Administrações Públicas

Os sectores institucionais adoptados pelo Sistema de Contas Nacionais, como unidades estatísticas fundamentais, caracterizam-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas compete a produção de serviços não mercantis destinados à colectividade, bem como, a realização de operações de redistribuição do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o sector institucional "Administrações Públicas" dividido em subsectores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o "Sistema Europeu de Recolha de Informação Económica sobre o Ambiente" (SERIEE), as unidades consideradas no sector institucional Administrações Públicas, cuja função principal é a gestão e protecção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Identificam-se na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis directamente ligados à gestão e protecção do ambiente. Na segunda categoria, ou seja, nos produtores característicos não especializados, consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e protecção do ambiente, como actividade auxiliar de uma actividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e respectivas Instituições Sem Fins Lucrativos).

A recolha de dados relativos à despesa das Administrações Públicas em gestão e protecção do ambiente provém de várias fontes, nomeadamente da Conta Geral do Estado, Contas das Regiões Autónomas e Contas de Gerência de alguns Serviços e Fundos Autónomos, bem como de inquéritos realizados junto de unidades estatísticas dos sectores em observação.

São utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, à Classificação Económica das Receitas e das Despesas Públicas, à Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente para a classificação dos domínios de gestão e protecção do ambiente.

#### 4.1.1.1. Administração Central

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais sectores institucionais responsáveis por significativos fluxos financeiros na área de gestão e protecção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente alguns organismos autónomos que, embora exercendo a actividade a nível local, constituem meios de acção da Administração Central e são por esta financiados, a título principal.

Para a recolha de dados financeiros considerara-se as unidades pertencentes aos subsectores institucionais: Estado e Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central. Deste modo,

foram analisadas a Conta Geral do Estado e as Contas de Gerência de algumas instituições deste nível de administração.

#### 4.1.1.2. Administração Regional

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. Foi recolhida informação com base nas Contas das Regiões e nas Contas de Gerência dos Serviços e Fundos Autónomos seleccionados.

#### 4.1.1.3. Administração Local

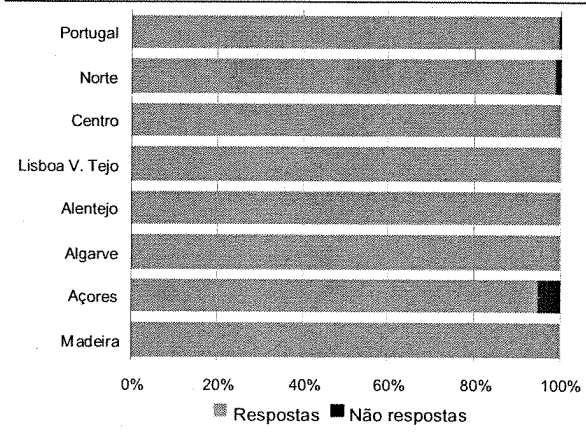
A Administração Local reúne diversos órgãos dos quais se destacam – os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e as Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL) da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido pelo Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT) para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as ISFL da Administração Central e Local.

Face às características dos dados a recolher, considerou-se que a recolha dos dados físicos e económicos do Inquérito ao Ambiente deveria ser de âmbito nacional, exaustiva (totalidade das câmaras municipais), postal e com periodicidade anual.

##### 4.1.1.3.1. Dados físicos

Os dados físicos recolhidos pelo "Inquérito ao Ambiente – Caracterização do Saneamento Básico" permitem analisar as situações concelhias de todo o País quanto à disponibilização às populações de sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha, reciclagem, deposição e tratamento de resíduos sólidos.

**Figura 86 - Inquérito ao Ambiente - Caracterização do Saneamento Básico - Taxa de resposta em 2000**




A taxa de resposta ao inquérito de 2000 foi de 99%, correspondendo a 306 respostas das 308 Câmaras Municipais consideradas.

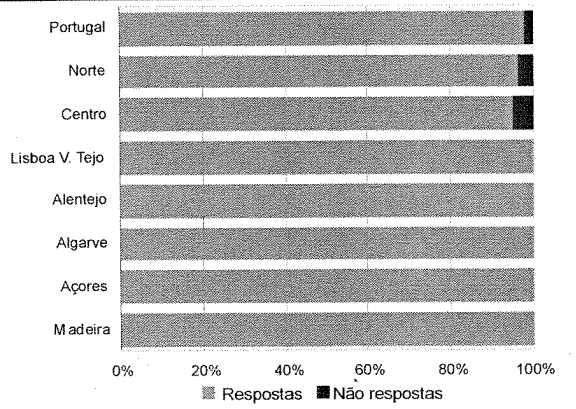
Relativamente aos novos concelhos – Odivelas, Trofa e Vizela – os dados estão ainda incluídos nos concelhos de "origem".

Com o objectivo de dispor de dados globais, considerou-se que para as respostas em falta não haveria alterações a registar relativamente a 1999, pelo que foram utilizados os dados referentes àquela edição, excepto para a população residente, que foi actualizada de acordo com os dados preliminares dos Censos 2001.

#### 4.1.1.3.2. Dados económicos

A partir de 1999, dá-se início a uma nova série de dados económicos em que são apenas recolhidas informações respeitantes às receitas e despesas efectuadas pelos serviços municipais, deixando de fora do âmbito os serviços municipalizados que estavam incluídos até à edição de 1998.

**Figura 87 - Inquérito ao Ambiente - Financiamento das actividades de gestão e protecção do ambiente das Câmaras Municipais - Taxa de resposta em 2000**




Relativamente aos novos concelhos, apenas os dados do município de Odivelas estão ainda incluídos no concelho de "origem".

Com o objectivo de assegurar a coerência da série de dados estatísticos, a informação em falta foi estimada através do cálculo de índices de valor para as receitas e para as despesas, desagregadas em correntes e de capital, e sua aplicação aos dados de 1999, para a Administração Local (Estimativa das Contas do Sector Público Administrativo 1999-2000).

### 4.1.2. Empresas - Actividades de gestão e protecção do ambiente desenvolvidas pela Indústria

O "Inquérito às Empresas - Gestão e Protecção do Ambiente" tem a sua génese em 1995, com a recolha de informação relativa a 1994, sobre as maiores empresas da Indústria e Construção (empresas com 100 ou mais pessoas ao serviço).

Os sectores económicos observados são, desde a edição de 1998, os correspondentes às seguintes secções da CAE Rev. 2: C - Indústria extractiva; D - Indústria Transformadora e E - Produção e distribuição de electricidade, gás e água.

Para além de referências metodológicas do EUROSTAT, este inquérito decorre da aplicação do Regulamento CE Nº 58/97 de 20 de Dezembro de 1996, sobre as Estatísticas Estruturais das Empresas, em particular no que se refere às variáveis de ambiente – *21 11 0 investimento em equipamentos e instalações fim-de-linha destinados ao controlo e redução da poluição*; *21 12 0 investimentos em equipamentos limpos integrados e reconversão para processos limpos*; *21 14 0 despesas correntes em actividades de controlo e redução da poluição*. Desta forma, o inquérito incide sobre as actividades económicas industriais consideradas mais "agressivas" para o ambiente e, como tal, susceptíveis de gerar a maior parte e os mais significativos investimentos em actividades de protecção ambiental, no que se refere à esfera da iniciativa empresarial.

Face às recentes alterações no Regulamento CE Nº 58/97, no que se refere às estatísticas sobre as variáveis de ambiente, revelou-se necessário antecipar um conhecimento mais alargado sobre o conjunto das actividades económicas abrangidas, no sentido de preparar a aplicação efectiva e uma melhor resposta às exigências de informação no âmbito da União Europeia. Desta forma,

realça-se, como principais diferenças do presente inquérito, o alargamento da amostra às empresas de menor dimensão pertencentes aos sectores de actividade abrangidos e a recolha de dados sobre pessoas ao serviço das empresas que se ocupam com as actividades de protecção ambiental, em particular com a introdução de contagem destes recursos humanos com base na noção de pessoas "equivalentes a tempo completo".

Com o alargamento do inquérito às empresas de menor dimensão, os dados estimados são representativos para o conjunto dos sectores de actividade abrangidos, no que se refere ao esforço financeiro suportado na luta que desenvolvem contra a poluição. Tendo em conta os erros estatísticos associados, recomenda-se alguma reserva na interpretação dos resultados, tendo sido omitidas as estimativas com erro superior a 20%.

Para selecção do universo das unidades estatísticas a inquirir foi utilizado o Ficheiro Geral de Unidades Estatísticas do INE; o processo de selecção obedeceu à seguinte metodologia:

Base de amostragem: Empresas do Universo de referência do IEH2001

- Todas as empresas com 1 ou mais pessoas ao serviço e classificadas nas Secções C, D e E da CAE Rev.2 com excepção de:

(a) Unidades com menos de 99759 euros de VVN, no escalão de empresas com menos de 20 pessoas ao serviço;

(b) Unidades sob a forma jurídica de empresários em nome individual, com menos de 249398 euros de volume de negócios, e menos de 10 pessoas ao serviço;

(c) Unidades pertencentes à Divisão 37 da Secção D;

(d) Unidades classificadas sob a forma jurídica de serviços municipalizados (88).

Estratificação: O universo foi estratificado de acordo com as variáveis actividade económica, região e dimensão, medida pelo número de pessoas ao serviço, atendendo aos seguintes critérios:

CAE: (a) 3º digito (Grupo) no caso de empresas com menos de 50 pessoas ao serviço;

(b) 2º digito (Divisão) no caso de empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço.

NUTS: Nível II da nomenclatura, representando as sete regiões do país - Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

EPS: Consideraram-se os seguintes escalões:

(1) 1 a 19 pessoas ao serviço;

(2) 20 a 49 pessoas ao serviço;

(3) 50 a 99 pessoas ao serviço;

(4) 100 a 249 pessoas ao serviço;

(5) 250 a 499 pessoas ao serviço;

(6) 500 a 999 pessoas ao serviço;

(7) 1000 ou mais pessoas ao serviço.

Para efeitos de selecção da amostra, consideraram-se para inquirição exaustiva os estratos correspondentes às empresas com 50 ou mais pessoas ao serviço.

Repartição da amostra: O número de unidades a inquirir por estrato, com base na variável volume de negócios, foi obtido segundo a seguinte fórmula:

$$n_h = \frac{N_h S_h \sqrt{X_h}}{\sum_{i=1}^{H} N_i S_i \sqrt{X_i}} \times n \quad , \quad h = 1, 2, \ldots, H$$

em que:

$h$ índice de estrato;

$n_h$ dimensão da amostra, no estrato $h$;

$N_h$ dimensão do universo, no estrato $h$;

$S_h$ desvio padrão da variável volume de negócios, no estrato $h$;

$X_h$ total da variável volume de negócios, no estrato $h$;

$n$ dimensão total da amostra;

$H$ número total de estratos, no universo.

Selecção da amostra: As empresas foram ordenadas por ordem crescente da variável volume de negócios e depois seleccionadas, em cada estrato, de modo sistemático, com intervalo de selecção dado pelo quociente entre a dimensão do estrato ($N_h$) e a dimensão da amostra que nele se pretendia inquirir ($n_h$). A selecção da amostra, por estrato, foi feita por um processo de selecção sistemática, considerando a parte inteira do intervalo de selecção no estrato:

$$I_h = \frac{N_h}{n_h}$$

e como ponto de partida um ponto aleatório no intervalo [ 1; $I_h$ ].

Estimadores: O estimador do total da variável $X$, para cada estrato, é dado por:

$$\hat{X}_h = \frac{N_h}{n_h} \sum_{i=1}^{n_h} x_{ih} \, , \qquad \text{com } i=1, 2, \ldots, n_h \text{ onde:}$$

$h$ índice de estrato;

$N_h$ dimensão do universo no estrato $h$;

$n_h$ número de empresas da amostra que responderam ao inquérito;

$x_{ih}$ valor da variável *X*, da empresa *i*, no estrato *h*;

$\frac{N_h}{n_h}$ coeficiente de extrapolação.

O estimador do total da variável *X*, para uma agregação de estratos, é a soma dos estimadores dos totais em cada estrato, dado por:

$$\hat{X} = \sum_h \hat{X}_h$$

onde $\hat{X}_h$ representa o estimador da variável *X*, nos estratos *h*, que se agregaram.

O estimador da variância do total, é dado por:

$$\hat{Var}(\hat{X}) = \sum_{h=1}^{H} \frac{N_h}{n_h}(N_h - n_h)s_h^2$$

sendo,

$$s_h^2 = \frac{1}{n_h - 1} \cdot \sum_{i=1}^{n_h}(x_{hi} - \bar{x}_h)^2$$

a variância calculada a partir dos valores da amostra, para cada um dos estratos.

Coeficiente de variação: O coeficiente de variação (*C.V.*) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. No caso do estimador do total $(\hat{X})$, o *C.V.* (em %) é dado por:

$$C.V.(\hat{X}) = \frac{\sqrt{\hat{Var}(\hat{X})}}{\hat{X}} \cdot 100\%$$

Ao calcular-se o coeficiente de variação de uma estimativa pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade, de conter o verdadeiro valor que se pretende estimar. Segundo a teoria da amostragem, os limites do intervalo de confiança são:

- $\left[\hat{X} \pm C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}\right]$, para um nível de confiança de 68%;
- $\left[\hat{X} \pm 1{,}96 \times C.V.(\hat{X}) \cdot \hat{X}\right]$, para um nível de confiança de 95%.

Procurando garantir um equilíbrio entre a disponibilização da informação e o rigor da mesma, não se disponibilizam as estimativas com um erro associado superior a 20%.

O preenchimento dos campos de natureza contabilística foi feito com base nas indicações contidas no Plano Oficial de Contabilidade (POC).

A taxa de resposta global situou-se nos 90%. Ao nível das regiões NUTS II, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores registaram as taxas de resposta mais baixas, respectivamente 71% e 65%.

Tratamento de não respostas: O tratamento de não respostas correspondeu à imputação da média das respostas obtidas em cada estrato. Este método simplificou o processo de cálculo de estimativas dos totais, tendo em conta que é um processo equivalente a considerar no estimador do total da variável *X* no estrato – dado por:

**Figura 88 - Taxa de resposta das empresas por sectores económicos (2000)**

$$\hat{X} = \sum_{i=1}^{n_{lkj}} \frac{N_{lkj}}{n_{lkj}} \cdot X_{lkji}$$

apenas o total de empresas que responderam ao inquérito e que corresponde ao denominador $n_{lkj}$.

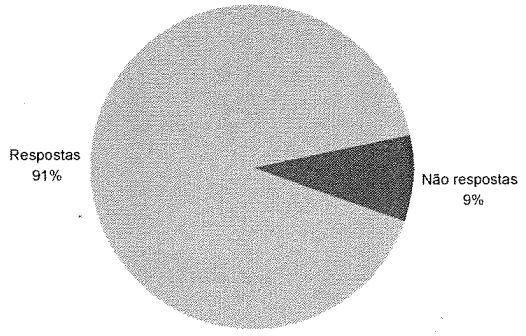
**Nota: Em virtude do envio de dados relevantes em data posterior ao fecho da inquirição, efectuou-se uma actualização dos resultados de 1999 face à ultima publicação de informação nas *Estatísticas do Ambiente 1998/1999.***

### 4.1.3. Instituições Sem Fins Lucrativos

As ISFL da Administração Central e Local são constituídas por organismos dotados de personalidade jurídica, que exercem actividades não mercantis e cujos recursos provêm, na sua maioria, dos financiamentos do Estado, dos órgãos regionais ou dos municípios.

As instituições que desempenham papel activo na gestão e protecção do ambiente, foram classificadas em "Associações e outras Entidades de Bombeiros" e em "Organizações Não Governamentais de Ambiente".

**Figura 89 - Inquérito ao Ambiente - Acção dos Corpos de Bombeiros - Taxa de resposta (2000)**




#### 4.1.3.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros

Dadas as actividades desenvolvidas por estas instituições na gestão e protecção do ambiente, cujo papel de combate aos fogos florestais é de importância vital para a conservação e protecção da natureza e das espécies, afigurou-se indispensável recolher directamente informação sobre as mesmas. Deste modo, com base no ficheiro cedido pelo Serviço Nacional de Bombeiros, o INE realizou

um inquérito junto dos Corpos de Bombeiros, para recolha de dados físicos e financeiros relativos às actividades desenvolvidas.

A taxa de resposta obtida na edição de 2000 foi de 91%, valor ligeiramente superior ao alcançado em 1999 (89%).

Com o objectivo de dispor de dados globais, a informação em falta, face a 1999, foi estimada com recurso aos valores desse ano. Para o cálculo das receitas e das despesas foram utilizados os índices de valor para as receitas e para as despesas, desagregadas em correntes e de capital, da Administração Local (Estimativas das Contas do Sector Público Administrativo 1999 -2000).

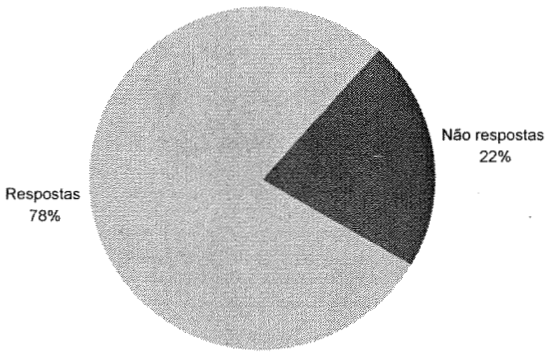
### 4.1.3.2. Organizações Não Governamentais de Ambiente

Com a aprovação da Lei n.º 35/98, de 18 de Julho que define o estatuto das organizações não governamentais de ambiente, a designação de Associação de Defesa do Ambiente deu lugar à de Organização Não Governamental de Ambiente (ONGA). Este conceito é já utilizado, a nível internacional, para designar grupos de cidadãos que desenvolvam acções de defesa do ambiente.

Neste diploma, o conceito de ONGA foi alargado a outras organizações que, embora não tenham sido constituídas exclusivamente para a defesa dos valores ambientais e do desenvolvimento sustentável, tenham esse objectivo como principal. Surge assim, a figura de "ONGA equiparada".

Tendo em conta as actividades desenvolvidas pelas ONGA, através de acções de sensibilização e de esclarecimento junto das populações, tornou-se necessário recolher directamente essa informação. Assim, com base no ficheiro cedido pelo Instituto de Promoção Ambiental (IPAMB), responsável pela organização do Registo Nacional das ONGA e Equiparadas, realizou-se, um inquérito junto a estas organizações.

**Figura 90 - Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente - Taxa de resposta (2000)**




As Associações de Defesa do Ambiente inscritas no anterior registo junto do IPAMB transitaram para o novo registo nacional das ONGA e equiparadas desde que cumprissem os requisitos previstos na nova lei.

Nesta segunda edição do Inquérito às Organizações Não Governamentais de Ambiente, a taxa de resposta obtida foi de 78% (83% na edição de 1999).

Com o objectivo de ultrapassar a ausência de informação das unidades estatísticas em falta, foi extraída uma amostra das organizações respondentes simultaneamente em 1999 e 2000, que permitiu o cálculo de índices de valor para as receitas e despesas, desagregadas em correntes e de capital, os quais foram posteriormente aplicados às não respondentes da presente edição.

## 4.2. Conceitos

**Abastecimento de água:** um sistema de abastecimento de água é um conjunto coerente de órgãos interligados que, no seu todo, tem como função fornecer água para consumo humano, em quantidade e qualidade adequadas. Considera-se "quantidade e qualidade adequadas" aquelas que satisfazem as exigências quantitativas e qualitativas que são estabelecidas na normativa local e na legislação nacional aplicável. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, rede de distribuição.

**Actividade característica:** considera-se qualquer actividade, principal ou secundária, das unidades de produção especializadas na gestão e protecção do ambiente, ou actividade auxiliar de actividades consideradas principais ou secundárias, não ligadas à protecção do ambiente. Compreende as modificações integradas empreendidas, cujo principal objectivo é a gestão e protecção do ambiente. Os produtos das actividades características, são chamados "serviços característicos". Segundo a "Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente", repartem-se por nove domínios.

**Actividades de gestão e protecção do ambiente:** qualquer actividade que vise manter ou restabelecer, pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se, igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu "habitat", a conservação dos "sítios", assim como as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

**Actividade principal:** entende-se por actividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preços de venda dos produtos vendidos ou produzidos ou dos serviços prestados no período de referência. Na impossibilidade da determinação do maior volume de vendas das actividades exercidas, considera-se como principal a que ocupa com carácter de permanência o maior número de pessoas ao serviço.

**Actividade secundária:** actividade exercida pela empresa ou estabelecimento para além da actividade principal.

**Águas residuais:** são águas usadas e que podem conter quantidades importantes de produtos em suspensão ou dissolvidos, com acção perniciosa para o ambiente. Não são consideradas as águas de arrefecimento.

**Águas residuais tratadas:** apenas se considera águas residuais tratadas aquelas, cujo tratamento é efectuado nas ETAR e nas fossas sépticas municipais.

**Aquisição de bens e serviços:** esta rubrica representa o valor de todos os bens (à excepção dos bens de capital fixo) e serviços comercializáveis, consumidos no decurso do período considerado para produzir outros bens e serviços. Traduzem-se na obtenção de serviços ou de bens de consumo corrente (ex.: material de escritório, manutenção de máquinas, comunicações, transportes, estudos e consultoria, etc.).

**Área geográfica de intervenção:** área de intervenção própria; corresponde, em regra, à área do município.

**Aterro controlado:** local onde os resíduos são depositados espalhados, compactados e cobertos com terra, sem que tenha sido construído um sistema de recolha de águas lixiviantes ou o fundo tenha sido protegido por forma a evitar a infiltração de águas no solo.

**Aterro sanitário:** local vedado onde, através de técnicas próprias, nomeadamente espalhamento, compactação e cobertura diária com terra, exista uma deposição controlada dos resíduos, que inclui o sistema de recolha de águas lixiviantes, protecção das águas subterrâneas e ainda recolha de biogás.

**Bombeiros profissionais:** diz respeito aos corpos de bombeiros em que todos os seus elementos fazem da actividade que exercem sua profissão, assumindo esta o carácter de função remunerada exclusiva ou dominante.

**Caudais captados:** quantidade de água obtida através dos pontos de captação de águas superficiais ou subterrâneas efectivamente utilizados. O caudal de exploração considerado deve ser o caudal máximo que em cada momento garanta as boas condições de funcionamento dos equipamentos e a disponibilidade continuada dos recursos hídricos onde se processa a captação.

**Caudais efluentes produzidos:** volume de águas usadas e poluídas que são descarregadas por um centro urbano ou industrial.

**Caudais fornecidos:** quantidade de água fornecida aos utilizadores (consumos) e, eventualmente, outras entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água.

**Composição física média anual dos resíduos sólidos urbanos:** composição média dos resíduos sólidos urbanos produzidos anualmente, segundo o estabelecido na Portaria n.º 768/88, de 30 de Novembro.

**Compostagem:** processo de reciclagem onde se dá a degradação biológica, aeróbica ou anaeróbica, de resíduos orgânicos, de modo a proceder à sua estabilização, produzindo uma substância húmida, utilizável em algumas circunstâncias como um condicionador do solo.

**Consumos:** os consumos foram contabilizados, independentemente de serem ou não facturados. Para caracterizar os consumos, adoptou-se a seguintes classificação de utilizadores: residencial e serviços, industrial e outros (inclui as utilizações não previstas anteriormente, tais como segurança contra incêndios, lavagem de ruas, rega, etc.).

**Consumo industrial:** o consumo efectuado pelas indústrias, incluindo a hoteleira e de restauração, e todos os consumos equivalentes a actividade fabril e industrial.

**Consumo residencial e dos serviços:** o consumo residencial é o habitacional e corresponde à usual designação de "doméstico"; o consumo dos serviços corresponde ao efectuado pelo sector dos serviços e ainda pelas autarquias locais, as escolas, todos os estabelecimentos do Estado (excepto os fabris), as Instituições Particulares de Solidariedade Social e as colectividades, entre outros.

**Despesas com o pessoal:** incluem-se nesta rubrica as remunerações certas e permanentes, as contribuições para a Segurança Social e outras despesas com o pessoal.

**Drenagem de águas residuais:** entende-se por sistema de drenagem de águas residuais um sistema constituído por um conjunto de órgãos cuja função é a colecta das águas residuais e o seu encaminhamento e, por vezes, tratamento em dispositivo adequado, de forma a que a sua deposição no meio receptor (solo ou água), não altere as condições ambientais existentes para além dos valores estabelecidos como admissíveis na normativa local e na legislação nacional aplicável. Deste modo, na sua forma completa, um sistema de drenagem de águas residuais é constituído pelos seguintes órgãos principais: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

**Efluente industrial:** é considerado efluente industrial, todo aquele que é produzido em actividades ou processos industriais.

**Efluente residencial e dos serviços:** é considerado efluente residencial e dos serviços, todo aquele que não pertença ao efluente industrial.

**Eliminação de resíduos:** qualquer operação com vista a um destino final adequado de resíduos, constante do ANEXO I da Portaria N.º 15/96, de 23 de Janeiro. Considerou-se que o aterro sanitário, o aterro controlado e a lixeira são formas de eliminação.

**Empresa:** organização definida juridicamente, com balanço próprio, submetida a uma direcção que pode ser tanto uma entidade jurídica como uma entidade física, constituída com o fim de exercer, num ou em vários locais, uma ou várias actividades de produção de bens e serviços.

**Eco-empresa**: unidade económica que produz bens de consumo e/ou equipamento e presta serviços de protecção ao ambiente. É considerada uma Eco-empresa, toda a empresa cujo volume de negócios resulte maioritariamente (≥50%) do comércio desses produtos "verdes" ou serviços de protecção ao ambiente.

**Entidade gestora do sistema de abastecimento público ou entidade gestora:** entidade responsável pela exploração e funcionamento, e eventualmente também pela concepção e construção, do sistema de abastecimento público de água, do sistema de águas residuais e/ou do sistema de resíduos sólidos urbanos, ou de parte destes sistemas (Decreto-Lei nº 236/98, de 1 de Agosto).

**Equipamento e instalações fim-de-linha:** instalações (equipamentos ou partes identificáveis de maquinaria, assim como, construções), funcionando no término do processo de produção, destinadas a tratar, prevenir (evitar) ou medir a poluição.

**Estações de tratamento de água (ETA):** conjunto de órgãos que garante à água condições de qualidade por forma a permitir a sua utilização para abastecimento público (água potável).

**Estações de tratamento de águas residuais (ETAR):** instalação que permita a reciclagem e a reutilização das águas residuais de acordo com parâmetros ambientais aplicáveis ou outras normas de qualidade. São os locais onde se sujeita as águas residuais a processos que as tornam

aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização.

**Gestão de resíduos sólidos:** refere-se, especificamente, ao que vulgarmente se designa por recolha e tratamento de lixo. De acordo com o Decreto-Lei n.º 239/97, de 9 de Setembro, Gestão de Resíduos Sólidos consiste nas operações de recolha, transporte, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos, incluindo o autocontrolo destas operações e a vigilância dos locais de descarga depois de encerrados. Relativamente aos sistemas de gestão de resíduos sólidos, podem ser especificadas as seguintes fases: recolha, recolha selectiva, transporte, valorização e eliminação.

**Gestão técnica:** constituição e condições técnicas de funcionamento dos sistemas de saneamento básico, ou seja: a caracterização física dos órgãos e outros componentes dos sistemas fixos, os parâmetros de funcionamento traduzidos pela quantidade dos produtos processados nos sistemas e os dados dos procedimentos de rotina de avaliação da qualidade desses produtos.

**Impostos, taxas:** impostos e taxas pagas a entidades públicas ou instituições diversas, para recolha, transporte e tratamento das águas residuais, ou relativamente a outra actividade de protecção do ambiente (ex.: taxa de saneamento). São ventiladas em função do nível (nacional ou local) do organismo que os colecta.

**Incineração:** qualquer equipamento técnico afecto ao tratamento de resíduos por via térmica, com ou sem recuperação de calor de combustão produzido, abrangendo o local de implantação e o conjunto da instalação constituído pelo incinerador, seus sistemas de alimentação por resíduos, por combustíveis e pelo ar, bem como os aparelhos e dispositivos de controlo das operações de incineração, de registo e de vigilância contínua das condições de incineração.

**Índice de profissionalização:** classificação do corpo de bombeiros quanto à forma como os elementos nele integrados exercem a sua actividade.

**Inquérito exaustivo:** são inquiridas a totalidade das unidades estatísticas de um dado universo.

**Investimentos:** inclui as aquisições de imobilizado, assim como, os trabalhos para a própria empresa que se traduzam num aumento efectivo do valor imobilizado (à excepção do IVA dedutível). Incluem-se os bens corpóreos, tais como terrenos, edifícios e novas construções, transformações e grandes reparações, aquisição de maquinaria, veículos, assim como os bens incorpóreos (software, patentes, etc.). Não são deduzidas as ajudas ao investimento. No caso das empresas, os investimentos classificam-se em equipamentos e instalações "Fim de linha" e "Tecnologias integradas".

**Lixeira:** local onde os resíduos são depositados sem qualquer controlo, com riscos evidentes para o ambiente (poluição do ar, água e solo) e para a saúde pública.

**Natureza do Corpo de Bombeiros:** designação do corpo de bombeiros de acordo com a natureza da entidade que o cria e mantém.

**Número médio de pessoas ao serviço:** somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de actividade, a dividir pelo número de meses de actividade da instituição.

**Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA)**: são as associações dotadas de personalidade jurídica e constituídas nos termos da lei geral que não prossigam fins lucrativos, para si ou para os seus associados, e visem, exclusivamente, a defesa e valorização do ambiente ou do património natural e construído, bem como a conservação da Natureza.

**Organizações Não Governamentais de Ambiente Equiparadas**: são as outras associações, nomeadamente sócio-profissionais, culturais e científicas, que não prossigam fins partidários, sindicais ou lucrativos, para si ou para os seus associados, e tenham como área de intervenção principal o ambiente, o património natural e construído ou a conservação da Natureza.

**Origem subterrânea:** são as águas obtidas em nascentes, galerias de minas, poços ou furos, ou seja, águas retidas, e que podem ser recuperadas, através de uma formação geológica. Todos os depósitos de água permanentes e temporários, recarregados natural ou artificialmente no subsolo, tendo qualidade suficiente para garantir pelo menos uma utilização sazonal. Esta categoria inclui as camadas freáticas, bem como as camadas profundas sob pressão ou não, contidas em solos porosos ou fracturados. A água subterrânea inclui água injectada, nascentes, concentradas ou difusas, que podem estar submersas. Excluem-se os bancos de filtração (cobertos por águas de superfície).

**Origem superficial:** são as águas obtidas da água que escorre, ou estagna, à superfície do solo: em cursos de água naturais, tais como rios, ribeiros, regatos, etc., e cursos de água artificiais tais como canais para rega, uso industrial, navegação, sistemas de drenagem, aluviões (águas sub-superficiais) e reservatórios naturais e artificiais. Exclui-se a água do mar, massas de águas estagnadas permanentes, naturais e artificiais e, as águas das zonas de transição, tais como pântanos salobros, lagoas e estuários.

**Outros custos e perdas:** do total dos custos e perdas, inclui apenas os que estão directa ou indirectamente ligados aos investimentos, cujo principal objectivo seja a gestão e protecção do ambiente. Inclui: custos com o pessoal, fornecimentos e serviços externos (energia, materiais, manutenção, transporte, informação, seguros, etc., à excepção dos trabalhos especializados), produtos "verdes" e impostos (à excepção do IVA dedutível). Estão excluídas as amortizações e provisões do exercício, assim como, os custos e perdas financeiros.

**Outros índices de profissionalização:** refere-se aos corpos de bombeiros em que assume carácter significativo o número de elementos que, no conjunto dos seus efectivos, exercem a função de bombeiro na condição de profissional e na condição de voluntário.

**Outros proveitos e ganhos:** proveitos e ganhos não contabilizados nas outras rubricas e que resultam directamente das actividades de gestão e protecção do ambiente, nomeadamente os que decorrem da reutilização dos produtos resultantes do processo de produção. Os proveitos e ganhos devem ser estimados pelo valor da economia de custos, devido à utilização destes produtos. São incluídas, igualmente, as ajudas ao investimento concedidas pelo Estado e outros

entes públicos ou outras entidades, no âmbito da implementação de medidas de gestão e protecção do ambiente.

**Outros resíduos:** inclui outros tipos de resíduos não especificados, nomeadamente os resíduos resultantes das varreduras, da limpeza de praias, monstros (objectos volumosos de uso doméstico, designadamente frigoríficos, fogões, colchões, etc.).

**Pessoal ao serviço:** pessoas que no período de referência participaram efectivamente na actividade da instituição, independentemente do vínculo que tenham, à excepção dos indivíduos com contratos de prestação de serviços (*vd.* **Qualificação funcional dos recursos humanos**).

**Pessoal não remunerado:** pessoal que participa efectivamente na actividade da instituição, sem receber uma remuneração regular a troco do seu trabalho, e os indivíduos destacados de outras instituições que não figuram na folha de pagamentos.

**Pessoal remunerado:** pessoal que participa efectivamente na actividade da instituição, recebendo por esse facto uma soma pré-determinada em dinheiro e/ou géneros.

**Pessoas maioritariamente ocupadas com funções de ambiente:** pessoas que se avalia em 50% ou mais do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com a execução de actividades de gestão e protecção do ambiente.

**Pessoas minoritária ou ocasionalmente ocupadas com funções de ambiente:** pessoas que se avalia em menos de 50% do seu tempo de trabalho, estar ocupadas com actividades de gestão e protecção do ambiente.

**População:** pessoas que residem habitualmente na área geográfica (Estimativas da população residente em 30 de Junho de 1998 e 1999, INE).

**População não servida:** pessoas habitualmente residentes na área geográfica que não usufruem de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos).

**População servida:** pessoas habitualmente residentes na área geográfica que usufruem de serviços públicos de saneamento básico (abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos).

**Prestação de serviços de protecção ambiental:** refere-se apenas a serviços executados para outras empresas, no âmbito das actividades de gestão, redução e controlo de poluição (ex.: tratamento dos resíduos industriais produzidos por terceiros, tratados na própria empresa).

**Produto adaptado**: produtos adaptados a medidas de protecção ambiental, e que obedecem às duas premissas seguintes:

- por um lado, sejam produtos com um impacto menos poluente no decurso do seu consumo ou utilização, face a outros produtos de propósito equivalente, mas mais prejudiciais ao ambiente ou cujo efeito sobre o ambiente não é desprezável;
- por outro lado, o seu custo seja mais elevado do que o dos produtos normais equivalentes.

**Produto conexo**: são todos aqueles, que por natureza, servem um objectivo de protecção ambiental (ex.: conversores catalíticos, fossas sépticas, produtos biológicos para fossas sépticas, contentores de desperdícios, condutas de escape, janelas redutoras de ruído, etc.).

**Produtores especializados**: unidades económicas que desenvolvem acções de protecção do ambiente como principal actividade.

**Produtos "verdes":** produtos que, em fase de consumo corrente ou final, são menos poluentes, comparativamente a outros existentes no mercado, e que verifiquem um objectivo de protecção do ambiente (ex.: gasolina s/chumbo, detergentes sem fosfatos, fuels com baixo teor de sulfurosos, óleo lubrificante biodegradável, etc.).

**Qualificação funcional dos recursos humanos:** recursos humanos ao serviço da entidade gestora em 31 de Dezembro, segundo a hierarquia funcional utilizada no Balanço Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade e em função do vínculo à entidade patronal. Para o enquadramento dos efectivos nos níveis de qualificação, foi utilizada a classificação estabelecida nos diplomas legais aplicáveis a cada entidade gestora. A imputação do número de funcionários por tipo de serviço é feita segundo os seguintes critérios:

- os funcionários que se dedicam a tarefas apenas sobre um tipo de sistema são imputados nesse tipo;
- os funcionários que executam tarefas sobre mais que um tipo de sistema ou contribuem para a gestão global da entidade gestora, quando ela tem responsabilidade de exploração de mais de um tipo de sistema, são imputados proporcionalmente ao tempo dedicado a cada um.

Inclui todos os trabalhadores ligados à empresa por um contrato de trabalho no período de referência e que auferem do estabelecimento uma remuneração base. Inclui os trabalhadores temporariamente ausentes no período de referência por férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a 1 mês. Exclui os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas, ausentes por doença ou acidentes de trabalho de duração superior a 1 mês, pagos exclusivamente à comissão, colocados por empresas de trabalho temporário e ao abrigo de um contrato de aprendizagem.

**Reciclagem de resíduos**: reprocessamento dos resíduos num processo de produção para o fim original ou para outros fins. Refere-se apenas aos materiais componentes físicos dos resíduos recolhidos selectivamente e aos separados nas instalações de valorização e/ou eliminação e que são vendidos para reciclagem.

**Recolha de resíduos**: operação de apanha, triagem e/ou mistura de resíduos, com vista aos seu transporte.

**Recolha selectiva de resíduos**: recolha especial de resíduos que são objecto de deposição separada por parte do detentor, com a finalidade de serem reciclados (ex.: vidrões e ecopontos).

**Rendimentos de propriedade**: inclui-se juros de depósitos, rendas de terrenos, etc..

**Resíduos hospitalares**: resíduos produzidos em unidades de prestação de cuidados de saúde, incluindo as actividades médicas de diagnóstico, tratamento e prevenção da doença em seres humanos ou animais e, ainda, as actividades de investigação relacionadas.

**Resíduos industriais**: resíduos produzidos em actividades ou processos industriais.

**Resíduos urbanos**: resíduos domésticos, resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e do sector de serviços e outros resíduos que, pela sua natureza ou composição, sejam semelhantes aos resíduos domésticos desde que a produção diária unitária não exceda 1100 litros.

**Separação na instalação de valorização e/ou eliminação de resíduos**: materiais que fazem parte da composição física dos resíduos que, após separação na instalação de valorização e/ou eliminação, são vendidos para reciclagem.

**Taxas e impostos indirectos**: pagamentos obrigatórios efectuados pelos consumidores (desagregados por Particulares e Empresas) por contrapartida de serviços prestados pelo município.

**Tecnologias integradas**: equipamentos e/ou instalações ou partes de equipamento e/ou instalações, tendo sofrido modificações no sentido da diminuição da poluição. Contrariamente ao equipamento e instalações "Fim de linha", estes encontram-se integrados no processo de produção. É contabilizado apenas o custo adicional decorrente das especificidades do equipamento ou construção. O valor é estimado, por exemplo, comparando com outras soluções alternativas existentes no mercado, mas que não verifiquem as normas de protecção do ambiente existentes, ou a implementar.

**Figura 91 - Tipos de tratamento de águas residuais**

| Tipo de tratamento | Operações de tratamento |
|---|---|
| Preliminar | Gradagem |
| | Tamisagem |
| | Desarenamento |
| | Remoção de gorduras |
| Primário | Sedimentação primária |
| | Flotação |
| | Coagulação |
| Secundário | Lamas activadas |
| | Leitos bacterianos |
| Terciário | Desinfecção |
| | Tratamento para: |
| | · sólidos em suspensão |
| | · nutrientes |
| | · componentes orgânicos refractários |
| Quaternário | Redução de salinidade |

**Tecnologias limpas ou menos poluentes**: equipamentos e/ou instalações, onde se tenha operado modificações no sentido da diminuição da poluição. Incluem-se igualmente, os equipamentos que permitem uma racionalização de consumo dos recursos naturais, nomeadamente, o recurso água.

**Trabalhos especializados:** valor total dos custos em trabalhos especializados relacionados com a gestão e protecção do ambiente pago a organismos públicos ou a entidades privadas (ex.: despesas de recolha, eliminação ou tratamento de resíduos produzidos, pagas seja a uma empresa especializada, seja a um serviço municipal/público de transporte ou de tratamento de resíduos).

**Transferências correntes**: importâncias a entregar/receber de quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das entidades recebedoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador.

**Transferências de capital**: importâncias a entregar/receber de quaisquer organismos ou entidades, para financiar despesas de capital das unidades recebedoras.

**Transporte de resíduos**: qualquer operação que vise transferir fisicamente os resíduos. Habitualmente, considera-se que o transporte se inicia após a recolha do último contentor e termina com a descarga dos resíduos na instalação de valorização ou eliminação.

**Tratamento de água para abastecimento**: processo que torna apta a ser utilizada, a água captada de qualquer fonte. Apenas se considera tratamento se for utilizada uma instalação específica para o efeito. Não se considera como tratamento a simples filtragem ou cloragem.

**Tratamento de águas residuais**: o tratamento de águas residuais são processos que as tornam aptas, de acordo com as normas de qualidade em vigor ou outras aplicáveis, para fins de reciclagem ou reutilização. A definição do tipo de tratamento consta do anexo XI do Regulamento Geral de Abastecimento de Água e Drenagem de Águas Residuais (LNEC/CSPOT versão de 1991), parcialmente reproduzido no quadro seguinte. O sistema de lagunagem é considerado tratamento primário, secundário ou terciário, conforme permita tratamentos sucessivamente mais afinados.

**Valorização de resíduos**: qualquer das operações que permita o reaproveitamento dos resíduos e cuja indicação consta do Anexo II da Portaria n.º 15/96, de 23 de Janeiro. Salienta-se que a compostagem e a incineração são operações de valorização.

**Venda de bens e serviços**: engloba o valor de todos os bens (à excepção dos bens de capital fixo) e serviços comercializáveis, fornecidos pelas entidades no decurso do período considerado.

**Venda de bens de investimento**: compreende as importâncias recebidas pela venda de bens que impliquem uma alteração do património duradouro.

**Venda de resíduos e/ou materiais reciclados**: proveitos e ganhos resultantes de uma actividade de gestão e protecção do ambiente.

**Voluntários**: diz respeito corpos de bombeiros em que todos os seus elementos exercem a função de bombeiro como actividade acessória não remunerada, dispondo, portanto, de uma outra actividade profissional.

## 4.3. Nomenclaturas

### 4.3.1. Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Nível II (NUTS II)

Figura 92 - Regiões por NUTS II

| Código | Região |
|---|---|
| 101 | Norte |
| 102 | Centro |
| 103 | Lisboa e Vale do Tejo |
| 104 | Alentejo |
| 105 | Algarve |
| 201 | Região Autónoma dos Açores |
| 301 | Região Autónoma da Madeira |

### 4.3.2. Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente

**Domínio: "Protecção da Qualidade do Ar & Clima"**

Compreende todas as actividades referentes aos processos de produção, às actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, às actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono. Inclui-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

**Domínio: "Protecção do Recurso Água"**

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Inclui-se, igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como o tratamento das águas de arrefecimento.

**Domínio: "Gestão de Resíduos"**

Compreende as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Inclui-se igualmente, as actividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do sector público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo

os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. São também consideradas as actividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como de resíduos não tóxicos (tratamento físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

**Domínio: "Protecção dos Solos & Águas Subterrâneas"**

Compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Inclui-se igualmente, as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como o tratamento das lamas resultantes de dragagem.

**Domínio: "Protecção contra o Ruído & Vibrações" (excepto protecção dos locais de trabalho)**

Compreende medidas e actividades de controlo e redução de ruído ou vibrações, gerados por actividades industriais ou transportes. Actividades para controlo e redução de ruído em zonas habitacionais (isolamento sonoro de discotecas, etc.) bem como medidas e acções aplicadas em instalações públicas (piscinas, etc.), escolas, etc., são incluídas. Exclui-se, medidas de redução de ruído e vibrações nos locais de trabalho por razões de higiene e segurança no trabalho. Inclui-se as actividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplenagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos de ferro urbanos.

**Domínio: "Protecção da Biodiversidade & Paisagem"**

Compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do "habitat", essenciais ao bem estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Inclui-se igualmente, as actividades de protecção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São, igualmente, compreendidas as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

**Domínio: "Protecção contra as Radiações"**

Compreende as actividades que visam reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas por um qualquer emissor, à excepção das centrais nucleares e das instalações militares. Exclui-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

**Domínio: "Investigação & Desenvolvimento"**

Compreende as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

**Domínio: "Outras Actividades de Protecção do Ambiente"**

Compreende as actividades de administração geral e orientação virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Inclui-se igualmente, as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e protecção do ambiente. São excluídas as actividades do sistema educativo geral.

### 4.3.3. Forma jurídica das empresas

Figura 93 - Forma jurídica das empresas.

| Código | Forma jurídica |
|---|---|
| 1 | Empresa pública |
| 2 | Empresa estrangeira |
| 3 | Empresário em nome individual |
| 4 | Sociedade irregular |
| 5 | Agrupamento complementar de empresas |
| 6 | Sociedade em nome colectivo |
| 7 | Sociedade em comandita |
| 10 e 11 | Sociedade anónima sem e/ou com participação minoritária do sector público |
| 12 e 13 | Sociedade anónima com participação maioritária do sector público |
| 20 e 21 | Sociedade por quota sem e/ou com participação minoritária do sector público |
| 22 e 23 | Sociedade por quota com participação maioritária do sector público |
| 30 | Cooperativa |

# ANEXO - QUESTIONÁRIOS

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO
SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 6/89, DE 15 DE ABRIL). DE
RESPOSTA OBRIGATÓRIA REGISTADO
NO INE SOB O Nº9038, VÁLIDO
ATÉ 2001/12/31

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

**INQUÉRITO AO AMBIENTE**
**CARACTERIZAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO**

**PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS**

**ANO DE 2000**

**ATENÇÃO**
PREENCHA O QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM
AS INSTRUÇÕES EM ANEXO, SE TIVER
DÚVIDAS CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
Avª António José de Almeida
1000-043 LISBOA
TELEFONE 218426100

DEVOLVA ESTE IMPRESSO
DEVIDAMENTE PREENCHIDO

ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

# QUADRO A
# ABASTECIMENTO DE ÁGUA

## 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE

POPULAÇÃO SERVIDA COM ABASTECIMENTO DOMICILIÁRIO (em %) ☐☐☐,☐

## 2 - GESTÃO TÉCNICA

### 2.1 - CAPTAÇÃO

| ORIGEM | (1000 m³) |
|---|---|
| SUPERFICIAL | ☐☐☐☐☐☐☐☐ |
| SUBTERRÂNEA | ☐☐☐☐☐☐☐☐ |
| OUTRAS ENTIDADES GESTORAS | QUAIS? _____ ☐☐☐☐☐☐☐☐<br>_____ ☐☐☐☐☐☐☐☐<br>_____ ☐☐☐☐☐☐☐☐ |
| TOTAL | ☐☐☐☐☐☐☐☐ |

### 2.2 - TRATAMENTO

| ORIGEM DA CAPTAÇÃO | CAUDAL TRATADO (1000 m³) |
|---|---|
| SUPERFICIAL | ☐☐☐☐☐☐☐☐ |
| SUBTERRÂNEA | ☐☐☐☐☐☐☐☐ |
| TOTAL | ☐☐☐☐☐☐☐☐ |

2.3 - CONSUMOS

| UTILIZADORES | (1000 m³) |
|---|---|
| RESIDENCIAL E SERVIÇOS | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| INDUSTRIAL | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| OUTROS | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| OUTRAS ENTIDADES GESTORAS | QUAIS? ______ └┴┴┴┴┴┴┴┘<br>______ └┴┴┴┴┴┴┴┘<br>______ └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| TOTAL | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |

OBSERVAÇÕES: ______________________________

______________________________

______________________________

*DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUADRO*

NOME: └┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┴┘ TELEFONE: ______ - ______

SERVIÇO: ______________________ EXTENSÃO: ______

# QUADRO B
# DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

## 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE

1.1 - POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS (em %) └┴┴┘,└┘

1.2 - POPULAÇÃO SERVIDA COM ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS (em %) └┴┴┘,└┘

## 2 - GESTÃO TÉCNICA

2.1 - PRODUÇÃO TOTAL

| ORIGEM | CAUDAIS EFLUENTES PRODUZIDOS (1000 m³) |
|---|---|
| RESIDENCIAL E SERVIÇOS | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| INDUSTRIAL | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| TOTAL | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |

2.2 - TRATAMENTO

| TIPO DE TRATAMENTO | CAUDAL TRATADO (1000 m³) |
|---|---|
| PRELIMINAR | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| PRIMÁRIO | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| SECUNDÁRIO | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| TERCIÁRIO | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |
| TOTAL | └┴┴┴┴┴┴┴┘ |

2.2.2 - ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

| DENOMINAÇÃO | CAPACIDADE MÁXIMA ($m^3$/dia) | CAPACIDADE UTILIZADA ($m^3$/dia) |
|---|---|---|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

OBSERVAÇÕES: _____

_____

_____

*DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUADRO*

NOME: _____ TELEFONE: _____

SERVIÇO: _____ EXTENSÃO: _____

# QUADRO C
# GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

## 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE

POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE RECOLHA DE RESÍDUOS (em %) ____,__

## 2 - GESTÃO TÉCNICA

2.1 - RECOLHA

| TIPO DE RESÍDUOS | QUANTIDADE DE RESÍDUOS RECOLHIDOS (ton) |
|---|---|
| 1. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS | |
| *DOS QUAIS:* RESÍDUOS DE RECOLHA SELECTIVA | |
| OUTROS (Ex: varredura, praias, monstros, etc) | |
| 2. RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS | |
| 3. RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES | |
| TOTAL = 1 + 2 + 3 | |

## 2.2 - COMPOSIÇÃO FÍSICA MÉDIA ANUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (em %)

| PAPEL E CARTÃO | VIDRO | PLÁSTICO | METAIS | | MATERIAIS FERMENTÁVEIS | TÊXTEIS | OUTROS | FINOS < 20 mm | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | FERROSOS | NÃO FERROSOS | | | | | |
| ____,__ | ____,__ | ____,__ | ____,__ | ____,__ | ____,__ | ____,__ | ____,__ | ____,__ | 100% |

## 2.3 - RECICLAGEM (em ton)

| MATERIAIS | RECOLHA SELECTIVA (1) | SEPARAÇÃO NA INSTALAÇÃO DE VALORIZAÇÃO E/OU ELIMINAÇÃO (1) |
|---|---|---|
| PAPEL E CARTÃO | | |
| VIDRO | | |
| PLÁSTICO | | |
| METAIS FERROSOS | | |
| METAIS NÃO FERROSOS | | |
| TÊXTEIS | | |
| PILHAS E BATERIAS | | |
| COMPOSTO | | |
| OUTROS | | |
| TOTAL | | |

(1) Estes valores devem referir-se apenas a materiais vendidos ou cedidos gratuitamente.

## 2.4 - VALORIZAÇÃO E ELIMINAÇÃO

| TIPO | LOCAL (concelho) | CAPACIDADE MÁXIMA (1000 ton) (2) | RESÍDUOS (ton) | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | DO CONCELHO (2) | DE OUTROS CONCELHOS (2) | DE PARTICULARES (2) |
| COMPOSTAGEM | | | | | |
| INCINERAÇÃO | | | | | |
| ATERRO SANITÁRIO | | | | | |
| ATERRO CONTROLADO | | | | | |
| LIXEIRA | | | | | |
| TOTAL | | | | | |

(2) Responda apenas se a instalação de valorização e/ou eliminação se situar no seu concelho.

**OBSERVAÇÕES:** _____

_____

_____

*DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUADRO*

**NOME:** _____ **TELEFONE:** _____ - _____

**SERVIÇO:** _____ **EXTENSÃO:** _____

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL (LEI Nº6/89 DE 15 DE ABRIL). DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA REGISTADO NO INE SOB O Nº 9321 VÁLIDO ATÉ 2002/12/31

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS

**ANO DE 2000**

**INQUÉRITO AO AMBIENTE**
**FINANCIAMENTO DAS ACTIVIDADES DE GESTÃO E PROTECÇÃO**

ATENÇÃO
PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES EM ANEXO.
SE TIVER DÚVIDAS CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
Avª António José de Almeida
1000-043 LISBOA
TELEFONE 218426100

DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE PREENCHIDO
ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

Indique na quadrícula o código da unidade monetária que pretende utilizar na *resposta* a todos os valores monetários do inquérito:

ESCUDOS - 1

EUROS - 2 ☐

**NÃO ESQUEÇA** que a opção que escolheu tem que ser mantida ao longo de todo o questionário.

## 1 DOMÍNIO PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA E DOMÍNIO PROTECÇÃO DOS SOLOS E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS(*)

| RUBRICAS | Código | DOMÍNIO PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA | Código | DOMÍNIO PROTECÇÃO DOS SOLOS E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS |
|---|---|---|---|---|
| 1 | | 2 | | 3 |
| 1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4) | 1005 | | 4005 | |
| 1.1 Taxas, Impostos e Multas | 1010 | | 4010 | |
| 1.2 Venda de Bens e Serviços | 1015 | | 4015 | |
| 1.3 Transferências Correntes | 1020 | | 4020 | |
| Dos quais: 1.3.1 Administração Central | 1025 | | 4025 | |
| 1.3.2 Administração Regional e Local | 1030 | | 4030 | |
| 1.3.3 Exterior | 1035 | | 4035 | |
| 1.4 Outras Receitas Correntes | 1040 | | 4040 | |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+2.2) | 1045 | | 4045 | |
| 2.1 Transferências de Capital | 1050 | | 4050 | |
| Dos quais: 2.1.1 Administração Central | 1055 | | 4055 | |
| 2.1.2 Administração Regional e Local | 1060 | | 4060 | |
| 2.1.3 Exterior | 1065 | | 4065 | |
| 2.2 Outras Receitas de Capital | 1070 | | 4070 | |
| TOTAL DAS RECEITAS (1+2) | 1075 | | 4075 | |
| 3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+ 3.4) | 1080 | | 4080 | |
| 3.1 Despesas com o Pessoal | 1085 | | 4085 | |
| 3.2 Aquisição de Bens e Serviços | 1090 | | 4090 | |
| 3.3 Transferências Correntes | 1095 | | 4095 | |
| 3.4 Outras Despesas Correntes | 1100 | | 4100 | |
| 4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+ 4.3) | 1105 | | 4105 | |
| 4.1 Investimentos | 1110 | | 4110 | |
| 4.2 Transferênciasde Capital | 1115 | | 4115 | |
| 4.3 Outras Despesas de Capital | 1120 | | 4120 | |
| TOTAL DAS DESPESAS (3+4) | 1125 | | 4125 | |

OBSERVAÇÕES: _____

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".*

## 2 DOMÍNIO PROTECÇÃO DO RECURSO ÁGUA (*)

Identifique com **X** o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

| **Abastecimento de Água** | **Sim** | **Não** | **Se respondeu *Não*, indique a entidade gestora:** |
|---|---|---|---|
| 1. Abastecimento "em alta" | ☐ | ☐ | |
| 2. Distribuição | ☐ | ☐ | |
| 3. Tratamento | ☐ | ☐ | |

Identifique com **X** o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

| **Águas Residuais** | **Sim** | **Não** | **Se respondeu *Não*, indique a entidade gestora:** |
|---|---|---|---|
| 1. Drenagem | ☐ | ☐ | |
| 2. Tratamento e destino final | ☐ | ☐ | |

| RUBRICAS | Código | ABASTECIMENTO DE ÁGUA | DRENAGEM, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DAS ÁGUAS RESIDUAIS |
|---|---|---|---|
| 1 | | 2 | 3 |
| 1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4) | 2005 | | |
| 1.1 Taxas, Impostos e Multas | 2010 | | |
| 1.2 Venda de Bens e Prestações de Serviços | 2015 | | |
| 1.3 Transferências Correntes | 2020 | | |
| Dos quais: 1.3.1 Administração Central | 2025 | | |
| 1.3.2 Administração Regional e Local | 2030 | | |
| 1.3.3 Exterior | 2035 | | |
| 1.4 Outras Receitas Correntes | 2040 | | |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+ 2.2) | 2045 | | |
| 2.1 Transferências de Capital | 2050 | | |
| Dos quais: 2.1.1 Administração Central | 2055 | | |
| 2.1.2 administração Regional e Local | 2060 | | |
| 2.1.3 Exterior | 2065 | | |
| 2.2 Outras Receitas de Capital | 2070 | | |
| 3. ACTIVOS FINANCEIROS | 2075 | | |
| 4. PASSIVOS FINANCEROS | 2080 | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (1+2+3+4) | 2085 | | |
| 5. DESPESAS CORRENTES (5.1+...+5.4) | 2090 | | |
| 5.1 Despesas com o Pessoal | 2095 | | |
| 5.2 Aquisição de Bens e Serviços | 2100 | | |
| 5.3 Transferências Correntes | 2105 | | |
| 5.4 Outras Despesas Correntes | 2110 | | |
| 6. DESPESAS DE CAPITAL (6.1+...+6.3) | 2115 | | |
| 6.1 Investimentos | 2120 | | |
| dos quais: | | | |
| 6.1.1 Infra-estruturas de Abastecimento de Água | 2125 | | |
| 6.1.2 Infra-estruturas dos Sistemas de Drenagem | 2130 | | |
| 6.1.3 Infra-estrut. dos Sist. de Tratamento de Águas Residuais | 2135 | | |
| 6.2 Transferências de Capital | 2140 | | |
| 6.3 Outras Despesas de Capital | 2145 | | |
| 7. ACTIVOS FINANCEIROS | 2150 | | |
| 8. PASSIVOS FINANCEROS | 2155 | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (5+6+7+8) | 2160 | | |

OBSERVAÇÕES: _____

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".*

## 3 DOMÍNIO GESTÃO DOS RESÍDUOS E DOMÍNIO PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES(*)

Identifique com **X** o(s) tipo(s) de actividade(s) desenvolvida(s) pela Câmara Municipal:

| Domínio Gestão dos Resíduos | Sim | Não | Se respondeu *Não*, indique a entidade gestora: |
|---|---|---|---|
| 1. Recolha de resíduos sólidos | ☐ | ☐ | |
| 2. Tratamento e destino final | ☐ | ☐ | |
| 3. Recolha Selectiva | ☐ | ☐ | |

| RUBRICAS | Código | DOMÍNIO GESTÃO DOS RESÍDUOS | Código | DOMÍNIO PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES |
|---|---|---|---|---|
| 1 | | 2 | | 3 |
| 1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4) | 3005 | | 5005 | |
| 1.1 Taxas, Impostos e Multas | 3010 | | 5010 | |
| 1.2 Venda de Bens e Prestações de Serviços | 3015 | | 5015 | |
| 1.3 Transferências Correntes | 3020 | | 5020 | |
| Dos quais: 1.3.1 Administração Central | 3025 | | 5025 | |
| 1.3.2 Administração Regional e Local | 3030 | | 5030 | |
| 1.3.3 Exterior | 3035 | | 5035 | |
| 1.4 Outras Receitas Correntes | 3040 | | 5040 | |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+ 2.2) | 3045 | | 5045 | |
| 2.1 Transferências de Capital | 3050 | | 5050 | |
| Dos quais: 2.1.1 Administração Central | 3055 | | 5055 | |
| 2.1.2 Administração Regional e Local | 3060 | | 5060 | |
| 2.1.3 Exterior | 3065 | | 5065 | |
| 2.2 Outras Receitas de Capital | 3070 | | 5070 | |
| 3. ACTIVOS FINANCEIROS | 3075 | | | |
| 4. PASSIVOS FINANCEIROS | 3080 | | | |
| TOTAL DAS RECEITAS (1+2+3+4) | 3085 | | 5075 | |
| 5. DESPESAS CORRENTES (5.1+...+5.4) | 3090 | | 5080 | |
| 5.1 Despesas com o Pessoal | 3095 | | 5085 | |
| 5.2 Aquisição de Bens e Serviços | 3100 | | 5090 | |
| 5.3 Transferências Correntes | 3105 | | 5095 | |
| 5.4 Outras Despesas Correntes | 3110 | | 5100 | |
| 6. DESPESAS DE CAPITAL (6.1+...+6.3) | 3115 | | 5105 | |
| 6.1 Investimentos | 3120 | | 5110 | |
| dos quais: | | | | |
| 6.1.1 Infra-estruturas de Recolha e Transporte | 3125 | | | |
| 6.1.2 Ecopontos, Ecocentros e Unidades de Triagem | 3130 | | | |
| 6.1.3 Infra-estruturas de Tratamento e Destino Final | 3135 | | | |
| 6.2 Transferências de Capital | 3140 | | 5115 | |
| 6.3 Outras Despesas de Capital | 3145 | | 5120 | |
| 7. ACTIVOS FINANCEIROS | 3150 | | | |
| 8. PASSIVOS FINANCEIROS | 3155 | | | |
| TOTAL DAS DESPESAS (5+6+7+8) | 3160 | | 5125 | |

OBSERVAÇÕES: _____

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".*

**4 DOMÍNIO PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM, DOMÍNIO INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO E DOMÍNIO OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE(*)**

| RUBRICAS | Código | DOMÍNIO PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM | Código | DOMÍNIO INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | Código | DOMÍNIO OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | | 2 | | 3 | | 4 |
| **1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.4)** | 6005 | | 8005 | | 9005 | |
| 1.1 Taxas, Impostos e Multas | 6010 | | 8010 | | 9010 | |
| 1.2 Venda de Bens e Prestações de Serviços | 6015 | | 8015 | | 9015 | |
| 1.3 Transferências Correntes | 6020 | | 8020 | | 9020 | |
| Dos quais: 1.3.1 Administração Central | 6025 | | 8025 | | 9025 | |
| 1.3.2 Administração Regional e Local | 6030 | | 8030 | | 9030 | |
| 1.3.3 Exterior | 6035 | | 8035 | | 9035 | |
| 1.4 Outras Receitas Correntes | 6040 | | 8040 | | 9040 | |
| **2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+ 2.2)** | 6045 | | 8045 | | 9045 | |
| 2.1 Transferências de Capital | 6050 | | 8050 | | 9050 | |
| Dos quais: 2.1.1 Administração Central | 6055 | | 8055 | | 9055 | |
| 2.1.2 Administração Regional e Local | 6060 | | 8060 | | 9060 | |
| 2.1.3 Exterior | 6065 | | 8065 | | 9065 | |
| 2.2 Outras Receitas de Capital | 6070 | | 8070 | | 9070 | |
| **TOTAL DAS RECEITAS (1+2)** | 6075 | | 8075 | | 9075 | |
| **3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.4)** | 6080 | | 8080 | | 9080 | |
| 3.1 Despesas com o Pessoal | 6085 | | 8085 | | 9085 | |
| 3.2 Aquisição de Bens e Serviços | 6090 | | 8090 | | 9090 | |
| 3.3 Transferências Correntes | 6095 | | 8095 | | 9095 | |
| 3.4 Outras Despesas Correntes | 6100 | | 8100 | | 9100 | |
| **4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)** | 6105 | | 8105 | | 9105 | |
| 4.1 Investimentos | 6110 | | 8110 | | 9110 | |
| dos quais: | | | | | | |
| 4.1.1 Prevenção e Combate a Incêndios Florestais | 6115 | | | | | |
| 4.1.2 Protecção das Espécies e Ecossistemas, Áreas e Sítios Protegidos, Reservas Naturais/Florestais | 6120 | | | | | |
| 4.1.3 Luta contra a Poluição dos Rios e Ribeiras e Limpeza do Litoral | 6125 | | | | | |
| 4.2 Transferências de Capital | 6130 | | 8115 | | 9115 | |
| 4.3 Outras Despesas de Capital | 6135 | | 8120 | | 9120 | |
| **TOTAL DAS DESPESAS (3+4)** | 6140 | | 8125 | | 9125 | |

OBSERVAÇÕES _____

_____

_____

_____

*DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO*

NOME: _____ TELEFONE: _____

SERVIÇO: _____ FAX: _____

LOCALIDADE: _____ EXTENSÃO: _____

ASSINATURA: _____ DATA _____

INQUÉRITO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL
(LEI Nº 6/89 DE 15 DE ABRIL) DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA,
REGISTADO NO INE SOB O Nº 9307 VÁLIDO ATÉ 2001/12/31

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

**PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS**
**ANO DE 2000**

# INQUÉRITO ÀS EMPRESAS - GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

ATENÇÃO
PREENCHA ESTE VERBETE DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES ENVIADAS EM ANEXO, SE TIVER DÚVIDAS CONTACTE A
INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
Av. António José de Almeida
1000 - 043 Lisboa
Telefone 21 842 61 00 ext. 3257 Telefax 21 842 63 79

**DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE PREENCHIDO ATE 15 DIAS UTEIS APOS A DATA DE RECEPÇAO**

## 1 Identificação e caracterização da empresa

Número de Identificação de Pessoa Colectiva _____ (1) Homepage: www. _____

Designação social _____

Distrito/Ilha _____ Concelho _____ Freguesia _____ (2)

Endereço _____ Localidade _____

Código Postal ____-____ Telefone _____ Telefax _____ E_mail _____

Actividade Económica Principal _____ (3)

**Indique na quadrícula o código da unidade monetária que pretende utilizar na resposta a todos os valores monetários do inquérito:**

**Escudos - 1**
**Euros - 2**

**Não Esqueça** que a opção que escolheu tem que ser mantida ao longo de todo o questionário

## 2 Situação da empresa

(Assinale com x a quadrícula correspondente)

- Aguarda início de actividade _____ (1)
- Em actividade _____ (2)
- Actividade suspensa em _____ / / (3)
- Dissolvida em _____ / / (4)
- ▶ Número de meses de actividade durante o exercício de 2000 _____ (5)

## 3 Discriminação de algumas variáveis da empresa em 2000

- Número médio de pessoas ao serviço _____ (1)
- Vendas e prestações de serviços _____ (2)
- Custos e perdas _____ (3)
- Aquisições de imobilizado corpóreo e incorpóreo _____ (4)

## 4 Atitude da empresa face ao ambiente, por imposição da legislação ou voluntariamente no ano de 2000

| | Sim | Não |
|---|---|---|
| **4.1.No ano de 2000 executou actividades ou contratou serviços de terceiros, com o objectivo de reduzir ou minimizar efeitos nocivos ao ambiente inerentes à actividade da empresa** _____ | ☐ | ☐ |
| **4.2. No ano de 2000 realizou investimentos em Tecnologias e/ou Equipamentos, (Fim-de-linha e/ou Integrados) com o fim de reduzir ou minimizar eventuais impactos ambientais** _____ | ☐ | ☐ |

**CASO TENHA ASSINALADO "NÃO" EM TODOS OS QUESITOS DO QUADRO 4, TERMINOU O PREENCHIMENTO.**
**REMETA O INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO PARA OS SERVIÇOS DO INE, PARA A MORADA INDICADA.**
**TENDO ASSINALADO "SIM" EM ALGUM DOS QUESITOS DO QUADRO 4, PROSSIGA PARA O QUADRO 5.**

## 5 Identifique com X o(s) Domínio(s) de Gestão e Protecção do Ambiente, referentes à(s) acção(ões) desenvolvida(s)

(Ver conceitos e exemplos de actividades dos Domínios abaixo mencionados nas instruções de preenchimento)

| | | |
|---|---|---|
| **Protecção da Qualidade do Ar e Clima** _____ | ☐ (1) | → (preencha o quadro 6) |
| **Protecção do Recurso Água** _____ | ☐ (2) | → (preencha o quadro 7) |
| **Gestão de Resíduos** _____ | ☐ (3) | → (preencha o quadro 8) |
| **Protecção contra o Ruído e Vibrações** _____ | ☐ (4) | → (preencha o quadro 9) |
| **Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas** _____ | ☐ (5) | → (preencha o quadro 10) |
| **Protecção da Biodiversidade e Paisagem** _____ | ☐ (6) | → (preencha o quadro 11) |
| **Outras Actividades de Protecção do Ambiente** _____ | ☐ (7) | → (preencha o quadro 12) |

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA"*

## 6 Operações económicas no Domínio Protecção da Qualidade do Ar e Clima

**6.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

6.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

_____

6.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

_____

**6.2 Custos e perdas** _____

6.2.1 Contratação de trabalhos especializados _____

6.2.1.1 Administração Pública _____

6.2.1.2 Sector Privado _____

6.2.2 Taxas _____

6.2.2.1 Administração Local _____

6.2.3 Outros custos e perdas _____

6.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental _____

**6.3 Proveitos e ganhos** _____

6.3.1 Prestação de Serviços _____

6.3.2 Outros Proveitos e Ganhos _____

## 7 Operações económicas no Domínio Protecção do Recurso Água

**7.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

7.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

_____

7.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

_____

**7.2 Custos e perdas** _____

7.2.1 Contratação de trabalhos especializados _____

7.2.1.1 Administração Pública _____

7.2.1.2 Sector Privado _____

7.2.2 Taxas _____

7.2.2.1 Administração Local _____

7.2.3 Outros custos e perdas _____

7.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental _____

**7.3 Proveitos e ganhos** _____

7.3.1 Prestação de Serviços _____

7.3.2 Outros Proveitos e Ganhos _____

## 8 Operações económicas no Domínio Gestão de Resíduos

**8.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

8.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

_____

8.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

_____

**8.2 Custos e perdas** _____

8.2.1 Contratação de trabalhos especializados _____

8.2.1.1 Administração Pública _____

8.2.1.2 Sector Privado _____

8.2.1.2.1 Contrapartidas pagas à Sociedade Ponto - Verde _____

8.2.1.2.2 Contrapartidas pagas à Valormed _____

8.2.2 Taxas _____

8.2.2.1 Administração Local _____

8.2.3 Outros custos e perdas _____

8.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental _____

**8.3 Proveitos e ganhos** _____

8.3.1 Venda de resíduos e/ou materiais reciclados _____

8.3.2 Prestações de serviços _____

8.3.3 Outros proveitos e ganhos _____

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA"*

## 9 Operações económicas no Domínio Protecção Contra o Ruído e Vibrações

**9.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

9.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

_____

9.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

_____

**9.2 Custos e perdas** _____

9.2.1 Contratação de trabalhos especializados _____

9.2.1.1 Administração Pública _____

9.2.1.2 Sector Privado _____

9.2.2 Taxas _____

9.2.2.1 Administração Local _____

9.2.3 Outros custos e perdas _____

9.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental _____

**9.3 Proveitos e ganhos** _____

9.3.1 Prestação de Serviços _____

9.3.2 Outros Proveitos e Ganhos _____

## 10 Operações económicas no Domínio Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas

**10.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

10.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

_____

10.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

_____

**10.2 Custos e perdas** _____

10.2.1 Contratação de trabalhos especializados _____

10.2.1.1 Administração Pública _____

10.2.1.2 Sector Privado _____

10.2.2 Taxas _____

10.2.2.1 Administração Local _____

10.2.3 Outros custos e perdas _____

10.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental _____

**10.3 Proveitos e ganhos** _____

10.3.1 Prestação de Serviços _____

10.3.2 Outros Proveitos e Ganhos _____

## 11 Operações económicas no Domínio Biodiversidade e Paisagem

**11.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)**

11.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____

_____

11.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____

_____

**11.2 Custos e perdas** _____

11.2.1 Contratação de trabalhos especializados _____

11.2.1.1 Administração Pública _____

11.2.1.2 Sector Privado _____

11.2.2 Taxas _____

11.2.2.1 Administração Local _____

11.2.3 Outros custos e perdas _____

11.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental _____

**11.3 Proveitos e ganhos** _____

11.3.1 Prestação de Serviços _____

11.3.2 Outros Proveitos e Ganhos _____

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA"*

## 12 Operações económicas noutros Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente

**12.1 Investimentos em: (Ver exemplos nas instruções de preenchimento)** ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.1.1 Equipamentos fim-de-linha (Designação do Equipamento) _____ ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.1.2 Equipamentos e tecnologias integradas (Designação do Equipamento) _____ ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

**12.2 Custos e perdas** ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.2.1 Contratação de trabalhos especializados ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.2.1.1 Administração Pública ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.2.1.2 Sector Privado ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.2.2 Taxas ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.2.2.1 Administração Local ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.2.3 Outros custos e perdas ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.2.3.1 Custos com o pessoal afectos a actividades de protecção ambiental ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

**12.3 Proveitos e ganhos** ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.3.1 Prestação de Serviços ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

12.3.2 Outros Proveitos e Ganhos ⌊⌋⌋⌋⌋⌋⌋⌋

**Assinale os domínios em que a empresa desenvolveu actividades**

**Investigação & Desenvolvimento** ☐ (1)

**Radiações** ☐ (2)

**Outras Actividades de Gestão e Protecção do Ambiente** ☐ (3)

## 13 Número de Pessoas ao Serviço com Funções de Ambiente

| Categorias Funcionais | Número Médio de Pessoas ao Serviço com Funções de Ambiente | | Total de pessoas ocupadas com funções de ambiente em "Equivalentes a Tempo Completo" |
|---|---|---|---|
| | Maioritariamente ocupadas | Minoritaria ou ocasionalmente ocupadas | |
| 13.1 Dirigentes | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋,⌋ |
| 13.2 Quadros, Técnicos Médios e Superiores | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋,⌋ |
| 13.3 Encarregados, Contramestres, Mestres e Chefes de Equipa | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋,⌋ |
| 13.4 Empregados Administrativos, Comerciais e de Serviços | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋,⌋ |
| 13.5 Operários, Aprendizes e Praticantes | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋⌋ | ⌊⌋⌋,⌋ |

**Observações:** _____

**Responsável pelo Preenchimento:**

Nome _____ Telefone: _____

Serviço _____ Telefax: _____

Assinatura _____ E_mail _____ Data: ___/___/___

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL (LEI Nº6/89, DE 15 DE ABRIL). DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA REGISTADO NO INE SOB O Nº 9209 VÁLIDO ATÉ 2001-12-31

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS

**ANO DE 2000**

ATENÇÃO
PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES EM ANEXO. SE TIVER DÚVIDAS CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
Avª António José de Almeida
1000-043 LISBOA
TELEFONE 218426100 EXT. 3251

DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE PREENCHIDO ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE RECEPÇÃO

# INQUÉRITO ÀS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE AMBIENTE

Indique na quadrícula o código da unidade monetária que pretende utilizar na *resposta* a todos os valores monetários do inquérito:

ESCUDOS - 1 ☐

EUROS - 2

**NÃO ESQUEÇA** que a opção que escolheu tem que ser mantida ao longo de todo o questionário.

## 1 DADOS GERAIS

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO

(assinalar com um X a quadrícula correspondente)

1005

Organização não Governamental de Ambiente (ONGA) ☐ 01 Equiparada ☐ 02 Agrupamento ☐ 03

Designação: _____

Número de identificação de pessoa colectiva ou entidade equiparada 1010 |_|_|_|_|_|_|_|_| 01

Localização da sede: |_|_|_|_|_|_| 02

Distrito/Ilha _____ Concelho _____ Freguesia _____

Localidade _____ Rua _____

Código Postal _____ Telefone _____ Fax _____

### 1.2 SITUAÇÃO DA ACTIVIDADE

1020

(assinalar com um X a quadrícula correspondente)

Em actividade ☐ 01

Aguarda início de actividade ☐ 02

Com actividade suspensa em (*) __/__/__ (AA) (MM) (DD) ☐ 03

Dissolvida em __/__/__ (AA) (MM) (DD) ☐ 04

## 2 NATUREZA DOS ASSOCIADOS

| ENTIDADES ASSOCIADAS (*) | CÓDIGO | NÚMERO DE ASSOCIADOS EM 31 DE DEZEMBRO |
|---|---|---|
| 1 | | 2 |
| TOTAL (1+...+6) | 2005 | |
| 1. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 2010 | |
| 2. ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL | 2015 | |
| 3. OUTROS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 2020 | |
| 4. EMPRESAS | 2025 | |
| 5. PARTICULARES | 2030 | |
| 6. OUTROS | 2035 | |

## 3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

### 3.1 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

| NÚMERO DE ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS POR DOMÍNIO | CÓDIGO | DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE(*) | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA | PROTECÇÃO DO RECURSO ÁGUA | GESTÃO DOS RESÍDUOS | PROTECÇÃO DOS SOLOS E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS | PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES | PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM | PROTECÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES | INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVI-MENTO | OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE |
| 1 | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 |
| PUBLICAÇÕES, ESTUDOS TÉCNICOS, ACÇÕES DE FORMAÇÃO | 3005 | | | | | | | | | |
| ACÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO PÚBLICA | 3020 | | | | | | | | | |
| CONGRESSOS, COLÓQUIOS, EXPOSIÇÕES/FEIRAS, COOPERAÇÃO INTEGRADA INTERNACIONAL | 3025 | | | | | | | | | |
| PASSEIOS DE NATUREZA | 3045 | | | | | | | | | |
| OUTRAS ACTIVIDADES (*) | 3050 | | | | | | | | | |
| ESPECIFIQUE: _____ | | | | | | | | | | |
| _____ | | | | | | | | | | |
| _____ | | | | | | | | | | |

### 3.2 PESO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS NOS VÁRIOS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE (*)

| DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE (*) | CÓDIGO | PESO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS (%) |
|---|---|---|
| 1 | | 2 |
| PROTECÇÃO DA QUALIDADE DO AR E CLIMA | 3055 | , |
| PROTECÇÃO DO RECURSO ÁGUA | 3060 | , |
| GESTÃO DE RESÍDUOS | 3065 | , |
| PROTECÇÃO DOS SOLOS E ÁGUAS SUBTERRÂNEAS | 3070 | , |
| PROTECÇÃO CONTRA O RUÍDO E VIBRAÇÕES | 3075 | , |
| PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DA PAISAGEM | 3080 | , |
| PROTECÇÃO CONTRA AS RADIAÇÕES | 3085 | , |
| INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO | 3090 | , |
| OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE | 3095 | , |
| TOTAL | | 100,0 |

## 4 PESSOAL AO SERVIÇO, POR CATEGORIAS FUNCIONAIS (*)

| PESSOAL AO SERVIÇO POR CATEGORIAS FUNCIONAIS | CÓDIGO | NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO |
|---|---|---|
| 1 | | 2 |
| TOTAL (1+2) | 4005 | |
| 1. PESSOAL NÃO REMUNERADO | 4010 | |
| 2. PESSOAL REMUNERADO (2.1+...+2.4) | 4015 | |
| 2.1. DIRIGENTES | 4020 | |
| 2.2. QUADROS E TÉCNICOS SUPERIORES | 4030 | |
| 2.3. QUADROS E TÉCNICOS MÉDIOS | 4055 | |
| 2.4. EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS, COMERCIAIS E SERVIÇOS | 4060 | |
| 3. DO TOTAL DO PESSOAL AO SERVIÇO, INDIQUE: | 4040 | |
| 3.1. PESSOAL A TEMPO COMPLETO | 4045 | |
| 3.2. PESSOAL A TEMPO PARCIAL | 4050 | |

## 5 RECEITAS E DESPESAS (*)

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".*

### 5.1 RECEITAS

| RUBRICAS | CÓDIGO | VALORES |
|---|---|---|
| 1 | | 2 |
| 1. RECEITAS CORRENTES (1.1 +...+1.6) | 5005 | |
| 1.1. CONTRIBUIÇÕES DIRECTAS DOS ASSOCIADOS | 5010 | |
| 1.2. RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE | 5015 | |
| 1.3. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES (1.3.1+...+1.3.4) | 5020 | |
| 1.3.1. DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 5025 | |
| 1.3.2. DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL | 5030 | |
| 1.3.3. DO SECTOR PRIVADO (1.3.3.1+...+1.3.3.3) | 5035 | |
| 1.3.3.1. EMPRESAS | 5040 | |
| 1.3.3.2. INSTITUIÇÕES PARTICULARES | 5045 | |
| 1.3.3.3. PARTICULARES | 5050 | |
| 1.3.4. DO EXTERIOR | 5055 | |
| 1.4. VENDA DE BENS | 5290 | |
| 1.5. VENDA DE SERVIÇOS | 5295 | |
| 1.6. OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 5065 | |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 +...+2.3) | 5070 | |
| 2.1. VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO | 5075 | |
| 2.2. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL (2.2.1+...+2.2.4) | 5080 | |
| 2.2.1. DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL | 5085 | |
| 2.2.2. DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL | 5090 | |
| 2.2.3. DO SECTOR PRIVADO (2.2.3.1+...+2.2.3.3) | 5095 | |
| 2.2.3.1. EMPRESAS | 5100 | |
| 2.2.3.2. INSTITUIÇÕES PARTICULARES | 5105 | |
| 2.2.3.3. PARTICULARES | 5110 | |
| 2.2.4. DO EXTERIOR | 5115 | |
| 2.3. OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | 5125 | |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1+2) | 5130 | |

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".*

## 5.2 DESPESAS

| RUBRICAS | CÓDIGO | VALORES |
|---|---|---|
| 1 | | 2 |
| 1. DESPESAS CORRENTES (1.1 +...+1.5) | 5135 | |
| 1.1. DESPESAS COM O PESSOAL | 5140 | |
| 1.2. AQUISIÇÃO DE BENS | 5300 | |
| 1.3. AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS | 5185 | |
| 1.4. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES | 5190 | |
| 1.5. OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 5210 | |
| 2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 +...+2.3) | 5215 | |
| 2.1. INVESTIMENTOS | 5220 | |
| 2.2. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL | 5255 | |
| 2.3. OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL | 5280 | |
| TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1+2) | 5285 | |

**OBSERVAÇÕES:** _____

*DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO*

NOME: _____ TELEFONE: _____

SERVIÇO: _____ EXTENSÃO: _____

INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL (LEI Nº 6/89 DE 15 DE ABRIL). DE RESPOSTA OBRIGATÓRIA. REGISTADO NO NO INE SOB O Nº 9062 VÁLIDO ATÉ 2001-12-31

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA**

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

**PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS**
**ANO DE 2000**

INQUÉRITO AO AMBIENTE
***ACÇÃO DOS CORPOS DE BOMBEIROS***

**ATENÇÃO**
**PREENCHA ESTE QUESTIONÁRIO DE ACORDO COM AS INSTRUÇÕES EM ANEXO. SE TIVER DÚVIDAS CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE**
**Av. António José de Almeida**
**1000 - 043 LISBOA**
**TELEFONE 218 426 100 EXT. 3251**

**DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE PREENCHIDO ATÉ 15 DIAS ÚTEIS APÓS A DATA DE RECEPÇÃO**

**Indique na quadrícula o código da unidade monetária que pretende utilizar na *resposta* a todos os valores monetários do inquérito:**

ESCUDOS - 1

EUROS - 2

**NÃO ESQUEÇA que a opção que escolheu tem que ser mantida ao longo de todo o questionário.**

## 1 DADOS GERAIS

### 1.1 IDENTIFICAÇÃO

Designação: _____

Número de identificação de pessoa colectiva ou entidade equiparada ..... 1005 ☐☐☐☐☐☐☐☐ 01

Localização da sede: ☐☐☐☐☐☐ 02

Distrito / Ilha _____ Concelho _____ Freguesia _____

Localidade _____ Rua _____

Código Postal ____ – ____ Telefone _____ Fax _____

### 1.2 CARACTERIZAÇÃO

(assinalar com um X a quadrícula correspondente)

**NATUREZA (1)** 1010

- Municipal
  - Bombeiros Sapadores ☐ 01
  - Não Sapadores ☐ 02
- Associativa ☐ 03
- Privativa ☐ 04

**ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO (2)** 1020

- Profissionais (3) ☐ 01
- Voluntários (4) ☐ 02
- Outros (5) ☐ 03

### 1.3 TIPO DE INTERVENÇÃO

(assinalar com um X a quadrícula correspondente)

**ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO (6)** 1025

- Municipal ☐ 01
- Área de acção restrita ☐ 02

### 1.4 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

| SERVIÇO | Código | Nº DE ACÇÕES DESENVOLVIDAS (9) |
|---|---|---|
| 1 | | 2 |
| TOTAL (1+2+3+4) | 1030 | |
| 1. INCÊNDIOS (1.1+1.2) | 1035 | |
| 1.1. Florestais | 1045 | |
| 1.2. Outros (7) | 1050 | |
| 2. SAÚDE | 1065 | |
| 3. SOCORROS A NÁUFRAGOS | 1070 | |
| 4. OUTROS SERVIÇOS (8) | 1075 | |

Nº DE HORAS CONSAGRADAS AO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS (10) 1045

☐☐☐☐☐☐ 02

## 2 RECURSOS HUMANOS (11)

| Natureza das Associações e Outras Entidades de Bombeiros | Código | Nº de pessoas que estavam no activo no Corpo de Bombeiros | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Total | Homens | | Mulheres | |
| | | | Remunerados | Não remunerados | Remuneradas | Não remuneradas |
| 1 | | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 |
| 1. Municipal | | | | | | |
| 1.1 Bombeiros Sapadores | 2020 | | | | | |
| 1.2 Não Sapadores | 2005 | | | | | |
| 2. Associativa | 2010 | | | | | |
| 3. Privativa | 2015 | | | | | |

## 3 RECEITAS E DESPESAS (12)

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".*

### 3.1 RECEITAS

| RUBRICAS | Código | Valores |
|---|---|---|
| 1 | | 2 |
| 1. RECEITAS CORRENTES (1.1 + ... + 1.6) | 4005 | |
| 1.1. Contribuições Directas dos Associados | 4010 | |
| 1.2. Rendimentos de Propriedade | 4015 | |
| 1.3. Transferências Correntes (1.3.1 + ... + 1.3.5) | 4020 | |
| 1.3.1. da Administração Central | 4025 | |
| 1.3.2. da Administração Regional e Local | 4030 | |
| 1.3.3. das Empresas | 4235 | |
| 1.3.4. dos Particulares | 4240 | |
| 1.3.5. do Exterior | 4040 | |
| 1.4. Venda de Bens | 4245 | |
| 1.5. Venda de Serviços | 4250 | |
| 1.6. Outras Receitas Correntes | 4060 | |
| 2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1 + ... + 2.3) | 4065 | |
| 2.1. Venda de Bens de Investimento | 4070 | |
| 2.2. Transferências de Capital (2.2.1 + ... + 2.2.5) | 4075 | |
| 2.2.1. da Administração Central | 4080 | |
| 2.2.2. da Administração Regional e Local | 4085 | |
| 2.2.3. das Empresas | 4255 | |
| 2.2.4. dos Particulares | 4260 | |
| 2.2.5. do Exterior | 4095 | |
| 2.3. Outras Receitas de Capital | 4100 | |
| TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2) | 4105 | |

*"NÃO SE ESQUEÇA DE UTILIZAR A UNIDADE MONETÁRIA INICIALMENTE ESCOLHIDA".*

**3.2 DESPESAS**

| RUBRICAS | Código | Valores |
|---|---|---|
| 1 | | 2 |
| **1. DESPESAS CORRENTES (1.1 + ... + 1.5)** | 4110 | |
| 1.1. Despesas com o Pessoal | 4115 | |
| 1.2. Aquisição de Bens | 4265 | |
| 1.3. Aquisição de Serviços | 4270 | |
| 1.4. Transferências Correntes | 4150 | |
| 1.5. Outras Despesas Correntes | 4170 | |
| **2. DESPESAS DE CAPITAL (2.1 + ... + 2.3)** | 4175 | |
| 2.1. Investimentos (2.1.1 + 2.1.2) | 4180 | |
| 2.1.1. Instalação de Serviços, Material de Transporte, Aparelhos, Máquinas, e Equipamentos, para Combate a Incêndios | 4275 | |
| 2.1.2. Outros Investimentos | 4200 | |
| 2.2. Transferências de Capital | 4205 | |
| 2.3. Outras Despesas de Capital | 4225 | |
| **TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (1 + 2)** | 4230 | |

OBSERVAÇÕES: _____

_____

_____

*DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO*

NOME: _____

SERVIÇO: _____ TEL : _____

LOCALIDADE: _____ FAX : _____

ASSINATURA: _____ EXTENSÃO : _____

DATA: ____ / ____ / ____